

**IMPRESSOS, CIÊNCIA E EDITORAÇÃO UNIVERSITÁRIA:
MARCAS HISTÓRICAS DA EDITORA UFLA**



**BRUNO ADRIANO RODRIGUES DA SILVA
KLEBER TÜXEN CARNEIRO**

**IMPRESSOS, CIÊNCIA E
EDITORAÇÃO UNIVERSITÁRIA:
MARCAS HISTÓRICAS DA EDITORA UFLA**

**BRUNO ADRIANO RODRIGUES DA SILVA
KLEBER TÜXEN CARNEIRO**

**IMPRESSOS, CIÊNCIA E
EDITORAÇÃO UNIVERSITÁRIA:
MARCAS HISTÓRICAS DA EDITORA UFLA**



LAVRAS - 2021

©Editora UFLA 2021 by Bruno Adriano Rodrigues da Silva, Kleber Tüxen Carneiro
Este livro é de uso livre e gratuito e pode ser copiado na íntegra ou em partes, desde que se cite a fonte. Qualquer dúvida ou informações entre em contato conosco pelo e-mail: editora@ufla.br. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens e/ou textos de outro(s) autor(es), é de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es). Direitos de publicação reservados à Editora UFLA.
Impresso no Brasil - ISBN: 978-65-86561-12-8

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

Reitor: João Chrysostomo de Resende Júnior

Vice-Reitor: Valter Carvalho de Andrade Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa: Luciano José Pereira

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO DO LIVRO:

Conselho editorial responsável pela aprovação da obra:

Marco Aurélio Carbone Carneiro (Presidente), Nilton Curi (Vice-Presidente), Francisval de Melo Carvalho, Alberto Colombo, João Domingos Scalón, Wilson Magela Gonçalves

Referências Bibliográficas: Editora UFLA

Revisão de Texto: Editora UFLA

Projeto Gráfico: Renata de Lima Rezende

Diagramação: Renata de Lima Rezende

Capa: André Fontes (Arte Educador)

EXPEDIENTE EDITORA UFLA

Flávio Monteiro de Oliveira (Diretor)
Patrícia Carvalho de Moraes (Vice-Diretora)
Alice de Fátima Vilela
Damiana Joana Geraldo Souza
Késia Portela de Assis

Marco Aurélio Costa Santiago
Renata de Lima Rezende
Vitor Lúcio da Silva Naves
Walquíria Pinheiro Lima Bello

**Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processos Técnicos da
Biblioteca Universitária da UFLA**

Silva, Bruno Adriano Rodrigues da.

Impressos, ciência e editoração universitária: marcas históricas da editora UFLA / Bruno Adriano Rodrigues da Silva, Kleber Tüxen Carneiro. – Lavras : UFLA, 2021.

141 p.

Bibliografia.

1. Editoração Universitária. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa – História - Educação. 4. Organização científica – UFLA. I. Carneiro, Kleber Tüxen. II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

CDD – 070.5098151

Ficha elaborada por Eduardo César Borges (CRB 6/2832)



EDITORA UFLA

Campus Universitário da UFLA, Andar Térreo do Centro de Eventos, Cx. Postal 3037, CEP 37200-900 - Lavras/MG, Tel: (35) 3829-1532, E-mail: editora@ufla.br, Homepage: www.editora.ufla.br, facebook: Editora UFLA

*Dedicamos esta obra a todos aqueles cujo esmero possibilitou a
existência da Editora UFLA.*

E as Beatrizes (alento) de nossas vidas!

*“A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição”*
Geraldo Vandré*

*“Pra não dizer que não falei das flores” (também conhecida como “Caminhando”) é uma canção escrita e interpretada por Geraldo Vandré. Ficou conhecida no Festival Internacional da Canção de 1968. A canção foi gravada pelo cantor e compositor no álbum: Geraldo Vandré, no Chile, em (1969). Neste compacto simples, há apenas duas músicas, uma para cada lado: “Caminhando” e “Desacordonar”. “Caminhando” é uma tradução não literal para o espanhol de “Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores”.

PREFÁCIO

Para além dos muros institucionais

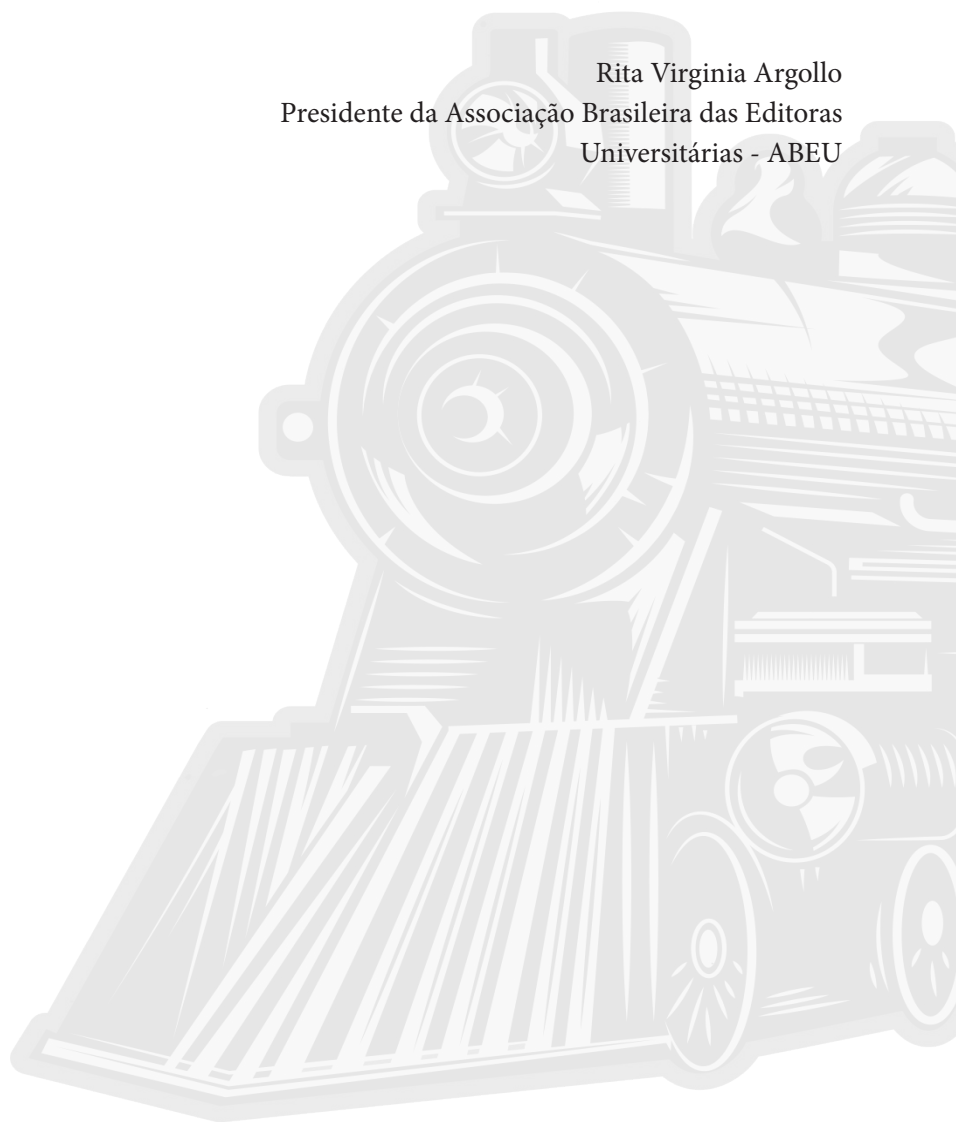
É papel de uma editora universitária, principalmente em se tratando de uma instituição pública, promover ações no sentido de contribuir para o fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, determinados pela Constituição Federal do Brasil de 1988, como alicerce de uma Universidade. Esses elementos são postos como indissociáveis na conformação das Instituições de Ensino Superior (IES) no nosso país e visam assegurar que a produção do conhecimento norteie os objetivos dos nossos institutos de educação, ao tempo em que integrem os diversos segmentos acadêmicos, que se estendem além dos muros físicos e contribuindo, de fato, para interferir positivamente com o desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, tão importante quanto à valorização e o entendimento da Ciência como elemento catalizador de transformações sociais, é criar meios para que essa construção científica atinja positivamente a comunidade, respeitando e se entrecruzando com saberes. Desse modo, juntamente com a comunidade, a Universidade atua para o desenvolvimento do seu entorno. Assim, o livro “Impressos, ciência e editoração universitária: marcas históricas da Editora UFLA”, de autoria dos professores Bruno Adriano Rodrigues Da Silva e Kleber Tüxen Carneiro, expõe de modo minucioso como uma editora universitária pode atuar com vistas a estar implicada com a comunidade, seja ela acadêmica ou externa.

Quando os autores delineiam um processo de investigação com lastro teórico e metodológico e procuram traçar a memória da Editora UFLA, apontam para uma espécie de metalinguagem, em que a partir da sua própria trajetória, a instituição conta a sua história. Recorrem, portanto, mais amplamente ao início da construção da instituição, desde o Instituto Evangélico de Lavras, remontando a 1893 e destacando como fio condutor a produção de materiais impressos.

Ao longo de todo o texto, ao desvelar dos fatos, torna-se evidente o papel preponderante da Editora UFLA na constituição do cenário educacional ao longo dos seus anos de existência, atuando como interlocutora com a comunidade e operando com o compromisso de difusão e disseminação da Ciência e da Cultura, afirmando a importância do papel de uma editora universitária e suas possibilidades de interação com contextos regionais, nacionais e no âmbito da internacionalização.

Rita Virginia Argollo
Presidente da Associação Brasileira das Editoras
Universitárias - ABEU



APRESENTAÇÃO

Em 16 de julho de 2018 foi comemorado vinte anos em que o Conselho Universitário criou a Editora UFLA e para comemorar essa data, diversas atividades foram desenvolvidas a fim de registrar esse evento de grande importância institucional.

Nesse contexto, o Professor Marco Aurélio Carbone Carneiro, Presidente do Conselho Editorial à época e os professores Bruno Adriano Rodrigues da Silva e Kleber Tüxen Carneiro, aceitaram o desafio de realizar uma pesquisa para se buscar e salvaguardar a memória institucional e os responsáveis pelos processos de publicações de periódicos e livros, tendo por lastro, não apenas as atividades realizadas pela Editora UFLA, mas também, as memórias das atividades realizadas por seus antecessores na Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL, e Escola Agrícola de Lavras – EAL.

De maneira que, além de proporcionar uma visão geral do modo como os resultados das pesquisas foram transferidos e divulgados ao longo do tempo, pode-se afirmar que os autores foram um pouco além de salvaguardar a memória institucional, posto que ao escreverem o livro “Impressos, ciência e editoração universitária: marcas históricas da Editora UFLA”, prospectaram a história por intermédio de uma pesquisa, que inclusive desestabiliza discursos tidos como verdade acerca da própria criação da Editora UFLA.

Destaco, ainda, que este livro apresenta contrapontos e visões, cuja conjugação reflete a essência, a complexidade e os desafios da gestão das editoras universitárias e assinala o seu papel e relevância dentro e fora da própria universidade.

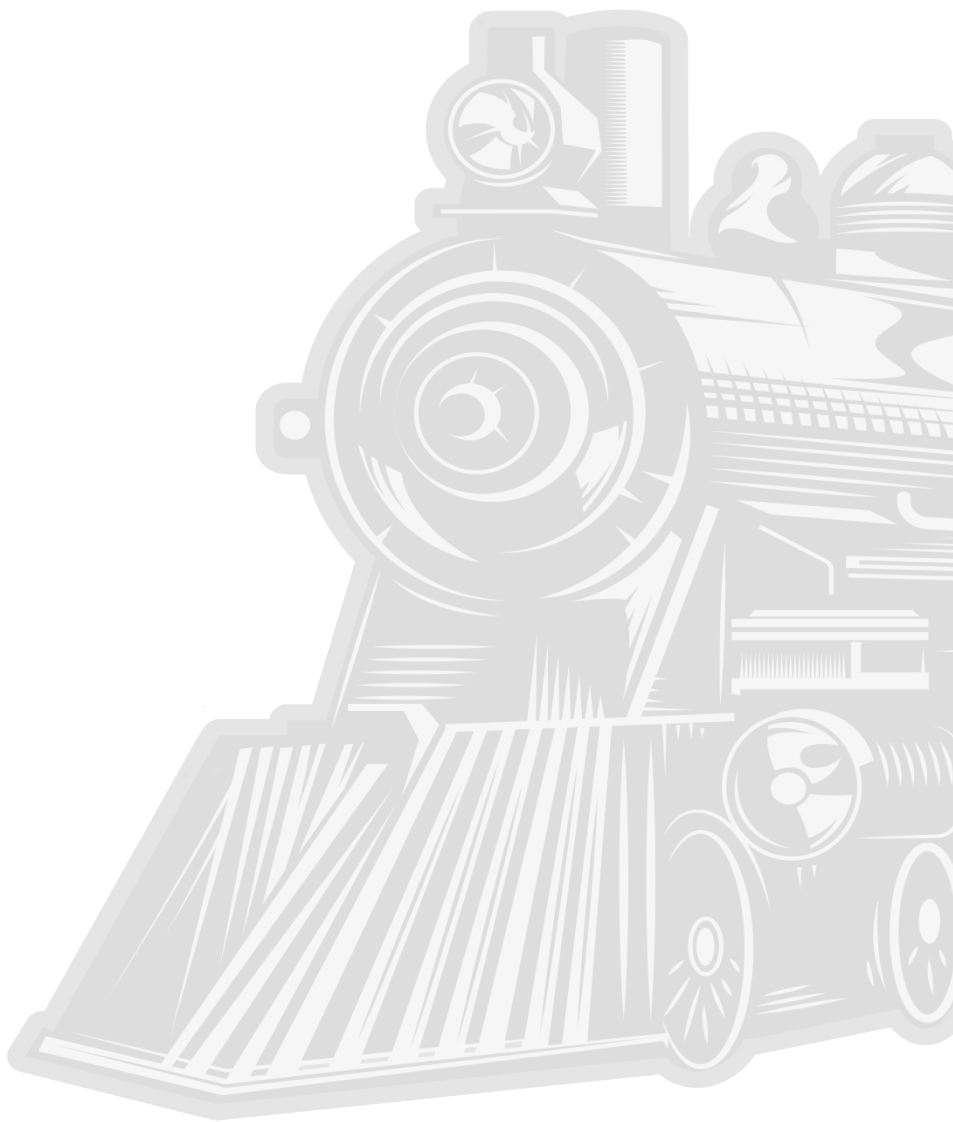
Desejo a todos uma agradável leitura!

Flávio Monteiro de Oliveira
Diretor Executivo da Editora UFLA

Sumário

LIAMES CONTEXTUAIS: A ÁRDUA TAREFA DE SE INVESTIGAR (HISTORICAMENTE) COM RIGOR E CIENTIFICIDADE	15
SOBRE A NATUREZA E AS METODOLOGIAS QUE SUBSIDIARAM AS PESQUISAS	23
1 A IMPRENSA NO INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS: DIÁLOGOS ENTRE A RELIGIÃO, A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA	35
1.1 Uma imprensa militante: marcas de um desenvolvimento na cidade de Lavras	38
1.2 Ecos da grande imprensa e a produção de impressos no Instituto Evangélico de Lavras	45
1.3 Algumas impressões (finais)	55
2 UMA HISTORIOGRAFIA DA ORGANIZAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO NA ESAL: RAÍZES E FATORES DE IMPULSÃO (1969-1975)	59
2.1 As raízes do campo científico na ESAL	61
2.2 O primeiro passo da institucionalização de uma cultura científica na ESAL: a Revista “Agros”	67
2.3 O passo posterior na organização do campo científico: a pós-graduação	79
2.4 A guisa das “conclusões”	91
3 SOBRE A CONSTITUIÇÃO E A VOCAÇÃO DA EDITORAÇÃO UNIVERSITÁRIA: HAVERIA UM ENTRE-LUGAR PARA O CAMPO EDITORIAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS?	95
3.1 Considerações iniciais: os efeitos da globalização para o conhecimento	96
3.2 A evolução histórica e o desenvolvimento da editoração universitária no Brasil	100
3.3 Contexturas de uma editora universitária na UFLA	103

3.4 Nem de um lado, tampouco do outro: o “entre-lugar” para se pensar em uma editora universitária	109
3.5 A guisa da (in)conclusão	117
4 MARCAS E IMPRESSÕES DOS MOMENTOS HISTÓRICOS OBSERVADOS	123
REFERÊNCIAS	131



**LIAMES CONTEXTUAIS: A ÁRDUA
TAREFA DE SE INVESTIGAR
(HISTORICAMENTE) COM RIGOR
E CIENTIFICIDADE**





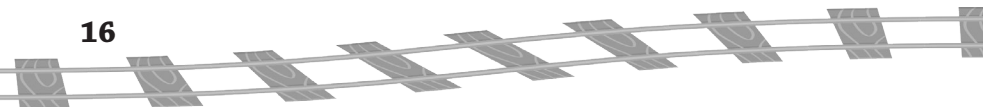
Em 2017, construímos uma referência histórica para o decênio do curso de licenciatura do Departamento de Educação Física, da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Naquele momento e tessitura investigativa partíamos do pressuposto da existência de uma famigerada “tradição esportiva”, que no imaginário fundante dos envolvidos havia sido o suposto catalisador do surgimento daquele curso e que por efeito mobilizou o seu cotidiano e o seu desenvolvimento nesses 10 anos.

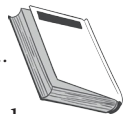
Contudo, ao se analisar as representações dos indivíduos (discentes, docentes, gestores e técnicos) que vivenciaram tal processo e entrecruzarmos com a tessitura das políticas educacionais imbricadas à dinâmica institucional, muitas descobertas históricas foram desveladas e retratadas na obra, não apenas aquilo que dizia respeito ao departamento em questão, mas, sobretudo, em relação à configuração histórica da instituição de modo geral (SILVA; CARNEIRO, 2018).

O que se está afirmando, em outras palavras é que essa empreitada científica alvitava observar a dimensão mais ampla da história, mais especificamente pela história de instituições educativas, tal como anota Saviani (2005), para quem as ações propriamente pedagógicas produzem e reproduzem, de forma sistematizada, as relações estabelecidas em uma sociedade específica.

A razão de fazer alusão ao referido trabalho decorre do fato de que sua repercussão, muito provavelmente tenha sido a “janela de entrada” para que pudéssemos nos lançar na investigação que o leitor tem em mãos, ela (lê-se a investigação) emoldura e retrata a tessitura histórica de uma Editora, cuja criação e o desenvolvimento encontram-se ao abrigo da Universidade Federal de Lavras/MG.

Trata-se de uma fenda que eclodira ao longo do trâmite para a publicação daquela que seria nossa primeira obra pela Editora da UFLA, ocasião em que tivemos a oportunidade de conhecer e compartilhar ideias com o professor Marco, atual chefe da Editora UFLA, assim como com o administrador Flávio e outros membros





da equipe desse órgão suplementar vinculado à Reitoria dessa universidade. Por efeito dessa convivência foi extraída uma ideia de pesquisa, qual seja: escrever a história daquela Editora à semelhança daquilo que outrora fizemos com o curso de licenciatura em Educação Física, em virtude do seu vigésimo aniversário.

Tínhamos clareza, entretanto, que se tratava de objetos de pesquisa completamente distintos, visto que um curso de graduação, destinado à formação de professores, em nada se assemelha a uma Editora Universitária. São finalidades e modos de funcionamento distintos – axiologicamente e teleologicamente, vale frisar. Em comum, apenas, o fato de se tratar de algo significativo no que diz respeito ao plano formativo de uma IES (Instituição de Educação Superior), a saber, a possibilidade de escrever a história dessas duas práticas desenvolvidas em uma mesma instituição educacional. Foi esse o desafio que aceitamos em relação à Editora UFLA.

Ao longo do processo, em que fomos delineando a pesquisa, procurou-se um eixo condutor das análises, algo que justificasse do ponto de vista epistemológico, os critérios científicos e contextuais para aquilo que pretendíamos realizar. Pensamos o trabalho que ora apresentamos ao leitor de diferentes maneiras, até chegarmos – depois de muitas reviravoltas interpretativas e redefinições heurísticas – a um entendimento unívoco, “mapear”, em alguma medida, a constituição científica institucional, dado aos diferentes momentos cuja instituição experienciou, uma vez que a produção científica configura-se na condição de axioma basilar ao longo do decurso histórico do que hoje se denomina de UFLA: desde a Escola de Agricultura, vinculada ao Instituto Evangélico de Lavras, criado em 1906, por presbiterianos do sul dos Estados Unidos da América aportados em Lavras, em 1892, passando pela Escola Superior de Agricultura de Lavras, por sua federalização ocorrida em 1963, até chegarmos à UFLA, no tempo presente.

À face disso, o estratagema metodológico para o desenvolvimento do trabalho (desde o início da investigação até a



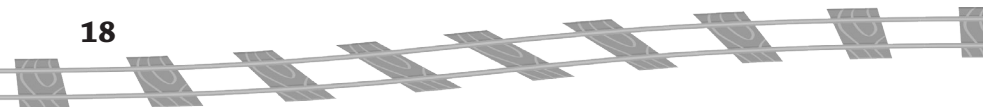
produção literária da obra) foi a delimitação de períodos históricos, a fim de que pudéssemos cotejar aquilo que se conjecturava, a existência de uma recorrência (histórica) no trato científico na instituição.

Sob tal conjuntura – histórica – nos lançamos, na direção de entretecer as evidências históricas advindas do trabalho anterior, somadas aos achados empíricos e documentais que conferem dados históricos sobre a constituição da Editora UFLA e que, por efeito, elucidou também a trajetória do campo científico que teceu os “rumos do conhecimento”, pelos quais a Universidade Federal de Lavras se consolidou como instituição de referência científica, sem perder de vista a conotação de celebração que fora um dos vetores dessa obra, dado que a Editora, em 2018, completou dois decênios de funcionamento, ao menos no que tange à estrutura atual, como já dissemos.

Consoante ao exposto, a obra foi organizada em um primeiro momento, discorrendo acerca do Instituto Evangélico (1893-1928), no qual se encontrava a Escola de Agricultura, criada em 1906, conforme supracitado e sendo oportuno reiterar, sob um contexto citadino de ambiguidade em Lavras, na transição do século XIX e XX, em que “atraso e desenvolvimento” urbano se entrecruzavam ao passo de demonstrar os primeiros “movimentos” de publicação impressa, até mesmo àquela de natureza científica, à luz da revista: “O Agricultor”.

Para tanto, na direção de subsidiar esse mapeamento historiográfico da “mídia impressa”, houve um minucioso perscrutar de fontes históricas em acervos dispersados pela cidade de Lavras/MG, afora aqueles que estão, em algum nível, salvaguardados na UFLA, no âmbito do Museu Bi-Moreira.

Em seguida, compondo outro capítulo da obra, analisamos a ESAL, pós-federalização, ação concretizada em 1963, embora também já mencionado, sendo pertinente redizer, num momento de prospecção de um campo científico, fruto da política educacional,





para identificar e analisar duas ações em especial: a criação de um periódico científico intitulado: Revista “Agros”, cujo desígnio faria circular o conhecimento científico ali produzido, além daquele advindo de outras instituições; e a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na instituição, lugar de ensino e produção voltada ao desenvolvimento científico.

Enquanto procedimento analítico para essa ação, recorreu-se a um conjunto de fontes produzidas mediante a necessidade da investigação, a começar por um projeto de História Oral desenvolvido como proveniência de dados empíricos, até a procura, acesso e análise de Livros de Atas dos órgãos de administração da referida instituição.

Então, na direção de finalizar a obra, ainda que provisoriamente, demovemos as reflexões do passado para pensar o tempo presente, fomentando algumas elucubrações quanto ao lugar que supostamente pudesse ocupar uma editora, ao abrigo de uma IES pública. Em outras palavras propôs-se ao exercício intelectual de refletir sobre o papel da Editora UFLA, tomando como referência a percepção dos diretores sobre esse processo ao longo dos seus vinte anos de existência. Nesse caso, ouvi-los como depoentes de um projeto de História Oral representou não apenas a preservação dessas memórias, dado que fontes foram produzidas, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de compreender a dinâmica de circulação do conhecimento científico na UFLA e para além dela também.

Fechando então esse preâmbulo que permite uma visão mais “panorâmica” do livro, presumimos que o leitor (circumspecto) perceberá que o trabalho investigativo que emoldura e figura na condição de esteio para obra apresenta lacunas de natureza histórica, há quem possa olhar para esse fato e julgar se tratar de uma inconsistência científica, outros dirão, tratar-se-á de um pormenor diante de uma contribuição inestimável para a Editora UFLA, por efeito, à Universidade de modo mais amplo. Já para os autores, elas (lê-se as lacunas), encontram-se no interior da própria natureza e



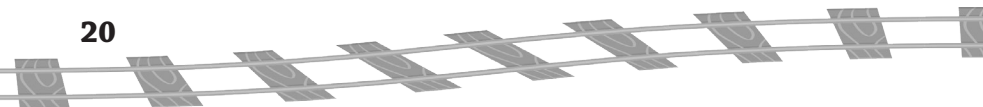
dinâmica da produção e circulação do conhecimento científico sob o perscrutar da História, como bem advertiu Le Goff (2003, p. 17) “estamos quase todos convencidos de que a história não é uma ciência como as outras [portanto] falar de história não é fácil [...]”.

Corolário a isso existiu de nossa parte (relativa) segurança em relação aos espaços (diacrônicos) não preenchidos, dado que na esfera das ciências humanas e sociais, em virtude da dinamicidade, amplitude e complexidade dos fenômenos humanos, sabe-se que todo delineamento alvitado em um empreendimento científico, implica, necessariamente, em fazer uma escolha (recorte) e por sua vez, em toda escolha há renúncia, por efeito, questões e fenômenos deixam de ser observados.

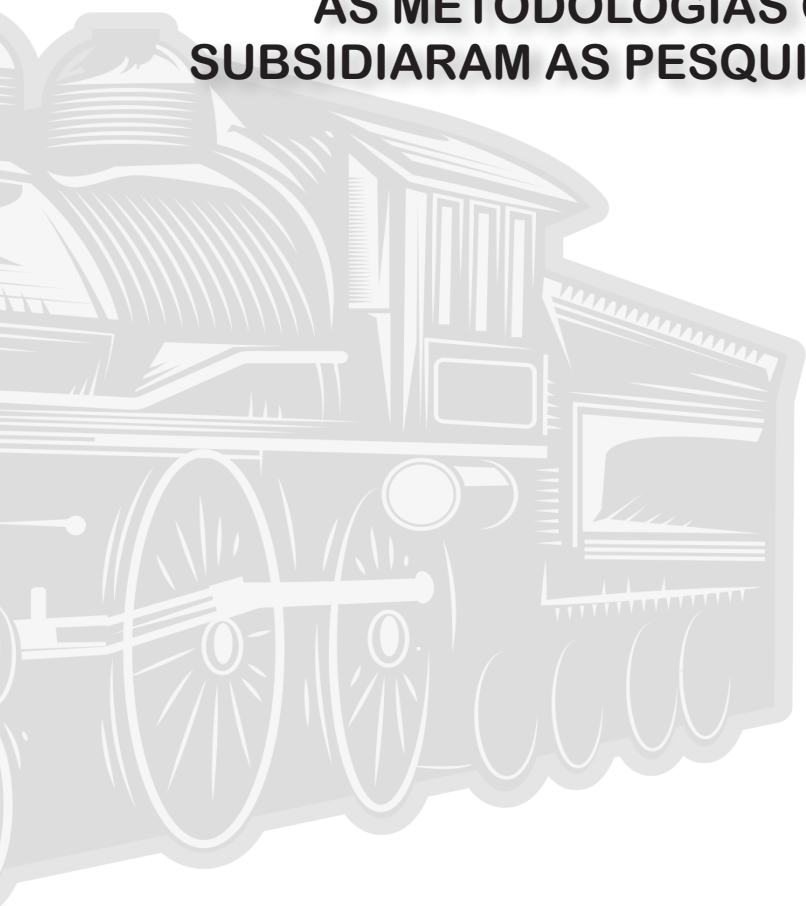
Cientes disso, no capítulo final, imprime-se certa “revisão” ao nosso pressuposto inicial, ao passo que, de certa maneira, se possam acrescentar outros elementos à dinâmica da história institucional, assim como no tocante à prática de produção e circulação do conhecimento científico. Se o faremos e de que modo será realizado, ainda não podemos responder. No entanto, deixamos a provocação ao leitor para encontrá-las e quem sabe à Editora UFLA ao identificá-las, possa por sua vez, instituir um projeto maior, que se dedique às pesquisas históricas e à memória institucional.

Trata-se de uma provocação alinhada ao que fizera o lendário escritor Monteiro Lobato em 1932, ao anotar que um livro é uma ponta de fio, que diz: “aqui parei; toma a ponta e continua, leitor [...]” (LOBATO, 1932, p. 37).

A seguir, trataremos das questões metodológicas que pautaram a investigação que opera na qualidade de moldura para este livro.



**SOBRE A NATUREZA E
AS METODOLOGIAS QUE
SUBSIDIARAM AS PESQUISAS**





Para o desenvolvimento das três investigações reunidas nessa obra adotou-se a perspectiva qualitativa. Tal acepção, em nosso entender, oportunizou correlacionar aspectos teóricos e elementos descritivos, com efeito, elucidou alguns fenômenos tomados como objetos (epistemológicos) da pesquisa.

No entanto, considerando a amplitude e complexidade das pesquisas denominadas qualitativas, faz-se necessário que situemos, sobre aquilo que estamos denominando de abordagem qualitativa, já que muitas áreas de conhecimento científico se apropriam e/ou fazem alusão a esse tipo de pesquisa.

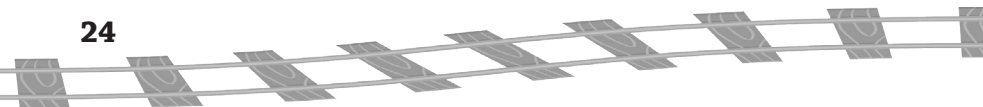
A esse respeito glosa Chizzotti (2003, p. 222):

[...] diferentes orientações filosóficas e tendências epistemológicas inscrevem-se como direções de pesquisa, sob o abrigo qualitativo, advogando os mais variados métodos de pesquisa, como entrevista, observação participante, história de vida, testemunho [História Oral], análise do discurso, estudo de caso, e qualificam a pesquisa como pesquisa clínica, pesquisa participativa, etnografia, pesquisa participante, pesquisa-ação, teoria engendrada (groundedtheory), estudos culturais etc.

Com base no excerto fraseológico aludido pode-se inferir, portanto, que as comparações panorâmicas da pesquisa qualitativa mostram a amplidão e diversidade de tendências que se abrigam sob o epíteto “qualitativo”, como anotam Denzin e Lincoln (2000, p. 2).

Ao eleger a perspectiva qualitativa, o pesquisador volta-se para a busca do significado dos fenômenos, já que este tem um papel organizador na vida e nas relações sociais humanas. Quiçá, isso justifique a abrangência e alcance dessa modalidade tão expressiva de pesquisa e o empenho de muitos pesquisadores que se dedicam a entender as formulações teóricas (evoluções e inovações) de investigações sob a acepção qualitativa (BODGAN; BIKLEN, 1994; DENZIN; LINCOLN, 2000; LE COMPTE; MILLROY; PREISSLE, 1992; VIDICH; LYMAN, 2000).

Trata-se, em última análise, da construção de um modelo explicativo, acerca de um objeto científico que difere do modelo das





ciências naturais, por estar sob a acepção das ciências humanas e sociais. Nessa perspectiva heurística não seriam as operações formais e objetivas a responder pelos fenômenos e acontecimentos, mas às relações cujos humanos estabelecem, isso significa dizer que elas (lê-se as relações humanas) preenchem esse modelo constituindo uma ciência com a presença e intervenção humana (mulheres e homens), dado que toda “Ciência do Homem” se inscreve em um contexto que é histórico e cultural, portanto, humano.

Consoante ao que anota Japiassu (1994, p. 56):

[...] o historicismo epistemológico, ao contrário, recusa-se a ser uma concepção de mundo. Define-se como uma das condições de possibilidade do real. Contrariamente ao naturalismo, que nega a especificidade das Ciências Humanas, mostra a relatividade dos conhecimentos naturais e humanos. Em contraste com os métodos explicativos das ciências naturais, opta pelos métodos compreensivos, cujo objetivo consiste em revelar ou evidenciar o que realmente se passou. Cada aspecto da realidade humana depende uma investigação histórica, pois é o passado que explica o presente.

Pois bem, considerando, portanto, a amplitude de orientações sob o epíteto qualitativo, bem como a sua natureza epistemológica, elegeu-se, em primeiro lugar, o trabalho com os jornais que circulavam na cidade de Lavras na transição dos séculos XIX e XX e os documentos provenientes da administração do Instituto Evangélico de Lavras; em seguida empreendeu-se um projeto de *História Oral*, aqui entendida como uma metodologia de produção de fontes, por meio da realização de entrevistas com os indivíduos que compuseram “o quadro histórico” de atividades da Editora UFLA; por fim, estando em posse das informações coletadas a partir das narrativas dos sujeitos históricos, partiu-se atrás de outros vestígios (fragmentos factuais), conforme acepção de Bloch (2002), e também trabalhamos com os Livros de Atas referentes aos órgãos que compunham a administração da ESAL e da própria UFLA.



Sobre o trabalho histórico que utiliza os jornais como fontes de pesquisa, três considerações precisam ser arrazoadas. A primeira delas, apesar de intensa na atualidade, esse uso é relativamente recente do ponto de vista da escrita da história, somente sendo espalhado no meio acadêmico a partir do momento em que os documentos passam a ser relativizados, em função da percepção de que novas fontes de pesquisas poderiam também modificar as abordagens na História. Nesse caso, a escola francesa da historiografia (a Escola dos *Annales*) cumpriu uma função importante nesse ofício, pois redirecionou o próprio olhar do pesquisador, por efeito, para outras dimensões da História, que não só a política, seu *locus*, até então, privilegiado (BARROS, 2004).

Não obstante, uma segunda importante ponderação, refere-se ao *modus operandi* com o qual trabalhamos para que tais fontes fossem reveladas: as pesquisas por meio de descritores em hemerotecas de arquivos. Para tessitura em questão, sem a existência desse banco de dados a utilização de jornais como fonte de pesquisa fica inviabilizada, fato que deve ser considerado em virtude da potencialidade historiográfica presente nessas fontes¹ que, metodologicamente, devem ser problematizadas em vez de apenas descritas. Interrogá-las, nesse caso, conforme apregoa Marc Bloch (2002) consiste em parte do ofício de quem as investiga.

Quanto à utilização dos documentos provenientes do Instituto Evangélico de Lavras, registra-se que a tarefa de “escavar” acervos privados, com pouca ou nenhuma preocupação arquivista, foi desafiadora, notadamente em razão das particularidades do município de Lavras. Incidência que não difere muito de outras cidades do interior, quicá das próprias capitais, que ainda carecem de maiores investimentos na preservação e democratização de sua história. Nesse caso, os documentos que utilizamos só foram

¹Fazemos menção à importante iniciativa do Arquivo Público Mineiro, instituição que há mais de um século vem salvaguardando e democratizando o acesso as fontes que, quando interrogadas, contam a história do estado de Minas Gerais.



encontrados, para depois serem interrogados, graças a iniciativas individuais de entusiastas da história local².

Em relação ao conceito de História Oral, entendida como uma metodologia, Meihy (2005) afirma se tratar de um processo sistêmico de uso de depoimentos gravados, vertido do oral para o escrito com a finalidade de registro e utilização da entrevista. Na literatura especializada, a título de informação ao leitor, não existe consenso quanto ao seu uso, podendo ser também uma metodologia que visa conhecer, por intermédio de entrevistas, as memórias ou o conhecimento de pessoas (THOMSON, 1992); uma disciplina voltada para o estudo do passado (GUARINELLO, 1998); e mesmo “um método de pesquisa histórica” (ACEVES LOZANO, 2006).

É preciso notar, contudo, que mesmo diante da falta de consenso a respeito do conceito, trata-se sempre de uma história, narrada sob a impressão (representação) do tempo presente (MEIHY, 2005), que busca extrair o significado das vivências, experiências pessoais, familiares, profissionais, comunitárias e sociais dos indivíduos. Nesse sentido, a narrativa ganha destaque, na medida em que “narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar é contar é interpretar” (PORTELLI, 1996, p. 2).

Acreditamos que por meio da História Oral seja possível construir e acessar um registro singular, visto que os depoentes ocupam historicamente um tempo e um espaço (FERREIRA; FERNANDES; ALBERTI, 2000). Não obstante, ela (lê-se a História Oral), na qualidade de metodologia, enfatiza a importância de se partir do lugar que o entrevistado ocupa no grupo social a que

²Não poderíamos deixar de fazer alusão e manifestar gratidão a Sra. Vanda Amâncio Bezerra de Souza, vulgo “Dona Vandinha”, professora do Instituto Gammon desde 1953, instituição educacional de natureza confessional (presbiteriana) que possui a mesma origem da UFLA, o Instituto Evangélico de Lavras. Sem sua dedicação em preservar, de algum modo, a história não teríamos contato com essas fontes.



pertence e do significado de sua experiência. Alinhado a esse respeito Alberti (2004, p. 31-32):

defende também que pessoas que participaram, vivenciaram, presenciaram fatos ou situações ligadas ao assunto em estudo podem fornecer depoimentos e informações relevantes e significativas para a questão estudada.

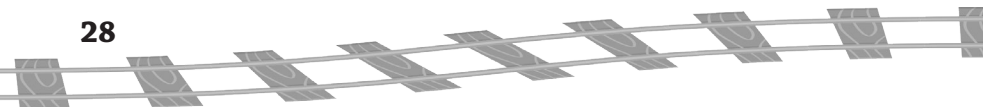
Compete-nos destacar ainda, de acordo com Meihy (2002), que a História Oral pode ser situada em três modalidades: *História Oral de Vida*, *História Oral Temática* e *Tradição Oral*³. Por razões epistêmicas, escolhemos a *História Oral Temática*, em razão desse trabalho investigativo discorrer sobre o lugar da ciência perscrutando sua: produção, editoração e circulação.

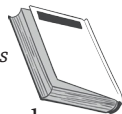
Na execução da metodologia optou-se pelo uso da entrevista baseada em questionário semiestruturado que possibilita o acréscimo de novas perguntas, na medida em que eclodam outros assuntos, ou haja necessidade (BONI; QUARESMA, 2005). A propósito, Alberti (2005) concebe esse procedimento como a principal etapa da História Oral, pois é na realização de entrevistas que se situa efetivamente seu desdobramento.

Para efeito de nossa investigação foram entrevistados ex-diretores e o atual diretor da Editora UFLA (professores⁴ da instituição). Todas as entrevistas foram realizadas no estúdio de gravações da instituição. Somam-se sete (7) entrevistas no total, sendo que todas estarão disponibilizadas integralmente ao leitor, no *website* da Editora UFLA, em um link (janela) específico,

³Tendo em vista os limites e delineamento pensados para a investigação, não detalharemos cada uma das modalidades, para tanto recomendamos consultar a obra de Silva e Carneiro (2018), ou os estudos de Carneiro (2015, 2017).

⁴Após a realização das entrevistas, conversando sobre os caminhos da pesquisa, decidimos utilizar o conceito de professor para tratar dos indivíduos que integraram a rede de depoentes, exceto um deles, mas por desempenhar uma função social diferente, por entender que independentemente daquilo que almejaram, todos eles desempenharam a função docente na educação superior, cada um ao seu modo é verdade, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, princípio da Constituição Federal (art. 207), dessa função social.





a fim de que se possa conhecer os bastidores e detalhes dos depoimentos.

Completada essa etapa, organizamo-nos, então, para a transcrição do conteúdo levantado. Para executar esse processo foram utilizados os procedimentos descritos por Alberti (2005) e Thompson (1992): em princípio fez-se a transcrição bruta, contudo, percebemos a necessidade de textualizarmos o material transcrito, sem, no entanto, alterar seu conteúdo, ou seja, seu sentido e significado, isso equivale a dizer que se transformou a fala informal em um texto que respeitasse a norma culta da língua vernácula, desde que não descaracterize o conteúdo autoral do depoimento.

O tempo total para a realização de todas as entrevistas, registrado em nossas gravações, somou 4 horas, 13 minutos e 59 segundos.

Convém informar ainda, que a constituição da rede de depoentes, para além da definição prévia sobre quem entrevistáramos, ao longo da realização das entrevistas, as narrativas foram indicando outros depoentes, cuja participação fora primordial para urdidura histórica da atual Editora.

Ademais, consideramos a saturação das informações durante o processo da coleta do conteúdo da pesquisa. Tal constatação, muita subjetiva aos pesquisadores e auxiliares de pesquisa, pode ser considerada como um ponto de inflexão, porque aconselha que o procedimento da coleta de dados deva ser encerrado para que seja iniciada, por conseguinte, outra etapa da pesquisa (FONTANELLA *et al.*, 2011).

Somado aos procedimentos advindos da História Oral temática e das outras fontes, jornais e documentos, notou-se que ao longo das investigações, alguns “hiatos” histórico-contextuais eclodiram, o que por efeito conduziu-nos a consultar outros documentos que advinham dos órgãos da administração da ESAL e da própria UFLA: os Livros de Atas do Conselho Departamental, da Congregação e do Conselho Editorial da antiga ESAL e do conselho universitário da UFLA.

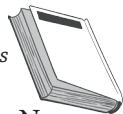


A busca por tais vestígios revelou que a preocupação com a memória na UFLA ainda fica restrita, assim como na própria cidade de Lavras, às iniciativas individuais e/ou isoladas. E por que trazemos essa constatação à baila? Por duas razões em especial, a primeira delas alvitrando um movimento de sensibilização acerca da necessidade de proteção, preservação e cientificidade no trato com o documento⁵, uma vez que, ao longo de toda a investigação, não identificamos nenhum tipo de sistematização ou política, elaborada com base em fundamentos da Arquivologia, que pudessem orientar nossas ações. Tudo que se realizou dependeu exclusivamente de nosso “traquejo” como pesquisadores em perceber os indícios, conforme aceção de Carlo Ginzburg (1990), uma condição um tanto quanto inquietante para uma instituição centenária e consolidada cientificamente em outras grandes áreas como a UFLA. Já em relação à outra razão que nos levou a trazer esse assunto à tona, diz respeito ao enaltecimento e reconhecimento – ainda que figurem na condição de estrelas solitárias no universo das constelações – de colaboradores⁶ que compõem a “comunidade uflaniana” e realizam esforços incomuns, na direção da preservação da história dessa instituição, mesmo que na qualidade de entusiastas e em condições adversas.

Fizemos uma pequena digressão, porém pertinente, já que estamos tratando de procedimentos metodológicos em pesquisas históricas. Pois bem, retomando a descrição do percurso (metodológico) da pesquisa, como dissemos, havíamos notado alguns “hiatos” histórico-contextuais, demanda essa que impetrou a necessidade de consultar outros documentos dos órgãos de

⁵Trabalhamos com o entendimento de que o “documento” em seu sentido amplo representa a “(...) unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73).

⁶Aqui prestamos reverência à servidora Ione Dias Bertolucci, secretária do Reitor da UFLA (função ocupada nesse momento histórico pelo professor José Roberto Scolforo), por salvaguardar e facilitar nosso trânsito junto às fontes. Lembramos também, da incalculável colaboração oferecida pela museóloga Patricia Muniz Mendes, sempre solícita e pronta a nos prestar ajuda. Não poderíamos deixar de citá-las, por efeito expressar nossa gratidão!

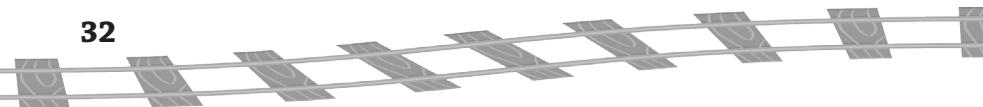


administração da instituição (antiga ESAL e da atual UFLA). Nos Livros de Atas verificamos um conjunto de informações que foram analisadas sob a ótica do discurso que, para Barros (2004), é aquela que os examina como forma de compreender a sociedade que os produziu por meio de inúmeras técnicas, dentre elas, a relação entre contexto e conteúdo das fontes.

Ao leitor, que a essa altura deve estar se interrogando e aguardando os achados da pesquisa, fazemos o convite para “passear” pelas próximas páginas (estações) desse livro, abordo dessa “locomotiva literária” que revisita o passado, sendo a História seu objeto de empenho. Mais especificamente retratando (na primeira estação) a história dos primórdios da imprensa escrita em Lavras ainda no século XIX; posteriormente abordando (na segunda parada da “locomotiva literária”) a Escola de Agricultura de Lavras, originariamente constituída no âmbito do Instituto Evangélico de Lavras que já em seus primeiros anos, a partir de 1906, demonstrava vocação científica; que por efeito deu origem a ESAL e a todo contexto do campo de produção científica, no qual a criação de uma revista, somada à inserção na pós-graduação brasileira colocou Lavras/MG em destaque e na rota da produção do conhecimento em Ciências Agrárias, a partir de 1969; até que então se tem a UFLA, já no tempo presente, a última estação, ocasião em que o “passeio” descreve a consolidação de uma instituição vocacionalmente voltada para a produção do conhecimento científico, por intermédio de sua reconhecida Editora, talvez não em virtude das grandes expressões numéricas e comerciais, mas, no que se refere ao teor qualitativo dos trabalhos que a ela são adjudicados, com efeito, veiculados no seu interior. Resta, no entanto, saber se a direção apontada pela consolidação de outrora, se mantém alinhada a um projeto de editoração universitária disposta a “contribuir para os rumos culturais e para a difusão do conhecimento científico em nosso país, criando diálogo com outras [instâncias e dimensões de] saberes” (MARQUES NETO, 2000, p. 172).



No entanto, para responder a essa pergunta e as reflexões que suscitamos a partir dela, será preciso chegar ao destino final dessa “locomotiva literária”. Contudo, sugerimos não incorrer no encurtamento do trajeto, projetos aligeirados podem ser perigosos, tolhendo o “sabor” da viagem e depauperando a experiência final. Antes, porém, percorramos cada etapa do itinerário, já que por se tratar de uma excursão – ou melhor, incursão dado ao contexto – de cunho histórico, recomendamos que desfrute de cada uma das estações, então, não se apresse e vamos a ela!



1 A IMPRENSA NO INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS: DIÁLOGOS ENTRE A RELIGIÃO, A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA





Neste capítulo o objetivo consiste em descrever e analisar parte da história do Instituto Evangélico de Lavras, em especial, àquele cujo teor refere-se à produção de materiais impressos⁷, pelos quais se envidava disseminar os princípios e as finalidades dessa instituição educacional fundada, na cidade de Lavras, sul de Minas Gerais, em 1893, por missionários presbiterianos de orientação calvinista, advindos do Sul dos Estados Unidos da América. Conjectura-se que suas práticas, notadamente àquela relativa à produção de impressos, estavam envolvidas para além do campo religioso, pelo campo político e educacional naquilo que diz respeito à propagação da fé cristã na cidade de Lavras/MG e região.

Em que pese à existência de pesquisas já desenvolvidas acerca do Instituto Evangélico, caso de Meira (2013), Pereira (2014), Rossi (2010) e Silva (2017), uma análise mais detida sobre a sua prática de produção de impressos ainda não foi realizada, o que, portanto, confere ineditismo ao trabalho. Tal empreendimento científico representa, então, uma espécie de supressão de uma lacuna em termos de produções científicas em relação à instituição, que ao ser preenchido alargará as margens do entendimento quanto à sua dimensão teleológica e à sua importância histórica para o desenvolvimento da cidade de Lavras/MG. Tal prerrogativa parece-nos alinhada ao que indica Bloch (2002, p. 75) ao esclarecer que “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”.

Em se tratando de categoria de análise para fins do trabalho realizado, adotou-se a perspectiva analítica de “campo” disseminada por Bourdieu (2005), a fim de entender algumas das articulações entre as diferentes dimensões que compõem a sociedade lavrense na virada do século XIX para XX. Para o autor

⁷Utilizaremos a expressão “produção de material impresso” como sinônimo de “impressão”, visto que etimologicamente ela é o mesmo que maquinário destinado à impressão, nesse caso, impressão em formato de papel.



em questão, um campo é dotado de certa autonomia por possuir “(...) relações específicas e objetivas entre as posições ocupadas pelos seus agentes que determinam a forma de tais relações” ao mesmo tempo em que estabelece conexões com outros campos que também possuem suas relações específicas e objetivas no âmbito da sociedade.

Pensar em um “campo social” consiste, em última análise, em estabelecer uma relação e conceber o objeto de pesquisa, que no contexto deste capítulo será o “Instituto Evangélico de Lavras”, e o fenômeno observado: a “imprensa”, em constante movimento e sob a tessitura e injunções de um tempo e espaço historicamente situados. Nesse sentido parece-nos oportuno recorrer a outro conceito postulado por Bourdieu (2005), trata-se do “Habitus” cujo teor interfere na conformação de um campo, visto que as estruturas sociais não são determinantes para os comportamentos individuais e coletivos, pois eles também desempenham um papel que é intencional na realidade social. Versa-se sempre de uma ação social no sentido proposto por Max Weber (1987), porque ela é repleta de intenção.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, embora já tenhamos dito, parece-nos oportuno redizer, utilizamos um conjunto de fontes primárias e secundárias ligadas ao desenvolvimento da produção de material impresso na cidade. Periódicos (jornais), estatutos, folhetos, opúsculos, prospectos e revistas científicas produzidas entre os anos de 1893 e 1928, examinados sob seu “tempo histórico” (BLOCH, 2002, p. 55). Esse foi o recorte temporal que delimita o período em que o Instituto Evangélico desempenhou suas atividades sob a direção do Rev. Samuel Gammon, um de seus fundadores e primeiro responsável pelo desenvolvimento da obra missionária, através da instituição educacional (INSTITUTO GAMMON, 1950).

As fontes foram coletadas no domínio da hemeroteca digital do Arquivo Público Mineiro, no acervo do Museu Bi Moreira –



órgão que integra a Universidade Federal de Lavras⁸ – e no espaço arquivístico do “Pró-Memória”, órgão do Instituto Gammon⁹. Trata-se, nesse caso, de reconstruir a “cena do crime”, procurando vestígios, alegoria empreendida por Marc Bloch (2002) para definir o ofício de quem produz pesquisa histórica.

1.1 Uma imprensa militante: marcas de um desenvolvimento na cidade de Lavras

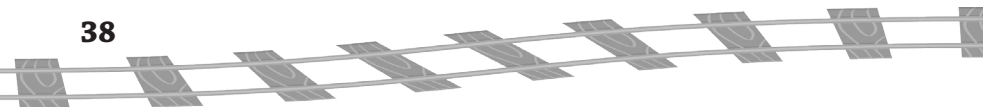
As tramas desta história começaram a ser tecidas em 1892, momento no qual os missionários presbiterianos, oriundos do Sul dos Estados Unidos da América, realizaram uma viagem repleta de dificuldades, até as terras sul-mineiras, mais precisamente até a cidade de Lavras. Não se tratou, naquele momento, de um trajeto cujo início ocorrera no país de origem, ao norte do continente americano, mas sim na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo, primeiro lugar em que se desenvolvera a missão no Brasil, a partir de 1869.

Vale lembrar que, com os missionários, muito daquilo que até então ocorria no país de origem, dividido internamente em virtude da Guerra de Secessão (1861-1865)¹⁰, entre Confederados da região sul e a união da região norte, foi introduzido em terras brasileiras, notadamente em função de uma predestinação calvinista

⁸Instituição de educação superior criada em 1994. Sobre esse processo ver a pesquisa de Rodrigues (2013).

⁹Instituição educacional privada, de ordem confessional, criada em 1928, sendo que até os dias de hoje desenvolve suas atividades na cidade de Lavras. Veremos mais adiante neste capítulo que esta instituição guarda profundas relações com a UFLA e com o objetivo que engendrou essa obra.

¹⁰A Guerra Civil Americana, também conhecida como Guerra de Secessão ou Guerra Civil dos Estados Unidos, foi um combate civil travado nos Estados Unidos de 1861 a 1865, entre o Norte e o Sul. Motivada basicamente pelas diferenças existentes entre norte e sul dos Estados Unidos durante o século XIX. Os estados do norte eram caracterizados pelo desenvolvimento manufatureiro, com a existência de pequenas propriedades agrícolas e predominância do trabalho livre assalariado. O sul, por sua vez, definido pela dependência do cultivo agrícola baseado no sistema do *plantation*, no qual havia a existência da grande propriedade de terra (latifúndio).





cujo fito seria organizar socialmente o meio no qual as missões eram instaladas (ROSSI, 2010).

A educação, nesse contexto, exercia um papel central, pois estava assentada em fundamentos éticos e protestantes que também visavam ao desenvolvimento da empresa capitalista aos moldes norte-americanos. Fundar uma escola era parte da missão, outra, por conseguinte relacionada à primeira, instituir uma igreja, no entanto, não se tratava de qualquer modelo de instituição confessional, mas sob o padrão pragmático dos edifícios de ritos religiosos cristãos, que se distinguisse – ao menos em alguns aspectos – pela orientação de seus fiéis no que diz respeito às virtudes do trabalho e da renúncia de uma vida de prazeres (SANTOS, 2009; WEBER, 2005).

Max Weber (2005), ao analisar a relação do desenvolvimento capitalista, *in loco*, nos Estados Unidos da América com orientações religiosas protestantes, observou a formação de um “espírito” repleto de responsabilidades para com o desenvolvimento daquela empresa situada em seu contexto de análise. Nada mais orgânico, por efeito, que tal princípio também emergisse em terras brasileiras e solidificasse a missão em Lavras/MG, não a única no país, outras tantas existiram¹¹, mas com características peculiares que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento dessa cidade erguida entre as montanhas do sul do estado de Minas Gerais.

Silva (2017, p. 63) comenta que uma dessas peculiaridades foi à implantação, em 1893, de uma escola cuja finalidade (psicofísico) alvitrava formar um novo indivíduo, dotado de uma moralidade

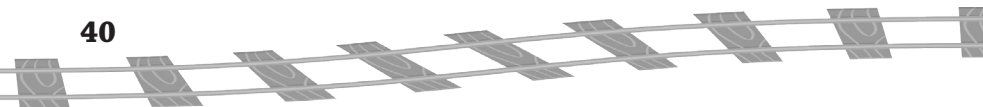
¹¹Entre os anos de 1869 e 1928 podemos enumerar uma série de empreendimentos educacionais originários da missão presbiteriana do sul dos Estados Unidos, no Brasil: Colégio Internacional (Campinas, 1869 – ao ser transferido para Lavras em 1893, denominou-se Instituto Evangélico); Mackenzie College (São Paulo, 1870); Ginásio Evangélico Agnes Erskine (Recife, 1904); Instituto Ponte Nova (Wagner, 1906), Colégio 15 de Novembro (Garanhuns, 1907), Instituto Cristão (Castro, 1907), Colégio Evangélico do Alto Jequitibá (Presidente Soares, 1923), Colégio Evangélico de Buriti (Buriti, 1924), Patrocínio College (Patrocínio, 1925); Instituto José Manoel da Conceição (Jandira, 1928) e Colégio 2 de Julho (Salvador, 1928).

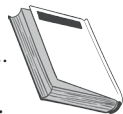


capaz de contribuir com a organização da sociedade. Seguindo suas análises sobre essa instituição, o autor revela que os primeiros anos de atividades educacionais do instituto, em que pese sua atuação com a “(...) instrução gratuita com o intuito de fazer progredir as atividades educacionais da missão”, foram voltados para a formação educacional no internato feminino e externato para o público masculino e feminino com base em estudos que abrangiam as: “(...) Primeiras Letras, Calligraphia, Desenho Industrial, Musica, História Patria e Universal, Mathematica, Sciencias Physicas e Methaphysicas, Portuguez, Francez, Inglês e Latim (...)” divididos em três cursos “(...) o primário, de quatro annos, o secundário, de dois annos, e o superior, de dois annos (...)” (SILVA, 2017, p. 63).

Refere-se a um quadro histórico intrigante neste processo de instalação dos missionários presbiterianos na cidade de Lavras, pois antecedeu a própria fundação da Igreja, edificada apenas em 1899, dada à relevância da educação para a continuidade da missão em Lavras/MG, de acordo com Rossi (2010). Isso porque o papel da educação no processo de evangelização não era consenso entre os presbiterianos que advinham do sul dos Estados Unidos da América: se por um lado se defendia a evangelização direta, pela igreja; por outro era também defendida a evangelização indireta, por meio da escola (FERREIRA, 1992).

Não se sabe ao certo o quanto essa divergência foi influenciada ou influenciou a missão em Lavras/MG, essa é uma problemática de pesquisa que não conseguiremos responder aqui, mas, podemos afirmar que a identificação de uma infraestrutura urbana repleta de problemas e de um quadro de analfabetismo proeminente na cidade de Lavras – herança de anos de uma escravidão baseada na religião católica e na atividade econômica agrícola e mineradora, naquele contexto final do século XIX – impulsionou o protagonismo de uma educação escolar no interior dessa missão (INSTITUTO GAMMON *apud* ROSSI, 2010). Isso possuía relação com a necessidade de aquisição da leitura e escrita, por se tratar de uma competência





fundante da religião, sem a qual, o acesso aos preceitos bíblicos e aos princípios da ética protestante seriam afetados (SANTOS, 2009).

Não sem razão pode-se observar sinais desse quadro de analfabetismo, ao se constatar que a produção de materiais impressos, tal como jornais, por meio de serviços tipográficos, em Lavras/MG ocorreu tardiamente. Ao que tudo indica um panorama brasileiro no século XIX, período imperial, pois a prática de impressos por essas terras só foi permitida com a chegada da família real portuguesa em 1808 e como até então o impresso era algo raro, a prática da leitura era também um tanto quanto restrita durante os anos oitocentos (MARTINS, 2008).

Tal cenário, todavia, notadamente em função dos ventos republicanos liberais que sopravam da Europa e adentravam as terras brasileiras por intermédio dos imigrantes e de brasileiros que frequentavam o velho continente, foi sendo modificado paulatinamente, ao ponto dos impressos serem postos em circulação também em outros setores da sociedade brasileira, mas não sem uma regulação por parte do império (SODRÉ, 1999).

O primeiro periódico a circular na cidade de Lavras/MG, em 13 de fevereiro de 1887, foi “O Lavrense”, um semanário, sob a editoração de Francisco Martins de Andrade, advogado, formado em São Paulo, com forte tendência republicana. O próprio nome do periódico confundia-se com o nome do Clube Republicano local (lavrense) que, inclusive, à época “(...) elegeu dois dos três deputados para o biênio 1888/1889, 24ª legislatura da província de Minas Gerais e última do Império”, entre eles, o próprio editor de “O Lavrense” (ANDRADE, 1987, p. 2).

Vale lembrar que naquele contexto o regime monárquico no Brasil possuía uma nota parlamentar que imprimia, segundo Dolhnikoff (2008, p. 13), um “desenho institucional” que era previsto constitucionalmente e que equilibrava os modelos políticos-republicanos advindos, principalmente, dos Estados Unidos da América e da Europa, e as especificidades brasileiras. Nesse caso, a

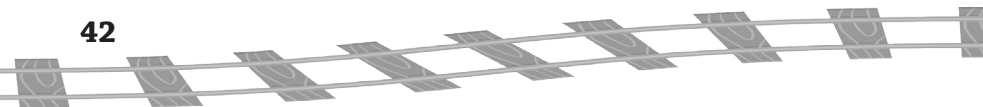


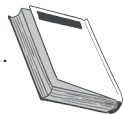
Câmara dos Deputados desempenhava um papel na condução do Estado brasileiro de negociação dos interesses “(...) intraelites e de formulação de políticas nacionais”.

Conjuntura possível de ser verificada no microcosmo da urbe de Lavras/MG no final dos anos oitocentos, em razão do movimento republicano local, mesmo sem a proclamação deste regime no Brasil, algo que viria a ocorrer apenas em 1889, desestabilizando a estrutura social existente, com isso aventando uma alternativa ao contexto, mas não livre de composições com o núcleo estruturante da sociedade local, principalmente, no que se refere ao campo religioso. Nesse caso, o que estava em diálogo era a relação entre a política e a religião no desenvolvimento da cidade, tal como se pode depreender do jornal “O Lavrense”:

[...] assim compreende-se a necessidade da dor, e sua utilidade para o adiantamento dos seres. Cada orbe que rola no espaço é uma vasta officina em que a substância espiritual é incessantemente trabalhada. Como o grosseiro minéreo se transmuda pouco e pouco em metal puro sob a ação do fogo e das águas, assim a alma humana aos golpes dos pesados martelos da dor se transforma e fortifica. E em meio das provas que se retemperam os grandes caracteres. A dor é a purificação suprema, a fornalha onde se derretem todas as impurezas que nos maculam: o egoísmo, o orgulho, a indiferença. É esta a escola em que se apuram as sensações delicadas, em que se aprendem a piedade e a resignação estoica. Os gosos sensuaes retardam nossa elevação, agrilhoando-nos à matéria; o sacrifício e a abnegação, por nos arrancarem á essa ganga espessa, preparam-nos para uma ascensão mais rápida. Purificada, sublimada pelas provas vê a alma cessarem as encarnações das leis e das cousas e torna-se cada vez mais participante no desempenho d'essas leis (JUSTIÇA..., 1887, p. 2).

Em mais uma passagem, o jornal “O Lavrense”, seguindo a ideia de composição acima evidenciada, ressaltava “verdades” que não deveriam ser esquecidas, visto que:





como si não bastasse o rancor que divide os povos – rancor avivado de continuo pelos que se dizem representantes do christo e que tanto tem demorado a propagação do Evangelho – ascende-se discórdias sangrentas entre homens da mesma nação e ainda entre membros da mesma família desabem ódios, despeitos e ciúmes (A VERDADE, 1887, p. 1).

Ao que parece, a ideia de que dentro do movimento republicano caberiam orientações religiosas, justamente pela estrutura social lavrense estar também nela assentada, dialogava com a necessidade de modernização da cidade, pautada pelo desenvolvimento de um núcleo urbano com outras práticas e formas de organização coletivas (PEREIRA, 2014; ROSSI, 2010).

E por que não a imprensa? Por que não periódicos que circulassem pela cidade difundindo a ideia de progresso e de bons costumes, algo afeito às demandas religiosas?

Ante as indagações anteriormente apresentas, parece oportuno recorrer às contribuições do filósofo e sociólogo judeu, alemão, Walter Benjamin, quando se refere aos aspectos essenciais à linguagem, condição passível de ser demovida para o debate relativo aos meios de comunicação. Para esse autor, a linguagem, ao invés de *meio*, ou instrumento, configura-se no próprio “*médium* da comunicação”, pois

ela comunica seu ser espiritual correspondente. É fundamental saber que este ser espiritual se comunica na linguagem e não através da linguagem (LIESEN, 2014, p. 245).

Ao observar essa pujança comunicativa, a linguagem expressa no primeiro periódico lavrense sinaliza para uma próspera comunicação entre o campo da política e a esfera da religião, abrindo, por efeito um canal de circulação de um tipo específico de imprensa, ao que tudo indica propício à circulação de uma espiritualidade, de um *ethos* e por que não, de uma concepção ética? O próprio desenvolvimento tardio da imprensa em Lavras/MG em relação ao restante do país dava o tom dessa característica,

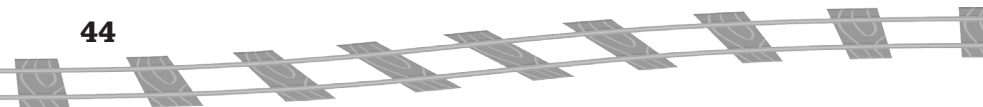


uma vez que “O Lavrense” possuía o teor ideológico, militante e, em alguma medida panfletário, típico dos jornais circulantes na capital do Império, Rio de Janeiro, em meados do século XIX (SODRÉ, 1999).

Trata-se, portanto, desta conjuntura em que a imprensa é difundida em Lavras¹² e com ela uma imprensa própria, a da missão presbiteriana instaurada em 1892, algo típico de sua ação social no Brasil, iniciada em meados do século XIX. Mais precisamente – de acordo com as evidências por nós erigidas, a partir de 1893 o periódico mensal “Púlpito Evangélico” difundia os princípios da ética protestante (RIBEIRO, 1981), assim como, a partir de 1896, em outro periódico: “A Espada”, igualmente utilizado como órgão de propagação dos ideais protestantes na cidade. Curiosas e emblemáticas eram as justificativas apresentadas pelo segundo jornal: “Porque a palavra de deus é viva, eficaz e mais penetrante do que toda a Espada de dous gumes” (A ESPADA..., 1896, p. 1).

Para os protestantes enraizados no Brasil, segundo Santos (2009), a produção de materiais impressos como parte das missões era vista como determinante para sua eficácia expansionista, tanto que, em Lavras uma “typografia protestante” foi instalada, “(...) o princípio do trabalho que mais tarde viria a exercer uma influência muito grande (...)” (INSTITUTO GAMON, 1959, p. 8). E qual foi essa influência? De que maneira e por intermédio de quais impressos a igreja protestante presbiteriana difundiu a sua palavra religiosa, política e educacional? A resposta a tais inquirições dar-se-á doravante.

¹²Após “O Lavrense”, outros jornais circularam na cidade no final do século XIX denotando uma intensa atividade de produção de material impresso, tais como, “A Flor” (1887), “Gazeta de Lavras” (1888), “O Rio Grande” (1889), “O Trabalho” (1891), “O Lar” (1891), “O Caráter”, “Correio de Lavras” e o “O Leque” (1894), “Cidade de Lavras” (1895), “O Astro”, “Folha de Lavras” e o “O Republicano” (1898), “O Papagaio” (1899) e “A Seara” (1900).





1.2 Ecos da grande imprensa e a produção de impressos no Instituto Evangélico de Lavras

Como já mencionado anteriormente, os dois primeiros periódicos a circularem em Lavras/MG, produzidos pela imprensa dos presbiterianos nos anos finais do século XIX, foram: “O Púlpito Evangélico” e “A Espada”, tendo como característica marcante a disseminação de sermões dominicais realizados na Igreja. No segundo periódico¹³, os princípios da missão eram expostos por via da leitura de versículos bíblicos, e de acordo com a hermenêutica protestante, seguida de questionamentos sobre a lição com desdobramentos em “verdades práticas” a serem utilizadas no cotidiano de quem integrava a Igreja. Conformação típica da tessitura social, uma vez que o compromisso desse órgão da imprensa de Lavras anelava o desenvolvimento da missão e da propagação da fé cristã.

Ocorre, no entanto, um conjunto de transformações sociais, tais como a proclamação da república, o fim da escravidão, a integração da cidade à Estrada de Ferro Oeste de Minas que a conectava ao Rio de Janeiro, então capital, a expansão da agropecuária, do campo educacional, desencadeando, com isso, o desenvolvimento da imprensa na cidade de Lavras (transição do XIX para o XX). Como resultado houve uma melhor estruturação comunicacional, sucedendo no aumento do número de jornais, com efeito, ampliou-se às notícias que eram veiculadas aproximando-se do que Sodré (1999) denominou como grande imprensa.

Pequenos jornais com estruturas mais simples foram substituídos por empresas jornalísticas com estrutura complexa,

¹³O fato de não termos encontrado exemplares físicos e nem digitalizados do jornal presbiteriano “O Púlpito Evangélico”, nos faz ter apenas informações secundárias ao seu respeito. Dentre elas, uma periodização proposta por Silvestre (2016) que afirma a existência de três momentos dessa publicação mensal que foi o segundo jornal evangélico a circular no Brasil durante os anos oitocentos: i) entre 1874 e 1875, publicado em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro; ii) a partir de 1976 publicado em Campinas (SP); iii) e de 1893 em diante, publicado na cidade de Lavras (MG).



dotadas de equipamentos gráficos sofisticados. Novos processos de produção foram introduzidos e as tipografias perderam o seu espírito artesanal para então conquistar uma posição de maior impacto, conjuntura que pode ser examinada com base nas propagandas que eram veiculadas em periódicos locais. Vejamos alguns exemplos:

As oficinas dessa folha acham-se em condições de poder satisfazer a qualquer encomendas de notas, facturas, cartões comerciais, cartões de visita e participação de casamentos, cartas de enterros, circulares, cartazes para theatro e circo, talões, rótulos, recibos, etc., etc. (TYPOGRAFIA, 1894, p. 4).

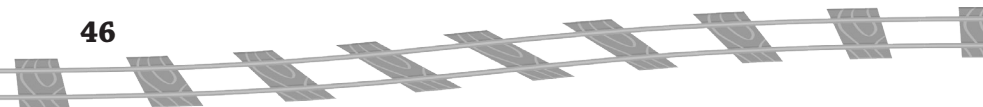
Typografia da Cidade de Lavras (...) Garante-se perfeição nos trabalhos feitos nessa typografia. Remete-se com brevidade as encomendas de fora. Rua 15 de novembro. Cidade de Lavras – Minas – (TYPOGRAFIA..., 1896, p. 4).

Rotulos: vende-se na typografia da Folha de Lavras (ROTULOS..., 1898, p. 4).

Há outro periódico que circulava na cidade de Lavras/MG e que também fornece evidências empíricas a respeito dessa transformação da imprensa local. Em um de seus números publicados, em 1898, a seguinte informação foi veiculada no expediente do jornal: “A ‘Folha de Lavras’ é neutra em questões políticas e religiosas, pelo que se torna folha completamente imparcial” (EXPEDIENTE, 1898, p. 1). Em outro número, ainda em 1898, uma seção dedicada ao ofício da imprensa e escrita por Quintino Bocaiuva¹⁴ é categórica:

a imprensa, pode-se dizer, é a eucharistia do pensamento. O marmore dos prelos e a mesa da comunhão universal. Em torno dessa mesa só devem sentar-se os apóstolos fieis ás doutrinas e os discípulos amantes da verdade. O symbolo da ceia tem na imprensa sua reproducção. É o repasto espiritual offerecido aos povos. Sobre a mesa espargem-se igualmente os raios serenos do resplendor celeste – os raios da fé e a

¹⁴Quintino Antônio Ferreira de Sousa nasceu no Rio de Janeiro em 1836, transferiu-se para São Paulo, formou-se na no curso de humanidades anexo à Faculdade de Direito e desenvolveu atividades como escritor, jornalista e republicano.





verdade que, iluminando a consciência dos povos, os tornam aptos para a gloriosa conquista do seu bem estar e da sua glória (A IMPRENSA, 1898, p. 1).

Além dessa (suposta) imparcialidade metaforicamente desdobrada por intermédio da representação cristã – uma tentativa de manutenção de diálogo com o campo da religião, algo sólido na estrutura lavrense daquele contexto, como já mencionamos – existia a preocupação em veicular as notícias acerca de eventos teatrais (THEATRO..., 1888), educacionais (INSTRUÇÃO..., 1899), e até mesmo de corridas a pé (FRONTON..., 1899) e touradas (TOURADAS, 1898), afora, é claro, de assuntos econômicos e políticos (EMPRÉSTIMO..., 1899), cenário que evidencia uma mudança nos expedientes da imprensa local.

Outro periódico, intitulado: “Cidade de Lavras”, na seção de notícias divulgava e comentava a programação cultural desenvolvida no Instituto Evangélico, instituição escolar ao abrigo dos presbiterianos.

A 25 do mez findo, como havíamos noticiado, realizou-se o brilhante concerto organizado pelas alumnas do “Instituto Evangélico” após o encerramento das aulas do seu terceiro ano lectivo. O rico salão da camara municipal onde teve logar o concerto, achava-se caprichosamente ornamentado. Às 8^{1/2} da noite teve começo o concerto pelas gentis alunas do “instituto” auxiliadas pela distinta professora exma. D. Francisca Costa, merecendo a execução das músicas francos aplausos do selecto auditório que enchia o salão, notando-se ali representada a *elite* da sociedade lavrense (INSTITUTO EVANGÉLICO, 1895, p. 2)

Nota-se, a partir desse “vestígio”, conforme anota Bloch (2002), que o próprio “Instituto” integrava esse processo de transformação nas características da imprensa local, ora como parte do que era noticiado a respeito do cotidiano da cidade, ora por meio dos seus próprios órgãos de imprensa. Ao invés de jornais mensais que veiculavam sermões dominicais apenas, como são os casos do “A Espada” e do “Púlpito Evangélico”, como citado no início da seção,



uma nova configuração eclodia, em virtude do que era publicado na própria imprensa local.

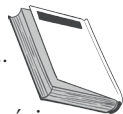
Praticando um interrogatório em relação às fontes, fazendo uso do “ofício” proposto pelo mesmo Bloch (2002) na introdução do capítulo, indaga-se: teria essa nova configuração desempenhado um papel de interferência no desenvolvimento da imprensa evangélica ou seria ela parte desse desenvolvimento? Questionamos isso porque não existem indícios a respeito da produção de jornais por parte do instituto evangélico, além daqueles de natureza militante até o ano de 1919.

Um jornal local produzido mais recentemente por Silvio Bi Moreira¹⁵, em razão dos 100 anos da imprensa em Lavras, até mesmo, ao tratar dessa efeméride abre um espaço em seu expediente para noticiar a importância da “imprensa Gammon” (antiga imprensa evangélica), mas não faz menção a nenhum periódico produzido na instituição, além do “Púlpito Evangélico” e da “Espada”, nos primeiros anos dos novecentos. Tal intelectual alude tão somente publicações em formato de jornal a partir dos anos 1930, com a publicação do jornal “O Instituto” (IMPRENSA..., 1987, p. 3).

Existiram outros impressos que foram produzidos na tipografia da instituição, tais como: estatutos, folhetos, prospectos que conferiam publicidade, mesmo que de forma marcadamente institucional, em relação ao que ocorria internamente. Trata-se de uma prática, passível de ser identificada, a partir da evidência contida em jornal local publicado em 1894, isto é, no segundo ano de funcionamento do Instituto Evangélico.

Este estabelecimento que abrange internato e externato para meninas e externato para meninos até a idade de 11 anos é

¹⁵Silvio do Amaral Bi Moreira nasceu em Lavras no ano de 1912, estudou no Instituto Evangélico, tornou-se um importante intelectual da educação na cidade de Lavras e atuou intensamente no desenvolvimento de atividades educacionais no âmbito do Instituto Gammon, originalmente Instituto Evangélico de Lavras. Hoje “Bi Moreira” dá nome ao Museu da Universidade Federal de Lavras.



dirigido em todas as suas repartições segundo os princípios da pedagogia moderna e o sytema americano de educação. Da-se instrucção na musica nas artes domésticas e em todas as matérias primárias e secundárias (...) **para prospectos e mais informações dirigir-se á Directoria do Instituto Evangélico** (INSTITUTO EVANGELICO, 1894, p. 4 **grifo nosso**).

Os prospectos aludidos, no entanto, não possuem nenhuma evidência material identificada até 1908, quando são propagandeados e descritos tudo aquilo que envolve a vida escolar dos alunos do Instituto, valores mensais dos cursos (Gymnásio, Escola Agrícola e Colégio Carlota Kemper), docentes, disciplinas e atividades, regras, entre outras medidas de funcionamento da instituição em prospectos editados na própria instituição (INSTITUTO EVANGÉLICO, 1908).

Vale destacar ainda, as “preliminares” e os “fins” da instituição naquilo que diz respeito à relação entre a educação e a religião, nesses prospectos didático-pedagógicos que estruturavam a dinâmica do cotidiano educacional da instituição. Na edição de 1924, de um dos prospectos, por exemplo, eles são assim descritos:

[...] o fim supremo e final do estabelecimento é a formação de caracteres firmes e symetricos, e ele procura esse nobre objectivo proporcionando aos seus alunos, em todos os departamentos, instrucção sólida, cultivando esmeradamente as suas faculdades intellectuais e incutindo-lhes no espirito princípios Moraes são e elevados. Entendemos, com Pestalozzi, que a verdadeira Educação não é a que procura tão somente a instrucção do alumno, mas a que tem por fim desenvolver-lhe harmoniosamente todos os poderes de que o Creador o dotou, dando-lhe uma sabia orientação, tornando-o capaz de governo próprio, e fazendo dest' arte, um cidadão util e efficiente no serviço da família e da pátria (INSTITUTO EVANGÉLICO, 1924, p. 8).

Essa relação entre o campo educacional e religioso, nesse aspecto, está ancorada no arcabouço pedagógico produzido por um



pensador suíço, cristão, protestante, Johann Heinrich Pestalozzi que viveu a transição do século XVIII e XIX. Para ele

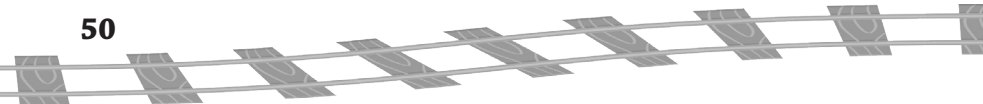
um homem não deve somente saber o que é verdade, ele deve ser capaz de fazer e desejar sempre o certo. O cultivo do intelecto não irá enobrecer o homem, se não for fundado no cultivo do coração. A grande lição verdadeira da felicidade na vida é esta, o homem deve fazer o correto para sua própria satisfação, não para agradar aos outros. Um bom homem vê todo incidente em sua vida como uma mensagem de Deus para que ele se aperfeiçoe. Um homem pode infinitamente mais se está verdadeiramente disposto. Eu sou feito das forças físicas, sociais e morais. A primeira advém de minha Natureza animal; a segunda de minha associação com meus iguais; mas a terceira vem somente de meu interior quando empenhado na virtude. (PESTALOZZI *apud* ARCE, 2002, p. 92).

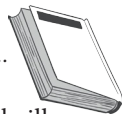
Educação e religião seriam, então, uma coisa só, uma relação que deveria ser tratada pedagogicamente e os prospectos produzidos pela imprensa evangélica em Lavras/MG ratificavam isso, assim como os outros impressos analisados também demonstram uma dinâmica de relações intensas entre os campos educacionais, políticos e religiosos no primeiro *quartel* do século XX.

Afora os impressos produzidos desde o século XIX, como vimos, vale realçar os seguintes achados de pesquisa: dois opúsculos que tratavam dos “Planos e Objetivos” publicados respectivamente em 1906 e 1907 que explicitavam a organização do instituto, sua estrutura física, objetivos, um ideal para a cidade de Lavras/MG, as suas necessidades para o melhor funcionamento, suas ações relativas à “(...) Phase Industrial” com a criação de oficinas destinadas às atividades da escola agrícola recém-inaugurada em 1906, em função do reconhecimento da especificidade econômica da região e do próprio país (GYMNÁSIO DE LAVRAS, 1907).

O Estatuto da Mesa de Curadores do Instituto Evangélico, publicado em 1913, que a estabelecia como uma

(...) associação creada para o fim expresso de representar o “Comité” Executivo das Missões Extranageiras da Egreja





Presbyteriana nos Estados Unidos, com sede em Nashville, Tennessee, em certas e determinadas operações, como sejam: a administração do estabelecimento de ensino conhecido pelo nome de Instituto Evangélico, tendo sua sede na cidade de Lavras, Estado de Minas (...) Os membros da associação são missionários, representantes do “Comitê” Executivo acima referido, que trabalham nos mistérios pedagógicos e administrativos do referido Instituto Evangélico (...) (INSTITUTO EVANGÉLICO, 1913, p. 2).

Constatou-se, além do mais, outro Estatuto aprovado em 1918, da Associação Athletica do Instituto Evangélico que possuía como finalidade a “educação physica (...) por meio dos vários desportos e da gymnastica”, o “(...) espírito de sociabilidade (...)”, a “(...) relação com clubs congêneres (...)” e “proporcionar aos socios campeonatos e outras festas desportivas” (INSTITUTO EVANGÉLICO, 1919, p. 3).

A partir de 1919, no entanto, há uma inflexão, pois também identificamos na produção de materiais impressos, a presença de um jornal e de uma revista científica. Não sabemos ao certo se isso está relacionado apenas à compra de novos equipamentos tipográficos pelo instituto, condição que pode ter viabilizado uma dinâmica de produção mais ampla e intensa, ou se houve uma mudança na configuração de outrora, dado que contrariamente à instituição veicular os seus anúncios sobre as atividades educacionais nos jornais locais, ela mesma passaria a noticiá-los, por meio do seu próprio órgão de imprensa.

Quiçá essa seja a “chave” para entendermos porque o periódico “O Estudante” órgão da “Associação Athletica do Instituto”, circulou com frequência entre os meses de abril e novembro de 1919, conforme sinalizam os vestígios de pesquisa. Ao todo encontramos 26 números desse jornal que revelam os seus princípios e o cotidiano das atividades escolares.

O título deste jornal encarna em si um programa. É próprio de o estudante dedicar-se á literatura, á sciencia e ao desporto.



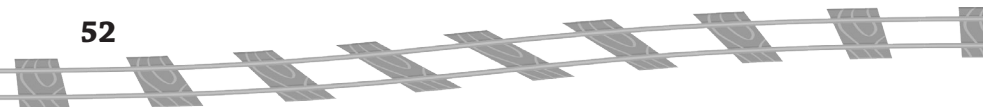
A literatura e a sciencia robustecendo o espiriro, conduzem no critica; e á política naturalmente o levam as supremas necessidades da Patria. Como D' Annunzio dizia á poetica Zara, todos nós temos em fim um dia de ardor patriotico em que gritamos á terra amada: Or sai che per te si combate e per te si vince! (DUAS PALAVRAS..., 1919, p. 1).

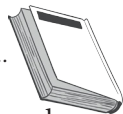
Vale notar que a ideia de “sciencia” estava muito próxima às especialidades educacionais do Instituto, em especial, a agricultura. Ainda de acordo com “O Estudante”:

publicaremos nesta secção uma serie de artigos, que terão por fim habilitar o agricultor, obter do solo, com o mínimo esforço e com menor despesa, o máximo da produção. Não queremos crear ou introduzir inovações nos bons métodos de cultura tratadas por autores de nomeada, queremos, porem, coordenar os vários processos culturaes vantajosos ao lavrador, bem como salientar que o amanhã da terra é um trabalho que nobilita o homem. Despresando, pois, o antigo preconceito que considera o cultivo do solo adequado sóa homens rudes, e indigno da gente educada, mostraremos que, pelo contrário, a agricultura não quer pessoas inefficientes, exigindo homens inteligentes, capazes de administrar bem, para produzir muito (INTENSIFICAÇÃO..., 1919, p. 4).

É nesse *métier* – versão afrancesada daquilo que chamamos de “profissão” e que denota profundidade, lugar de relações profissionais – com o qual foram desenvolvidas as atividades acadêmicas do Instituto Evangélico, tanto é que um órgão de divulgação científica foi criado em 1922, “O Agricultor”, como forma propagandear e informar os ensinamentos e procedimentos ali produzidos para agricultores capitalizados daquela região agropecuária (MOREIRA, 2018).

Entre publicações de professores da instituição figuravam conceitos, procedimentos e até mesmo atitudes possíveis de serem desenvolvidas no âmbito da agricultura. Artigos sobre: “As Leis gerais da biologia”, a “Importância do milho”; “Enxertia de plantas”; “Atitude do governo para com a agricultura”; “Silos e ensilagem”; “O desenvolvimento dos animaes novos”; “Fenos e fenação”, dentre





outros, escritos por professores do instituto e figuras de renome de Lavras/MG, sumariava essa produção científica em seu segundo número publicado em 1922.

Trata-se de uma revista que circulou até 1943, e ao todo existem indícios materiais de 107 edições da revista “O Agricultor”, de um total de 136 números que eram produzidos pela “Pap. e Typ Menicucci Lavras Minas”, de acordo com a informação editorial impressa no segundo número da revista (O AGRICULTOR, 1922). Outra inflexão, todavia, faz-se oportuna.

Com base na análise até aqui realizada é possível afirmarmos a existência de uma “imprensa” bastante ativa na instituição educacional dos missionários presbiterianos, conquanto, tal imprensa possuía características peculiares, uma vez que os serviços de tipografia, ou pelo menos parte deles, também eram realizados fora da instituição.

Nesse caso, o que delimitava tal configuração? Acreditamos que essa era uma estratégia da instituição na condução das relações com o campo da política, haja vista que a “typografia” responsável pela impressão da revista científica “O Agricultor” pertencia a Paulo Menicucci, médico, higienista, de tendência republicana, com forte incidência na sociedade lavrense do contexto. Ele, a propósito, escrevia artigos com alguma frequência na revista, um, até mesmo relacionava a Higiene e a Instrução e exprimia a seguinte mensagem:

se os poderes públicos não podem levar a effeito grandes obras de prophylaxia rural, por serem altamente dispendiosas, ao menos procurem generalisar o ensino primário, alicerçados nas bases modernas da Pedagogia, ensinando ao desprotegido lavrador os meios de evitar a contaminação do seu organismo. De que nos serve o café de preço elevado se o braço se for extinguindo aniquillado pela moléstia? (O AGRICULTOR, 1922, p. 6).

Essa estratégia, inferida levando em conta à análise dos achados de pesquisa, desestabiliza, em parte, aquilo que foi veiculado memorialmente como uma periodização na efeméride relativa aos



100 anos da imprensa em Lavras/MG, quando generaliza ao afirmar que a revista O Agricultor foi publicada e impressa pelo instituto:

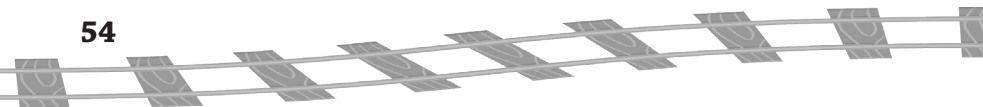
ainda no século XIX surgiram dois periódicos evangélicos A ESPADA e PULPITO EVANGÉLICO impressos na *typographia evangélica*, cujas máquinas e tipos chegaram a Lavras junto com o colégio que, depois de ser conhecido como Instituto Evangélico passou a chamar-se Instituto Gammon, em 1928. Nessa tipografia foram impressos diversos periódicos, entre os quais a revista O AGRICULTOR e FOLHETOS DO SERVIÇO DE PROPAGANDA AGRÍCOLA, pioneiros neste setor em todo o Brasil (...) (IMPRENSA..., 1987, p. 6).

A revista “O Agricultor”, até pode ter sido sim publicada utilizando os serviços de tipografia do Instituto Evangélico, como afirma o excerto extraído da fonte, mas isso não inviabiliza o tratamento da ideia de que eles também atendiam às demandas de ordem política da instituição.

Observa-se desse contexto, portanto, os movimentos que constituíam, mesmo que inicialmente, uma finalidade para o que era produzido a partir ou pelo Instituto Evangélico em termos de material impresso, por intermédio de um periódico, uma revista científica, prospectos didático-pedagógicos, entre outros documentos normativos produzidos, um intento que continuou a ser praticado mesmo após o falecimento do rev. Samuel Gammon, missionário e um dos responsáveis direto pelo desenvolvimento da missão protestante, em 1928.

Esse fato inclusive repercutiu na imprensa de Lavras e região. Órgãos de notícias como “A Cidade” de Perdões, município adjacente a Lavras, “O Município” e “Tribuna do Povo” da cidade de Lavras, veiculavam o ocorrido ao mesmo tempo em que lamentavam e destacavam a sua importância para campo da educação:

o falecimento do grande educador que foi o Dr, Samuel Gammon, ocorrido no dia 4 do fluente, vem cobrir de luto não apenas a culta cidade de Lavras que elle tanto amou e á





qual tantos benefícios prodigalizou, mas também a milhares de discípulos seus que, como nós, espalhados por todo o território do Brasil, jamais esqueceram o vulto querido de seu antigo director e guardaram sempre admiração pelas suas excelsas virtudes (UM BENEMERITO, 1928, p. 1).

No âmbito da escola dos missionários presbiterianos, decerto, tal acontecimento causou transformações, dentre elas a mudança no nome da instituição para “Instituto Gammon”, homenagem endereçada ao rev. Samuel Gammon pouco antes do seu falecimento e uma mudança na direção da instituição. Enquanto que o segundo responsável pela missão, rev. Charles Clyde C. Kight passa a assumir a linha de frente da direção na instituição escolar associada à igreja. Um dos prospectos produzidos já após o seu falecimento, em 1929, informa tal mudança e destacava as virtudes do rev. Samuel Gammon como “Educador da mocidade brasileira de 1889 a 1928” (INSTITUTO EVANGÉLICO, 1929).

Cabe registrar que a produção de impressos pela tipografia da instituição continuou. Tanto a publicação de documentos das mais diversas ordens, quanto à publicação de jornais estavam colocadas em pauta. Exemplo disso reside na continuidade da publicação dos prospectos didático-pedagógicos até a década de 1960, e o impresso “O Instituto”, publicado primeiramente em 1930, órgão noticioso que cumpria a função de divulgador das atividades educacionais da escola, desde questões propriamente escolares, passando por questões científicas, literárias e esportivas, além, é claro, de princípios religiosos que possuíam interface, em alguma medida, com a política.

1.3 Algumas impressões (finais)

Não há realidade histórica que funcione como um chavão e que se proponha ao historiador por si mesma. Como todo homem de ciência, o historiador deve, segundo as palavras de Marc Bloch, “diante da imensa e confusa realidade”, fazer “sua escolha” – o que, evidentemente, não significa nem a arbitrariedade nem a simples colheita, mas a construção

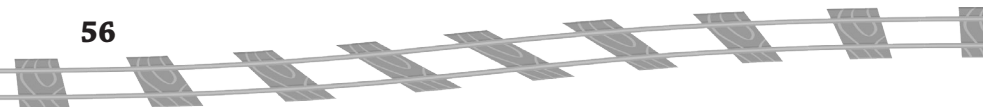


científica do documento [...]. [O fato histórico] é [agora segundo Febvre] “algo inventado e fabricado, com a ajuda de hipóteses e de conjunturas, por um trabalho delicado e apaixonante” (LE GOFF, 1990, p. 138).

Neste momento em que se pretende apresentar as impressões extraídas de todo o decurso da investigação retrata ao longo do capítulo, do mesmo modo em que tecer algumas impressões cujo estudo elucidou, parece-nos oportuno aludir à compreensão da história-problema, formulada por Marc Bloch (2002). Nesse sentido, mais do que as simples descrições dos fatos históricos relativos ao desenvolvimento da imprensa em Lavras/MG e, em especial, no Instituto Evangélico em um determinado período histórico, interrogamos os vestígios, as fontes, mediante ao contexto em questão. E fizemos apoiados em uma hipótese, o que estava em sondagem consistia no envolvimento da produção de impressos no âmbito do Instituto Evangélico de Lavras/MG com o campo político, religioso, para além do campo educacional, entre os anos de 1893 e 1928. Pois bem, o que podemos dizer sobre isso e por que se desenhou essa hipótese?

Por certo, o desenvolvimento da imprensa na cidade de Lavras foi diferente daquilo que ocorrera na capital do império, Rio de Janeiro, durante o período régio de Portugal em relação ao Brasil, que vai até 1889. O primeiro jornal que circulou em Lavras, “O Lavrense”, com características militantes e com finalidade republicana, data de 1887, algo diferente daquilo que sucedia na capital, na qual uma grande imprensa já havia se desenvolvido com outras preocupações, afora à política, pensando o cotidiano do centro urbano em formação. O conjunto de fontes analisadas revelou a transformação desse quadro supracitado, principalmente nos últimos dez anos dos oitocentos, quando uma imprensa mais robusta e menos militante desenvolve seus primeiros passos na cidade de Lavras/MG.

Sob esse contexto que o Instituto Evangélico organiza suas próprias atividades de imprensa: por vezes dialogando com a ideia





de uma imprensa “militante”, os seus primeiros órgãos de difusão, os jornais “Púlpito Evangélico” e “A Espada”, ratificam isso; outras dialogando com os próprios órgãos de imprensa na cidade que noticiavam suas atividades que possuíam finalidades educacionais. Nas seções anteriores, em virtude dessa configuração, lançamos uma questão no que concerne ao papel que a educação desempenhava na imprensa evangélica produzida pelos presbiterianos. Teriam eles pouco se ocupado de uma imprensa menos militante, no que diz respeito aos periódicos, em virtude do trânsito que tinham nos jornais locais que, aliás, ocupavam um lugar de destaque no campo da política? Decerto, sim, uma vez que os achados (empíricos) da pesquisa apontam para a produção de impressos com características institucionais, tais como documentos normativos e a presença constante de notícias em jornais locais acerca das atividades dessa instituição até 1919.

Nessa esteira e em face aos vestígios, pode-se estabelecer uma ilação da existência de uma intensa produção de impressos, entre eles jornais, preocupados com o cotidiano da instituição. Esse é o caso do jornal “*O Estudante*”. Ademais, também precisamos mencionar que, ao contrário do que se imaginava, parte do que era produzido pela imprensa evangélica, em especial, a revista científica “*O Agricultor*”, era impressa fora do Instituto, em uma tipografia pertencente a um importante político local, como forma de colocar em diálogo, assim acreditamos, mais uma vez, os campos da religião, da política e da educação. Esse fato denota o trânsito do instituto e, quem sabe, uma limitação na estrutura de sua tipografia, tendo em vista que outros impressos também eram ali produzidos, a exemplo dos prospectos.

A partir disso, trabalhamos com a ideia de que essa foi a tônica que impulsionou o desenvolvimento da imprensa evangélica no âmbito do Instituto, nesse momento, já com um pragmatismo típico da missão, pois por via da educação que o campo religioso poderia ter projeção na cidade de Lavras/MG, por assim dizer, com novos e modernos ventos, sob a égide do movimento republicano.

2 UMA HISTORIOGRAFIA DA ORGANIZAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO NA ESAL: RAÍZES E FATORES DE IMPULSÃO (1969-1975)





Toda e qualquer produção científica no âmbito da História (por que não dizer em todas as ciências?) possui suas lacunas (temporais), ou melhor, evidenciam pendências, dúvidas que, por efeito, se tornam hipóteses e, por conseguinte, novas pesquisas que busquem ratificar, por intermédio de métodos científicos, em parte ou totalmente, às hipóteses estabelecidas. Nisso reside a beleza do conhecimento científico, e o “encanto” do método dedutivo, “prudentemente regressivo”, na acepção de Marc Bloch (2002) sobre a ideia de história e problema.

Para o referido autor – que por algumas vezes já o aludimos ao longo das seções anteriores – descrever os fatos históricos, apenas, era uma atitude historiográfica que fugia aos padrões de cientificidade de sua época. Vale lembrar que Marc Bloch foi um historiador que viveu a primeira metade do século XX, sendo o modo de executar o seu ofício muito influenciado pelas regras do método sociológico de Émile Durkheim, intuitivamente comparativo e meta-descritivo. Nesse caso, o interrogatório das fontes históricas (ele chamava de vestígios e não distinguia as proveniências) segundo seu contexto de produção era o procedimento que desencadearia em uma problemática de pesquisa (BURKE, 1997).

Aqui estamos trabalhando com essa premissa, ao passo que toda a composição da pesquisa partiu do questionamento das fontes que construímos e “levantamos”, segundo nosso ofício. Em um primeiro momento, um projeto de história oral constituído por integrantes de um conselho editorial criado em 1971, conforme a tradição que grassa na instituição; seguido da análise de Livros de Atas do Conselho Departamental¹⁶, órgão da administração da ESAL, e do próprio Conselho Editorial entre os anos de 1969 e 1975, momento em que são criados diferentes

¹⁶A escolha por esse órgão se deu porque, à época, ele concentrava as funções consultivas e deliberativas da congregação, órgão máximo da ESAL. Eram nas reuniões desse conselho, por efeito, que se discutiam questões atinentes ao cotidiano acadêmico da instituição.



órgãos voltados ao desenvolvimento de pesquisas científicas, a primeira revista científica da instituição e os primeiros cursos de pós-graduação.

Pois bem, a fim de conhecer melhor tal decurso, este capítulo será dedicado a descrever a pesquisa empreendida, assim como à apresentação dos dados articulada com análises, na direção de compreender a constituição histórica de um campo científico (problemática investigativa), suas raízes e fatores impulsionadores.

Dessa síntese entre objetivo e problemática de pesquisa emergiram questões que responderemos ao longo do capítulo, quais sejam: Qual o contexto e quais as raízes históricas que permitiram a criação de um campo científico? Quem foram os indivíduos responsáveis? Quais as funções que desempenhavam na instituição e quais procedimentos foram criados para o início de uma produção e circulação mais sistemática do conhecimento científico?

Na qualidade de referência analítica, recorreremos ao conceito de campo científico postulado por Bourdieu (1983), referindo-se ao local intermediário das sujeições político-econômicas e da neutralidade a respeito da Ciência, projetada no cientista, no qual agentes e instituições cumprem funções sociais específicas, por intermédio das práticas científicas e de seus procedimentos que acabam por revelar um *habitus*, um sistema de disposições incorporadas, tendências que organizam as formas pelas quais os indivíduos percebem o mundo social ao seu redor e a ele reagem (em termos de classe social, religião, nacionalidade, etnia, educação, profissão etc.).

Vejamos, portanto, esse processo no âmbito da ESAL.

2.1 As raízes do campo científico na ESAL

De um ponto de vista teórico-conceitual, para fins da pesquisa, consideramos “raízes” (enraizar, adentrar) como processo – objetivo e metafórico – que viabiliza, de modo orgânico, o desenvolvimento



de um determinado sistema entre seres vivos. Nesse caso o arranjo originário, sempre irá se relacionar com o que os seres vivos fazem da e na própria produção de sua existência (MATURANA; VARELLA, 2001).

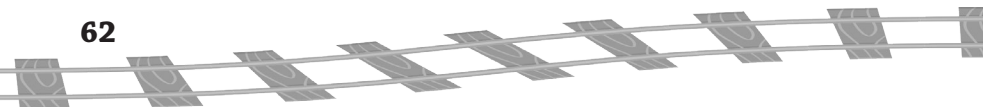
Afora a Biologia, na Política, o correspondente desse esquema seria a relação que o Estado estabelece com as instituições e os indivíduos que dela fazem parte, não de modo hierárquico, verticalizado, mas sim em um contínuo movimento dinâmico, cujas implicações tecem liames – ligações entre ideias, acontecimentos que possuem alguma coerência interna –em virtude das relações sociais (BOURDIEU, 2014).

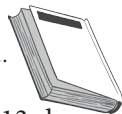
Trata-se de uma importante delimitação conceitual, visto que ela nos permite precisar o momento (temporal), com algum nível de exatidão, no qual às atividades que visavam à organização do campo científico foram institucionalizadas¹⁷ na ESAL, passando a compor inteiramente esse complexo sistema de relações. Vejamos, portanto, essa história que, muito provavelmente, demarca uma relação mais sistemática entre a ESAL e a organização de um campo científico.

Em 13 de novembro de 1969, o Conselho Departamental da instituição, mediante o decreto lei de 13 de fevereiro de 1969, assinado pelo então Presidente da República, Artur da Costa e Silva (1967-1969) e por seu Ministro da Agricultura Ivo Arzua Pereira, aprovou a criação de um Departamento de Pesquisa que substituiria a Subestação Experimental de Lavras/MG, órgão do Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Centro-Oeste que integrava o Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Ministério da Agricultura (LIVRO DE ATAS, 1969, p. 32).

Medida impetrada pelo poder executivo e, por efeito institucional, de acordo com a legislação à época, apresentava como

¹⁷Em relação a esse conceito recorreremos à aceção postulada por Oliver e Figuerôa (2006, p. 2), a saber: “(...) os caminhos ou mecanismos pelos quais aquele conjunto de conhecimentos foi institucionalizado, tanto na comunidade científica como na sociedade em geral”.





prerrogativa o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, outorgando recesso ao congresso nacional e poder de legislador ao executivo (BRASIL, 1968).

Parece-nos oportuno realizar uma pequena inflexão sobre o contexto macropolítico, interrogando quanto à conjuntura histórica na qual o fato relatado ocorrera: seria ela peremptória para à criação de um órgão voltado para a produção científica na ESAL?

Conjecturamos que sim, haja vista que durante toda a década de 1960 ocorreram seguidas transformações no cenário nacional, entre elas uma reforma no âmbito do ensino superior, em 1968 - Lei 5.540/1968 (BRASIL, 1968). Antes disso, outra rápida digressão de ordem histórica, afinal, tal reforma integrou as transformações na política educacional elaborada pelo governo civil-militar¹⁸, o qual assumiu o controle do Estado brasileiro em abril de 1964.

Para Saviani (2008) esse momento resultou de seguidas transformações no cenário nacional, ocorridas ainda no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), em especial: i) o modo como a economia era conduzida (plano de metas), de forma aberta à atuação de empresas multinacionais dos países centrais do capitalismo que por sua vez desenvolviam, do ponto de vista industrial e financeiro, o capitalismo brasileiro, desnacionalizando nossa economia, isso nas grandes metrópoles e também no campo (modelo econômico da interdependência); ii) a maneira como um projeto nacional sustentava, em alguma medida, a coalizão entre diferentes setores da sociedade (empresários nacionais e internacionais, classes médias, operários e forças de esquerda) em torno do interesse desse modelo econômico.

Sob os efeitos desse tensionamento político anteriormente citado, há fortes indícios de que houve o esgotamento daquele

¹⁸Empregamos essa expressão por acreditar que o estado de exceção que vivenciamos durante vinte anos, foi composto por militares e setores organizados da sociedade civil (FRIGOTTO, 2002). Recomenda-se o filme “Cidadão Boilesen” (2009) como referência desse processo.

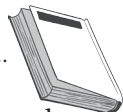


modelo da interdependência, o que desencadeou, por efeito, o rompimento da coalizão política até então existente, uma vez que os interesses eram diferentes entre os setores da sociedade brasileira em relação aos desdobramentos dos anos daquele (des)nacional desenvolvimentismo (SAVIANI, 2008).

Conjuntura essa que irrompeu em 1º de abril de 1964, com o Golpe civil-militar destituindo o então presidente João Goulart, e instaurou um regime civil-militar que perdurariam nas duas próximas décadas. Antes mesmo do então presidente deixar o país em direção ao exílio, o presidente do Senado Federal, Auro de Moura, já havia declarado vaga a presidência da república, sendo ela assumida pelo presidente da Câmara dos Deputados Ranierri Mazzili, conforme previa a Constituição da República de 1946. O poder, contudo, ficaria sob os cuidados dos militares que no dia seguinte instituíram o Comando Supremo da Revolução, composto pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), pelo vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e pelo general Artur da Costa e Silva, membro do Exército.

Sob esse contexto inscreve-se a reforma do ensino superior, realizada em 1968, cujos efeitos são paradoxais, tendo em vista que ela abriu caminho para à expansão do ensino superior privado, organizado a partir de estabelecimentos educacionais isolados, voltados para ensino profissionalizante e desconectado da produção de pesquisas em nível de pós-graduação¹⁹; por outro lado “oxigenou” parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais que, de modo paulatino, foram adaptadas às exigências da reforma (MARTINS, 2009).

¹⁹Não trataremos desse efeito porque ele apenas tangência o mote do qual se ocupa a pesquisa que deu origem a esse livro, no entanto, reconhecendo a sua importância e seu desdobramento para conformação da atualidade da Educação Superior no Brasil, indica-se o estudo de Cunha (1988).



Sob tal ditame, entre outras diretrizes e procedimentos de execução, continha a recomendação para articulação entre o ensino e a pesquisa com o regime de tempo integral para docentes; o fim da cátedra vitalícia; o regime departamental; a institucionalização da carreira acadêmica; o ingresso e a progressão de docentes mediante titulação; além do incentivo a pós-graduação brasileira, por intermédio do fortalecimento financeiro das agências de fomento à pesquisa e a um processo de formação científica ainda na graduação (MARTINS, 2009).

Contexto político educacional que viria a afetar a ESAL, federalizada em 23 de dezembro de 1963, inscrito na Lei 4.307, antes da irrupção do governo militar de 1964 (BRASIL, 1963). Seu microcosmo, nesse sentido, recebeu esse conjunto de modificações ao seu modo, afinal, ela se configurava na condição de uma instituição com peculiaridades em sua formação histórica. Retomemos, portanto, a institucionalização do Departamento de Pesquisa da ESAL que ocorreu em 1969.

De acordo com as fontes analisadas até aqui, pode-se afiançar que logo em seguida a sua criação, um “anteprojeto” de regimento interno foi aprovado na esfera do Conselho Departamental da ESAL (Cf. Livro de Atas, ESAL, Conselho Departamental, 1969 p. 33). Como não tivemos acesso a esse documento durante a pesquisa – quiçá trata-se de um indício sobre a necessidade de preservação da história institucional, a partir da preservação de suas fontes – não podemos descrever o seu teor, apenas conjecturar que ele estabelecia o funcionamento desse Departamento de Pesquisa, constando na qualidade de primeiro presidente o professor Eurípedes Pacheco²⁰, do Departamento de Agricultura da referida instituição (LIVRO DE ATAS, 1969, p. 34).

²⁰Ex-aluno do Instituto Gammon, antigo Instituto Evangélico de Lavras, como vimos no primeiro capítulo, foi também aluno da ESAL e professor desta instituição no Departamento de Agricultura ministrando a disciplina de Agricultura Geral. Carinhosamente chamado pela alcunha de “PaiVaca”, guarda profunda relação com a história dessa instituição.



Sabemos – mediante as fontes – que os debates e encaminhamentos das reuniões do Departamento de Pesquisa eram deliberados no Conselho Departamental, em razão de sua recém-criação na ESAL e do fato de “haver escassez de pessoas” para o seu funcionamento (LIVRO DE ATAS, 1969, p. 36-37).

Além disso, nesse mesmo órgão da administração, encontramos um indício que revela a não aprovação de um Conselho Editorial como parte do Departamento de Pesquisa (LIVRO DE ATAS, 1969, p. 57).

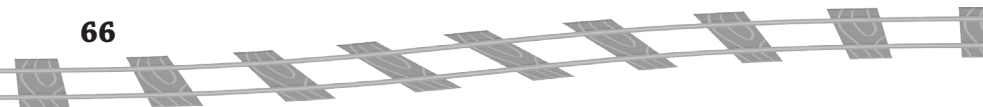
Tal evidência, a nosso ver, expõe as dificuldades de funcionamento do referido departamento naquele contexto de final dos anos 1960. Em que pese o fato de não sabermos ao certo o motivo, esse conselho editorial foi designado pelo então diretor da ESAL, o professor Alysson Paulinelli²¹, mediante portaria emitida pela Direção da ESAL, em 21 de dezembro de 1970. Isso não significa, entretanto, que tal órgão desempenhou suas atribuições deliberativas, ao contrário, pois, verificou-se nas fontes à ausência de atividades no período, até que, meses depois, em 14 de setembro de 1971, foi designado pela Direção da ESAL, na figura do professor Fábio Pereira Cartaxo²², a deliberação para composição de outro Conselho Editorial. Notemos, a seguir, o excerto documental que retrata esse momento.

Publicações: professor Vicente de Paula Vitor²³ discorreu sobre a situação em que se encontra o setor de publicações da ESAL, dizendo que nesta data entrega a responsabilidade ao conselho, mas Sr. Diretor disse que a administração faria o possível para financiar o primeiro número de nossa

²¹Trata-se de um profissional formado em Agronomia na própria ESAL, em 1959, que atuou na condição de professor a partir de 1960 e como diretor da instituição entre 1967 e 1971.

²²Um dos fundadores do Departamento de Agricultura da ESAL, professor de Oleicultura, foi também diretor da ESAL entre os anos de 1971 e 1975.

²³À época professor do Departamento de Economia Rural, Mestre em Extensão pela Michigan State University.





revista. Comissão Editorial: aprovada com os seguintes elementos: Francisco G. F. T. C. Bahia²⁴, Roberto M. Cardoso²⁵, Maurício de Souza²⁶, Wilson Ferreira Gomes²⁷ e Vicente Paula Vitor (LIVRO DE ATAS, 1969, p. 71).

Dessa segunda formação do Conselho Editorial, as fontes revelam a existência de atividades que envolviam a produção de pesquisa na instituição e a preocupação com sua veiculação. Inferimos, com isso, que os esforços administrativos descritos na citação acima, de fato ocorreram, ao passo de permitir o desenvolvimento desse Conselho Editorial. Por outro lado, não sabemos ao certo os rumos do referido Departamento de Pesquisa da instituição, dado que suas atividades não são mencionadas ou descritas nas fontes pesquisadas.

Por esse motivo, na seção seguinte, a análise será endereçada às atividades do segundo Conselho Editorial, visto que se encontram registros de atividades desse órgão, assim como depoimentos dos entrevistados – sob circunscrição do projeto de história oral já referenciado antes – sobre sua compleição e dinâmica.

2.2 O primeiro passo da institucionalização de uma cultura científica na ESAL: a Revista “Agros”

A primeira reunião do segundo Conselho Editorial da instituição ocorrera em 08 de outubro de 1971, e contou com a

²⁴Francisco Geraldo Franca Teixeira de Castro Bahia era professor da ESAL naquele contexto atuando no Departamento de Engenharia Rural.

²⁵Professor da ESAL naquele contexto no Departamento de Zootecnia, com titulação de mestrado. O professor Roberto cursou também nos anos 1970 o seu doutorado em Zootecnia na Universidade Federal de Viçosa.

²⁶O referido professor foi aluno no Instituto Gammon (escola com a mesma origem da ESAL), no Instituto Evangélico de Lavras, durante o ensino primário e secundário e da ESAL no ensino superior. Antes de atuar nessa instituição desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão na qualidade de docente, entre os anos de 1967 a 1992, no departamento de Agricultura, fundado em 06 de janeiro de 1966.

²⁷Naquele contexto, o professor Wilson era graduado, com especialização em Matemática e trabalhava no Departamento de Engenharia da instituição, indo atuar, a partir de 1973, no Departamento de Ciências Exatas.



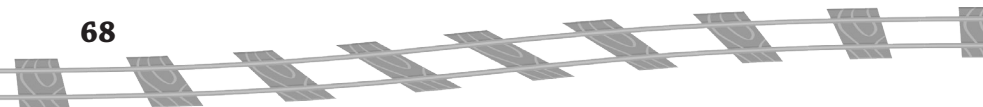
presença de todos os seus integrantes. Na ocasião, compunham o órgão os seguintes professores: Maurício de Souza e Francisco G. F. T. C. Bahia, indicados e aprovados como presidente e secretário, respectivamente (LIVRO DE ATAS, 1971, p. 1).

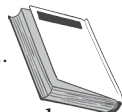
A narrativa do professor Maurício de Souza (2018, p. 5), anota, à luz do seu tempo de vida, como o processo de criação do conselho ocorrera institucionalmente.

Ele [o conselho editorial da revista] foi uma indicação da congregação [faz menção ao Conselho Departamental], o órgão máximo da ESAL, naquela ocasião, que era formado por todos os professores, não [apenas] alguns, mas todos os professores [refere-se à participação no órgão].

Nessa esteira de reflexões, esse mesmo professor, correspondente cronológico ao fato histórico em questão, tece oportunas considerações a respeito dos motivos que fomentaram a criação do Conselho Editorial.

Existiu um momento histórico do nosso país em que o governo dos militares criou as diretrizes básicas para educação e nessa legislação eram especificados os salários do magistério referentes aos cargos de professor: auxiliar, assistente, adjunto e professor titular. O valor referente ao professor titular era bem maior que os outros, assim como o do professor adjunto também era maior [em relação aos demais níveis]. Isso aí resultou numa procura pelo artigo científico, porque o artigo científico pontuava na seleção de professores, no concurso público para professor adjunto e para professor titular, então o professor [passou a] procurar a revista mesmo se tratando de uma instituição tão pequena como a ESAL. Então, foi isso que aconteceu, essa necessidade de o professor ascender na carreira do magistério e a necessidade de fazer concurso para [professor] adjunto e para [professor] titular, tal como existe hoje. Foi aí que nós tivemos o apoio da direção da ESAL naquela ocasião, valendo-se dos recursos, que eram poucos, mas necessários para o funcionamento do conselho editorial (SOUZA, 2018, p. 5).





Outro personagem dessa história, o professor Antônio Resende Soares²⁸, integrante do (segundo) conselho editorial, que passou a integrar o órgão a partir de 1973, também reforça o entendimento supramencionado quando questionado em relação à criação.

Ele foi criado porque o corpo de professores da ESAL precisava publicar suas pesquisas. Foi nesse momento que nós começamos a sair para fazer pós-graduação. Havia a necessidade de começar a desenvolver a pesquisa na instituição (SOARES, 2018, p. 2).

Essa “corrida” pela produção científica, atinada aos preceitos da reforma universitária de 1968 – conforme analisamos na seção anterior – prontamente fora acolhida e institucionalizada na ESAL, contudo, merece interpelar-se de que maneira ocorriam os processos internos, bem como eles impactavam a vida da instituição. A esse respeito, o professor Maurício de Souza (2018, p. 3) elucida o funcionamento do conselho.

[...] Eu tomava conta do conselho editorial. Agora, os meus colegas ajudavam quando era necessário. A participação em reuniões e as decisões mais importantes. A decisão, por exemplo, de como seria a edição da revista.

Sobre esse processo, logo nos primeiros momentos de funcionamento do Conselho Editorial, alguns procedimentos foram aprovados internamente, sendo eles: a definição do teto de 1 hora de reunião; a apresentação de um protótipo de revista científica, cujo nome deveria ser indicado pelos departamentos que compunham a instituição e escolhido pelo conselho; a distribuição de uma compilação de normas para publicação e estruturação de um artigo científico; visitas aos órgãos dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro que editassem revistas técnicas; além da solicitação

²⁸Integrante do Departamento de Agricultura à época o referido professor também desenvolveu atividades de administração na ESAL, além, propriamente, de atividades acadêmicas envolvendo a silvicultura. A partir da criação do Departamento de Engenharia Florestal em 1980 foi para lá designado.



de financiamento junto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)²⁹ para a edição da revista da ESAL e da contratação de um fotógrafo e uma secretária para o funcionamento da revista (LIVRO DE ATAS, 1971, p. 1-2).

À vista disso, uma reunião do Conselho Editorial foi realizada com a presença dos membros do Conselho Departamental da ESAL, a fim de decidir sobre o formato da revista que deveria ser editada tomando como referência as próprias pesquisas realizadas na ESAL em 1971, conforme sugestão do então diretor Fábio Pereira Cartaxo. Com efeito, duas propostas insurgem, – com base no contato que os membros do conselho tiveram com outras publicações científicas durante a rodada de visitas relatadas no parágrafo anterior – além de uma deliberação, analisemo-las:

Roberto [Maciel] Cardoso, fez ligeira exposição da viagem à Universidade Federal de Viçosa e Escola de Veterinária da UFMG, mostrando as publicações lá editadas e defendendo a proposição de uma publicação em forma de série especializada, para a ESAL. Vicente [de Paula Vitor] fez exposição semelhante, relativa à viagem a Campinas, Piracicaba e São Paulo onde visitou o Instituto Agrônômico, ESALQ e Instituto Biológico, respectivamente. A seguir, Wilson [Ferreira Gomes] apresentou argumentos em favor da edição de uma publicação tipo “série” e Vicente [de Paula Vitor] apresentou argumentos em favor de uma revista de circulação periódica. Em seguida, retiraram-se os membros do conselho editorial, deixando a cargo dos membros do conselho departamental a escolha do tipo de publicação. Após deliberação estes decidiram pela publicação periódica, reunindo todos os trabalhos da

²⁹Órgão (autarquia) criada pela Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, com o intuito de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do país vinculado à Presidência da República (BRASIL, 1951). Nos anos 1960, portanto à época dos acontecimentos que estamos descrevendo, o referido órgão em função de medidas administrativas do Estado brasileiro passou a ser considerado como formulador da política científico-tecnológica nacional.



ESAL. A revista será anual, podendo ser editados um ou mais números por ano, dependendo do volume de trabalhos a ser relatado (LIVRO DE ATAS, 1971, p. 2-3).

Ademais, no âmbito do conselho editorial, foi decidida a tiragem do primeiro número da revista científica, “(...) quatrocentos exemplares e cinquenta exemplares de cada artigo que serão remetidos ao autor”; “(...) as normas para a apresentação de trabalho da ESAL”, diretrizes discutidas e aprovadas também naquele órgão. Nessa esteira de alusão contextual, parece-nos oportuna a referência de um fato histórico curioso: a produção de um manual voltado para a escrita de artigos científicos, escrito por um dos membros do conselho, o professor Vicente de Paula Vitor, tendo sido distribuído aos docentes da ESAL intitulado como: “Leia antes de escrever um artigo científico” (LIVRO DE ATAS, 1971, p. 3-4).

Ainda no domínio dos procedimentos adotados pelo Conselho Editorial para a circulação da revista científica da ESAL, uma viagem até Belo Horizonte/MG foi deliberada em outra reunião, de maneira a “(...) viabilizar a confecção da capa da revista e de verificar a possibilidade de treinamento de uma datilógrafa para trabalhos em ‘multilith’³⁰” e da contratação de um revisor de português e inglês para a correção dos trabalhos apresentados, em regime de 24 horas semanais, assunto esse que seria deliberado pela direção da instituição (LIVRO DE ATAS, 1971, p. 3-4).

Finalmente, em outra reunião do conselho, realizada em 29 de maio de 1972, foi deliberado o nome que seria conferido à revista científica da ESAL, a saber: “(...) ‘AGROS’ foi escolhido como aquele que melhor representava os objetivos da publicação em foco” (LIVRO DE ATAS, 1971, p. 4-5).

³⁰O Multilith era um copiador “offset”, que reproduz material datilografado, escrito ou desenhado sobre uma chapa de papel especial, ou gravado por intermédio de chapas, por processo fotográfico. Para saber mais ver o livro: A secretária de sucesso, da editora Summus editorial, originalmente publicado em 1964.



No que concerne o delineamento do escopo da revista, o primeiro presidente do Conselho Editorial, o depoente Maurício de Souza, explica:

“Agros” é uma palavra que engloba tanto a agropecuária, quanto o hortifrutigranjeiro e as grandes e pequenas culturas. Quer dizer, envolve tudo isso, todo conhecimento relativo a isso (SOUZA, 2018, p. 6).

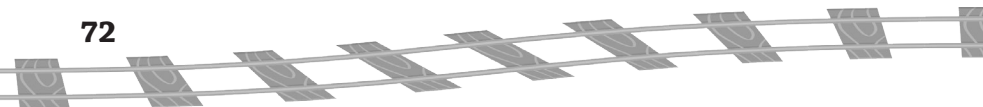
Ao que parece, o professor Antônio Resende Soares, alinha-se tanto ao entendimento quanto ao delineamento pensado para revista, conforme descreveu o depoente Maurício de Souza, porquanto, quando perguntado sobre o escopo da revista, profere:

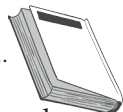
[...] a instituição à época era voltada para as Ciências Agrárias, para Agronomia, depois que foram criadas a zootecnia e posteriormente a engenharia agrícola, administração rural e a engenharia florestal. O objetivo era atender às ciências agrárias (SOARES, 2018, p. 4).

Nesse primeiro momento de institucionalização, do qual já fizemos algumas delimitações históricas sobre a criação de um órgão de editoração científica, cabe apresentar outra curiosidade histórica quanto ao nome da revista, cujo exercício de rememoração do professor Maurício de Souza revelou, convindo trazer à tona e debatê-la de certa maneira. Em suas palavras,

ela [a revista] teve um problema [inicialmente], porque lá no interior do Rio Grande do Sul, em Pelotas, tinha uma faculdade que tinha uma revista com o nome de Agros, só que a revista não estava em operação, então consultei a ABNT [Associação Brasileira de Normas Técnicas], na direção de saber se a nossa revista poderia ter esse nome. A resposta foi sim e nós continuamos com a Agros (SOUZA, 2018, p. 4).

A revista citada, de fato havia sido criada na Escola de Agronomia Eliseu Maciel, em Pelotas-RS, no ano de 1947, e esteve em circulação até 1967, quando então, sua produção fora





interrompida, sendo retomada apenas em 1976, contudo, quando a instituição já se encontrava modificada, por efeito, isolada de seu contexto originário, porque passa a estar sob a administração da Universidade Federal de Pelotas (RS), criada em 1969, na condição de uma faculdade.

Quanto ao ocorrido, a nomeação da revista na ESAL, não se sabe ao certo, a razão que engendrou tal escolha, haja vista se tratar de um título já existente para uma revista científica, até mesmo, o próprio professor Maurício de Souza, então presidente do (segundo) conselho editorial da ESAL, não elucida esse acontecimento em sua entrevista.

O que se pode inferir, todavia, refere-se à existência de algum tipo de relação, ou de aproximação epistemológica, mesmo que na esfera conceitual apenas, entre instituições do campo das Ciências Agrárias e não um acontecimento fortuito. Um fato que denota, de certo modo, o movimento do conhecimento científico naquele contexto, em que pese a distância geográfica das instituições educacionais e os limites da época para circulação dos saberes.

A esse respeito parece-nos oportuno trazer à baila o conceito de campo científico postulado por Bourdieu (1983) e já apresentado na introdução, para elucidar esse movimento. Pode-se dizer que essa revista ao definir o seu escopo editorial anelava o desenvolvimento e a consolidação de uma grande área científica em formação no Brasil, qual seja: as Ciências Agrárias.

Ao que tudo indica, tratava-se de uma tendência de um campo científico em crescimento – nas proporções de um país com “dimensões continentais” – exponencial que observava os interesses da expansão da produção agrícola, não exclusivamente o mercado nacional, mas almejando também outros interesses. Vale frisar que não se pode perder de vista a conjuntura do momento histórico, já que o capitalismo internacional, em especial de origem norte-americana, exercia expressiva ingerência sobre o modelo econômico



(da interdependência) para o contexto histórico de que se fala, conforme já se explanou (CAPDEVILLE, 1991)³¹.

Trata-se de uma escolha procedimental arrojada, por assim dizer, dado que a ação desenhada à época pela direção da ESAL para atender a essa demanda de desenvolvimento do campo científico, delimitava que uma revista seria administrada por um conselho editorial como forma de impulsionar o desenvolvimento científico na instituição e assim constituir uma espécie de cultura institucional de ciência ou de um *habitus*, consoante ao conceito apresentado na introdução, sob o postulado de Pierre Bourdieu.

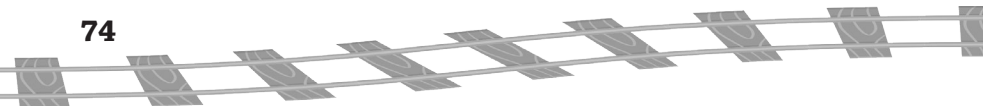
Pois bem, após a definição do formato periódico (anual), da sua tiragem, do nome da revista, “Agros”, e por efeito, o seu escopo científico, um conjunto de procedimentos começou a ser delimitado, ao passo que os artigos científicos que chegavam para publicação na revista pudessem ser avaliados. A esse respeito tem-se o seguinte depoimento do professor Maurício de Souza (2018, p. 6):

[...] nós tínhamos o regulamento para edição dos artigos científicos. Pois bem, com base nele solicitávamos dentro de um prazo os artigos científicos dos professores; recebíamos aquele artigo científico; estudávamos; e passávamos para uma comissão julgadora. A comissão era composta por dois professores e eles possuíam um prazo para devolvê-los. Nós recebíamos de volta e se fosse o caso devolvíamos para o autor, a fim de que pudessem fazer às correções, com vistas a melhorar o trabalho (...).

No livro de Atas do Conselho Editorial encontramos evidências que descrevem essa dinâmica de funcionamento.

Na oportunidade, foram levantados alguns problemas encontrados nos trabalhos entregues para publicação de

³¹A título de informação é nesse momento que a chamada “Revolução Verde” se espalha sobre vários países, notadamente aqueles com algum nível de dependência econômica dos países centrais do capitalismo, como é o caso do Brasil. Com ela, uma crescente tenência de industrialização dos processos agrícolas que impactaram sobremaneira a economias desses países.





autoria dos professores Arnaldo Junqueira Neto³² e José Ferreira [da Silveira]³³. Foi aceita a indicação para que o presidente, em nome do conselho editorial, sugerisse ao professor Ronaldo Junqueira Neto a modificação do seu trabalho para nota prévia, enquanto o trabalho do professor José Ferreira, deveria ser submetido à apreciação da equipe de solos da ESAL (LIVRO DE ATAS, 1971, p. 5).

Foram apresentados e discutidos os trabalhos que deverão compor o primeiro número da revista “Agros”. Foi decidido que seria encaminhado ao professor José Ferreira e co-autores, ofício solicitando maiores informações sobre seu trabalho, atendendo a solicitação verbal feita pela equipe da seção de solos da ESAL, que necessita de maiores informações para julgamento do trabalho em foco LIVRO DE ATAS, 1971, p. 6).

Durante toda a reunião foram discutidos os trabalhos a serem publicados no primeiro número de “Agros”, que foram aprovados à exceção daquele do professor Valter Carvalho³⁴, devolvido ao autor para revisão (LIVRO DE ATAS, 1971, p. 6).

Dentro dessa sistemática, os trabalhos científicos, de modo geral, advinham da própria ESAL, já que havia uma demanda de publicação na instituição, contudo, logo em seu primeiro número, alguns vínculos com outras instituições educacionais ligadas às Ciências Agrárias, começavam a ser estabelecidos, notadamente – assim suspeitamos – no que diz respeito ao ensino de pós-graduação, o caso da Universidade Federal de Viçosa (UFV), primeira instituição

³²Professor do Departamento de Agricultura, à época cursando doutorado em Fitotecnia na ESALQ (USP).

³³Também professor do Departamento de Agricultura e mestre em Fitotecnia pela ESALQ-USP.

³⁴O professor Valter de Carvalho, à época, trabalhava no Departamento de Agricultura, sendo posteriormente designado para o Departamento de Ciências dos Alimentos da ESAL fundado em 1973. O professor, já Doutor em Ciências dos Alimentos pela Universidade de São Paulo, foi protagonista no desenvolvimento da pós-graduação na instituição como veremos na próxima seção.



do país a desenvolver cursos com essa natureza nas Ciências Agrárias. Examinemos o que professor Maurício narra quando perguntado sobre a proveniência dos escritos de natureza científica:

eles vinham de outras instituições também. Nós, por exemplo, conseguimos um trabalho do professor Flávio Couto³⁵, ele era um dos professores mais importantes de Viçosa. Ele trabalhava com feijão. Então nós conseguimos que ele enviasse um de seus trabalhos, para começarmos com certo “nome” [refere-se à importância de uma referência no campo das ciências agrárias] para nossa revista (SOUZA, 2018, p. 6).

Sendo assim, o momento da edição do primeiro número da Revista “Agros” ficava cada vez mais próximo, tratava-se de um evento que decerto repercutir-se-ia no âmbito da ESAL e nos domínios do próprio Conselho Editorial. Ora, em uma reunião do referido órgão, realizada em 29 de maio de 1972, finalmente o primeiro número da revista foi apresentado, não livre de equívocos que foram criticados e justificados nesse espaço, sendo a solenidade que seria realizada para o seu lançamento o principal assunto da pauta:

[...] dando início à reunião o professor Vicente [de Paula Vitor] apresentou o primeiro número da revista “Agros”. O presidente do conselho lembrou a omissão do título “Notas” na seção correspondente. O professor Vicente [de Paula Vitor] justificou que a falha só foi notada na última hora, sem possibilidades para correção. Além disso, no índice da revista, consta a relação dos trabalhos apresentados como nota prévia, o que afirma a omissão. A discussão de falhas existentes no primeiro número foi deixada para outra oportunidade uma vez que o assunto principal da reunião era a esquematização da solenidade de lançamento da revista “Agros”. Para tal foi escolhido o dia 31 de maio de 1972, às 16:00 horas no salão de reunião da congregação (LIVRO DE ATAS, 1972, p. 7).

³⁵Faz referência a Flávio Augusto d’Araujo Couto, professor da Universidade Federal de Viçosa e pioneiro no ensino de pós-graduação naquela instituição e no Brasil no âmbito das Ciências Agrárias.



Assim ocorreu, conforme previsto, a solenidade que marcaria o início da organização de um campo científico na ESAL. Abaixo se transcreve na íntegra a ata de tal solenidade.

Ata da 13ª reunião do Conselho Editorial da ESAL, realizada aos trinta e um dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e dois, às 16:00 horas, em sessão solene na sala de reuniões da Congregação, sob a presidência do professor Maurício de Souza e com a presença dos professores Wilson Ferreira Gomes, Vicente de Paula Vitor, Roberto Maciel Cardoso e Francisco G. F. T. C. Bahia, membros do Conselho Editorial. Encontram-se ainda presentes como convidados, o Diretor e vice Diretor da ESAL, Chefes dos Departamentos, representantes do Diretório Acadêmico, Tribuna de Lavras, Comissão de Biblioteca, Associação dos Funcionários, Associação de Crédito e Assistência Rural, O Agrário, Sindicato Rural de Lavras, professores, e + professores e alunos da ESAL. Iniciando a reunião, o presidente fez a composição da mesa da qual tomaram parte, além do conselho editorial e funcionários da secretaria e impressão, o Diretor e vice-Diretor da ESAL e chefes dos departamentos (...). O professor Wilson Ferreira Gomes fez um retrospecto das fases pelas quais passou a revista Agros, desde a nomeação do Conselho Editorial, para sua criação, até o lançamento, agradecendo aos que colaboraram para tornar possível a edição da revista. O presidente entregou, então, os dois primeiros números [exemplares] da revista ao Diretor e vice-Diretor da ESAL, solicitando ao primeiro que fizesse a entrega de outros exemplares aos chefes de departamentos e convidados. Antes da entrega o **Diretor da ESAL salientou a necessidade de um veículo de publicação de trabalhos científicos na ESAL, lacuna preenchida pela criação da Agros.** Fez ainda agradecimentos ao Conselho Editorial e auxiliares, bem como aos professores, pelo esforço para publicação do primeiro número. Procedeu em seguida a entrega de exemplares (...). O presidente do Conselho agradeceu o apoio dado pela direção da ESAL para a publicação da revista, exaltou a união do grupo formado pelos membros do conselho editorial e solicitou sugestões para a melhoria da revista (LIVRO DE ATAS, 1972, p. 8; grifo nosso).



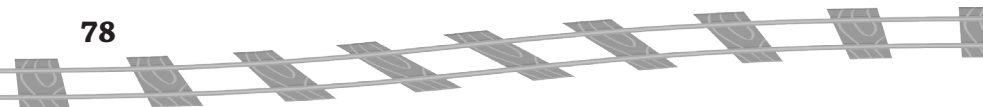
Repare leitor, na narrativa do professor Maurício de Souza, então presidente do conselho e responsável pela revista, o reconhecimento da incipiência daquele processo ao sugestionar que melhorias deveriam ser endereçadas. À luz dos dias atuais, quando questionado quanto aos desafios existentes para o desenvolvimento daquele processo, à época, arrazoa:

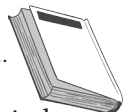
[...] o desafio principal era a qualidade. Porque como nós não tínhamos experiência, tudo era muito novo, o mecanografista, por exemplo, nunca teve uma experiência de fazer uma revista, a correção era feita por nós e isso era algo que não estávamos acostumados. Você sabe que o professor [risos] não gosta de ser corrigido, de jeito nenhum! Então, isso foi um desafio grande. A pouca oferta de artigos científicos para fazer funcionar a revista também o foi (SOUZA, 2018, p. 5).

Eram desafios – próprios do contexto em questão – cuja natureza demandava enfretamento, pelo qual ter-se-ia a expansão das margens da experiência científica e a inscrição de uma cultura (*habitus*) científica institucional, com “as marcas” das Ciências Agrárias e voltada para o desenvolvimento científico da Agricultura geral.

De maneira que os efeitos pudessem, de certo modo, despertar visibilidade e outros interesses para além das fronteiras científicas – nos referimos à macroeconomia nacional e internacional e sua estrutura de funcionamento em curso à época – e nessa direção, a ESAL, pelo visto, logrou êxito, em razão de sua experiência original de inserção nesse campo científico em expansão, considerando o contexto em questão.

Após o lançamento da primeira edição da Revista “Agros” as atividades do (segundo) Conselho Editorial foram rareando, em conformidade com o pequeno número de reuniões realizadas no livro de atas. Não sabemos ao certo os motivos disso, mas suspeitamos que a própria dinâmica de produção da revista científica da ESAL tenha suprimido a demanda pela discussão e criação de outros procedimentos visando a sua circulação, afinal, se sabe, sobre essa





seara, que a Revista Agros circulou na ESAL até 1975, produzindo um total de 5 volumes e 9 números.

Em relação a essa periodicidade, o professor Antônio Resende Soares afirma que após os procedimentos que viabilizavam a publicação dos artigos endereçados à revista:

[...] começavam os problemas de impressão, pois ela ocorria em offset, faltava matriz, então, às vezes o trabalho ficava mais de um ano para ser editado e de repente saíam duas edições seguidas [da revista], portanto havia esse problema. Existiam também problemas com o material de impressão (SOARES, 2018, p. 2).

Não sabemos ao certo, o nível de interferência disso, que foi acima relatado no desenrolar da Revista “Agros”. No entanto, temos ciência que, consoante ao conteúdo exposto pelo professor supracitado, esse material era impresso na própria instituição e que sua circulação foi interrompida em 1975. A partir daí toma a cena outra ação administrativa na ESAL voltada para a sua inserção definitiva no campo científico, a criação dos primeiros cursos de pós-graduação da instituição, mas esse é o assunto da próxima seção, de agora em diante.

2.3 O passo posterior na organização do campo científico: a pós-graduação

Conforme já salientamos, durante o ano de 1973, as atividades do (segundo) conselho editorial deixaram de ser registradas e descritas no seu livro de atas. Cumpre registrar, entretanto, a vocação desse órgão que dava “(...) suporte à administração da ESAL na publicação de materiais de cunho científico (...)”, de acordo com o relato do professor José da Cruz Machado (2018, p. 2), têm-se evidências a esse respeito:

[...] a convite do Sr. Diretor o professor Maurício de Souza apresenta os planos do Conselho Editorial da ESAL para a criação de um boletim técnico (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 3).



O boletim nós tivemos muitas dificuldades, porque havia o seguinte questionamento: nós estamos atendendo com a revista o lado mais acadêmico, agora para um acesso mais simples, mais rápido, prático por parte da comunidade que usava os conhecimentos, as tecnologias produzidas na instituição. Então, nós não fomos tão bem-sucedidos como na [experiência da] revista científica (MACHADO, 2018, p. 2).

Aparentemente esses indícios (narrativo) reforçam a tese de que ao Conselho Editorial concentrou suas atividades no desenvolvimento da revista científica “Agros”, até porque, como se observou na seção anterior, ela circulou na ESAL até 1975. Todavia, nesse ínterim, outras demandas de aprofundamento do campo científico em construção na ESAL foram redimensionadas, no sentido de orientar as suas ações administrativas. Ratifica isso, a própria criação, ainda em 1973, de novas coordenadorias no organograma da instituição: Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-graduação (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 4).

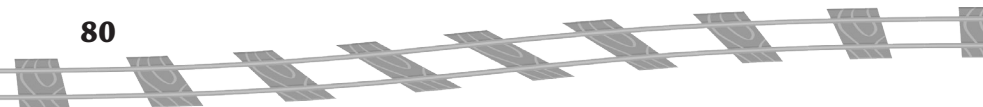
Interessa, em função dos nossos termos epistemológicos, algo que envolve a escolha de um objeto de pesquisa, àquilo que dizia a respeito à pesquisa e à pós-graduação.

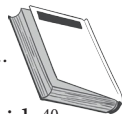
Na primeira coordenadoria, o professor Valter de Carvalho, junto aos professores João Marcio de Carvalho Rios³⁶, Francisco Geraldo Franca Teixeira de Castro Bahia, Igor Maximiliano Eustáquio Vivacqua Von Tiesenhausen³⁷ e Simon Sulwen Cheng³⁸, desempenharam um conjunto de procedimentos voltados para o desenvolvimento da pesquisa na instituição; na segunda coordenadoria, de pós-graduação, o professor Paulo Roberto

³⁶ Atuava, à época, como professor (mestrado em Bioquímica na Universidade Federal do Paraná) no Departamento de Agricultura e foi um dos responsáveis pela sua criação em 1966. Em seguida em 1973 foi transferido para o Departamento de Biologia da ESAL.

³⁷ Naquele contexto, Mestre em Zootecnia pela Universidade Federal de Minas Gerais, atuava como professor no Departamento de Zootecnia da ESAL.

³⁸ Professor do Departamento de Agricultura naquele instante, mestre em Fitotecnia (Oleicultura) pela Universidade Federal de Viçosa.





Silva³⁹, junto aos professores Álvaro João Lacerda de Almeida⁴⁰, João Osvaldo Veiga Rafael⁴¹, Valter de Carvalho e José Geraldo de Andrade⁴² igualmente exerceram atividades nessa direção, conquanto em menor escala em relação à primeira coordenadoria (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 4).

Mas por que isso ocorria? Primeiro, em razão do professor Valter de Carvalho também ocupar a coordenadoria de pós-graduação e em segundo, assim suspeitamos, porque a produção de pesquisa era a finalidade dessa mudança administrativa que previa cursos de pós-graduação na instituição, como medida de consolidação no interior de um campo científico em construção, caso das Ciências Agrárias no Brasil, durante os anos 1970. O episódio do “empréstimo” de um professor da ESAL para outra instituição é sintomático nesse sentido:

(...) foi apresentado o ofício do Departamento de Economia Rural que, atendendo pedido e exposição de motivos de seu congênere da Universidade Federal de Viçosa, permite, por empréstimo, a ida do professor Vicente de Paula Vitor, para lecionar em curso de pós-graduação daquela universidade, pelo prazo de cinco meses (...) (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 1).

Chama atenção nesse processo, a ideia de que tal cessão poderia, conforme consta no Livro de Atas do Conselho Departamental, significar possibilidades “futuras de negociações” com a instituição requerente, notadamente em função do lugar de destaque que ela ocupava na produção de pesquisas e ensino de pós-graduação, algo que, por efeito, supriria parte da demanda

³⁹Mestre em Engenharia Sanitária pela Universidade Federal de São Carlos, à época, atuava no Departamento de Engenharia Rural da ESAL.

⁴⁰Mestre em Zootecnia pela Universidade Federal de Minas Gerais, cuja formação estava a serviço do Departamento de Zootecnia da ESAL.

⁴¹À época, professor do Departamento de Agricultura da ESAL. Foi chefe desse Departamento da ESAL e, no período, cursava o Mestrado em Fitotecnia na UFV.

⁴²Ex-aluno da ESAL virou Professor no Departamento de Economia Rural e titulou-se como Mestre em Economia Rural também na UFV.



formativa dos docentes da própria Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL (1975)⁴³.

Além disso, do ponto de vista da circularidade da produção do conhecimento científico – condição que revela a conformação de um campo – outras indicações contidas no livro de atas denotam a inserção da ESAL nesse processo.

O professor José Geraldo de Andrade comunica a vinda do Sr. Roberto Taylor representante de bolsas da USAID⁴⁴ e do professor Osmar de Viçosa⁴⁵ que fará palestra sobre comunicação nessa Escola (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 13).

Enquanto esse campo científico se desenhava, outras relações foram sendo tecidas do ponto de vista institucional, a título de ilustração têm-se os órgãos de fomento à pesquisa e a própria pós-graduação que, naquele momento no Brasil, ganhavam em repertório e poder de desenvolvimento, em virtude dos ditames definidos pela reforma universitária realizada anos antes, consoante ao já exposto. Ponderemos a solicitação e o comunicado do professor Valter de Carvalho, responsável pela Coordenadoria de Pesquisa à época, em uma das reuniões do conselho departamental.

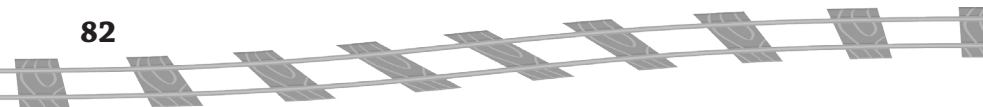
O professor Valter de Carvalho solicita sugestões dos senhores conselheiros de assuntos, para levar a sua próxima reunião com o PIPAEMG⁴⁶ (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 17).

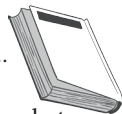
⁴³ Outra instituição que contribui significativamente com a formação dos docentes da ESAL foi a Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo (ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS - ESAL, 1975).

⁴⁴ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional que, naquele contexto, em especial a partir de 1965, mediu junto ao governo brasileiro e estadunidense, uma série de acordos de financiamento da educação no Brasil.

⁴⁵ Àquela época o professor Osmar Souza dos Santos desenvolvia o seu curso de Mestrado em Fitotecnia na UFV e, provavelmente, guardava relações institucionais com professores da ESAL, tal como José Geraldo de Andrade que também realizou o seu curso de mestrado naquela instituição.

⁴⁶ O Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do estado de Minas Gerais (PIPAEMG) foi criado em 3 de dezembro de 1971, sendo a primeira iniciativa de coordenação e integração das instituições de pesquisa agropecuária desse Estado e um dos pilares do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social.





[...] comunica-se que a professora Maria Aparecida Pourchet Campos⁴⁷ solicitou que a ESAL faça novos cursos, pois a CAPES⁴⁸ tem recursos para isso. Recursos para pós-graduação e cursos rápidos de treinamento para professores, normalmente nas férias, e a CAPES pagará para cada professor as passagens Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) hora/aula (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 18).

Pari passu a essas ações, internamente, verificou-se no livro de atas certo nível de mobilização para a produção de conhecimento científico e aperfeiçoamento docente, a julgar pela solicitação da então Coordenadoria de Pesquisa, examinemo-la:

[...] segundo o professor Valter de Carvalho, falando como coordenador da coordenadoria de pesquisa, relembra o pedido que fez a cada Departamento referente a lista de trabalhos científicos e teses de docentes e pesquisadores da Escola superior de Agricultura de Lavras e que deve ser encaminhada prontamente à coordenadoria (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 9).

Essas ações mais sistemáticas por parte da coordenadoria imprimiam um caráter formativo no sentido de fomentar uma cultura científica, ou *habitus* relativo à ciência, tal qual se arrasou na seção anterior, cujas implicações demarcavam práticas desenvolvidas no interior dos diferentes departamentos que compunham a instituição, à época, na tentativa de erigir um campo epistemológico

⁴⁷Professora da faculdade de ciências farmacêuticas da USP, Conselheira da CAPES no período e orgânica aos assuntos relativos ao campo das Ciências Agrárias no Brasil.

⁴⁸A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atualmente CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, por intermédio de Anísio Teixeira durante o segundo governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de assegurar a formação de pessoal especializado para atuar na educação superior em quantidade e qualidade para o atendimento às demandas de um projeto nacional de desenvolvimento social e econômico do país (BRASIL, 1951). A partir de 1965, a CAPES ganha novas atribuições e meios orçamentários para o desenvolvimento de suas atividades junto às universidades brasileiras. Com isso, tem papel de destaque na formulação da nova política para a pós-graduação, que rapidamente ganha vulto.



representativo. Mais uma vez, traz-se à lume a participação do professor Valter de Carvalho, por se tratar de quem direcionava os caminhos na esfera do conselho departamental:

(...) o professor Valter Carvalho comunica que está sendo feita uma revisão geral dos projetos de pesquisa e solicita aos senhores chefes que vão planejando a feitura de cursos de aperfeiçoamento para serem realizados no próximo ano (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 9).

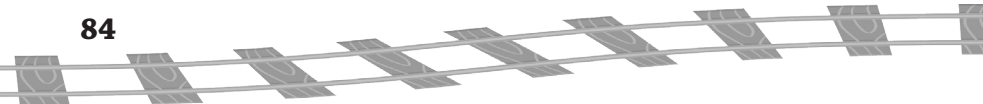
Ao que tudo indica esse conjunto de procedimentos vistos em continuidade no ano de 1973, reforçam a tese da construção e inserção da ESAL em um campo científico, de igual modo abriram caminho para a institucionalização de outros procedimentos. Citamos o relato do professor Valter de Carvalho, sobre uma viagem por ele realizada até Brasília, à época, capital do país e sede do governo, que revela, em alguma medida, esse processo.

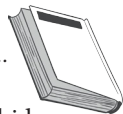
Em primeiro lugar encontrou-se com o Dr. Lynaldo Cavalcanti⁴⁹, sub-diretor do - DAU⁵⁰ – Departamento de Assuntos Universitários do MEC em que apresentou os planos da Escola principalmente aquele que se referem aos cursos de especialização, ficando a direção da escola de enviar um ofício discriminando as áreas; em seguida esteve com o Dr. Humberto⁵¹, do programa internacional de ajuda externa e foi informado que dois países Israel e Alemanha Ocidental tinham grande interesse em participar desse projeto.

⁴⁹Lynaldo Cavalcanti Albuquerque, renomado Engenheiro daquele período, além de professor Universitário, também desenvolveu atividades junto ao MEC, na divisão referida no excerto, a partir de 1971, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), General do Exército Brasileiro. Nesse órgão o professor Lynaldo desenvolveu inúmeros programas voltados para a educação superior, com especial atenção para o ensino no campo das Ciências Agrárias (MONTENEGRO, 2011).

⁵⁰Essa divisão foi responsável por mediar a relação entre o Ministério da Educação e Cultura, via CAPES, com as instituições que atuavam no ensino superior, à época, visando ao desenvolvimento da Pós-graduação brasileira.

⁵¹Não encontramos informações sobre o “Dr. Humberto”, mas sabemos que dentro da DAU, naquilo que dizia a respeito à formação de docentes para atuarem em nível de educação superior, existiam programas de colaboração entre o Brasil e outros países.





Pegou um questionário do programa para ser preenchido e perguntou qual seriam os tipos de projetos; principalmente cursos de especialização, em seguida solicitou aos senhores professores que planejem um curso de especialização de dois meses para nossos docentes que já podem fazer. Informou que também esteve na FAO⁵², CONCRETIDE⁵³, IICA⁵⁴ e EMBRAPA⁵⁵ comunicando que a mesma necessitará de pelo menos duzentas e vinte vagas para seus técnicos fazerem curso de pós-graduação e nós já devíamos pensar em montar um curso de pós-graduação a partir de 1975, pois recursos não faltam (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 28).

O caminho traçado pela ESAL naquele momento era o ensino de pós-graduação articulado à produção e circulação de pesquisa, via revista científica existente (não esqueçamos), e isso fica evidente em função da preocupação institucional com a formação docente, bem como adjudicar uma demanda posta por um conjunto de instituições do campo das Ciências Agrárias e de órgãos do próprio governo federal que precisava ser incorporada à rotina da ESAL.

Os passos, para isso, foram sendo paulatinamente dados ainda em 1973, quando de forma recorrente constatou-se no Livro de Atas do Conselho Departamental da ESAL, as intervenções do professor Valter de Carvalho sinalizando para necessidade do desenvolvimento

⁵²A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura foi criada em 1945, para liderar esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza no mundo. No caso do excerto, provavelmente a referência é o escritório dessa agência no Brasil, aqui sediada desde 1949.

⁵³Comissão Coordenadora do regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do MEC que foi responsável por essa mudança administrativa que impactou diretamente nas atribuições dos professores naquela época.

⁵⁴O Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, criado em 1942 pelo órgão que antecedeu a Organização dos Estados Americanos (OEA), tinha como missão estimular o desenvolvimento da agricultura e bem-estar rural nos países membros. No Brasil, especificamente, tal órgão foi mais influente a partir da direção geral de José Emílio Gonçalves Araújo, entre os anos de 1970 e 1982.

⁵⁵Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária, fundada em 1972, com objetivo de desenvolver pesquisas no âmbito das Ciências Agrárias.



profissional docente e a busca por financiamento de pesquisa, fato demonstrado no excerto a seguir:

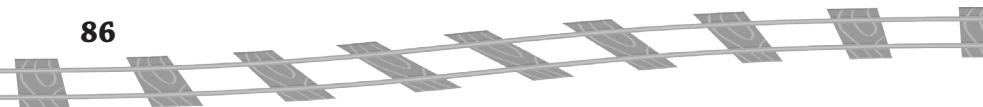
[...] o professor Valter de Carvalho apresentou o programa de um curso de aperfeiçoamento, iniciação à pesquisa, a ser realizado na Escola para docentes no início de 1974 (...). Em seguida apresentou as linhas que se devem seguir para a SUBIN⁵⁶ do programa Auxílio Internacional e que vários países tem grande interesse em aplicar recurso no desenvolvimento das Escolas e no setor de pesquisas (LIVRO DE ATAS, 1973, p. 28).

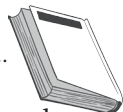
No ano seguinte, em 1974, porém, diferentemente de 1973, no qual encontramos indicadores que ratificam a inserção da ESAL no campo científico das agrárias, poucas informações foram encontradas nos Livros de Atas do Conselho Departamental. Decerto a lacuna verificada não decorreu da ausência de atividades do referido órgão, elas aconteceram e aprofundaram ainda mais a inserção da ESAL no campo científico em questão, algo passível de ser verificado por tudo aquilo que ocorreria no ano seguinte 1975⁵⁷.

Ocorre, nesse momento, uma ação administrativa da ESAL que difere de todas àquelas que até então vinham sendo adotadas, trata-se da concessão do professor Valter Carvalho – figura importante para instituição, segundo pudemos notar ao longo das análises até aqui realizadas – à DAU do MEC, para ali desempenhar funções.

⁵⁶Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral que, a partir de 1970, via Decreto n. 67.154, recebia as atribuições e recursos da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (1962). A SUBIN, naquele contexto, coube: estabelecer relações institucionais com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (AID), controlar os pedidos de cooperação externa e acompanhar, em articulação com o Banco Central do Brasil, a utilização dos auxílios concedidos.

⁵⁷Compete-nos trazer à tona uma constatação desvelada pela pesquisa, conjectura-se que o ano em questão tenha sido um dos mais ricos em termos procedimentais da administração da ESAL, objetivando o desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação, contudo seus registros tenham se perdido nos porões institucionais. A propósito, lugar para o qual, invariavelmente, tem sido encaminhada boa parte da história institucional.





Não se sabe ao certo, os motivos dessa cessão, tampouco quando ela exatamente ocorreu, pois não encontramos fontes versando a respeito disso, contudo suspeitamos suceder da necessidade de desenvolver e consolidar o espaço que a ESAL viria a ocupar, nas searas científicas em crescimento exponencial. A descrição de uma reunião do Conselho Departamental da ESAL, realizada no ano corrente nos permite estabelecer essa ilação.

O senhor presidente passou a palavra ao professor Valter de Carvalho que apresentou uma explanação sobre o trabalho que vem sendo feito, historiou a nova política do MEC em sua nova estruturação. Em seguida falou sobre a CAPES⁵⁸ e seu programa de contratações e bolsas para reforço dos cursos de pós-graduação, CNPQ⁵⁹ - com seu plano básico de desenvolvimento tecnológico - FINEP⁶⁰ exige um projeto para se obter financiamento, sugerindo que deveriam ir a FINEP três pessoas para fazer os 1º contatos sobre a cooperação técnica internacional, provavelmente será assinada um convênio com a Escola e o Canadá. Disse também que o Presidente da República solicitou aos Ministros da Agricultura e Educação e Cultura que façam um estudo para determinar os problemas na área de Ciências Agrárias no país e que o projeto já se encontra terminado e que a escola deverá ser contemplada, mas esses recursos

⁵⁸Como já destacamos neste capítulo, a CAPES foi um órgão que impulsionou o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil naquele contexto, pós-reforma da educação superior em 1969.

⁵⁹O I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com base no Decreto n.º 70.553, de 17 de maio de 1972, que tinha por objetivo estimular a produção de pesquisa, por setores, e o ensino de pós-graduação no país (BRASIL, 1972).

⁶⁰Agência do Estado brasileiro; financiadora de Inovação e Pesquisa que possui o objetivo de Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. Naquele contexto, o professor Valter de Carvalho fazia referência à linha de financiamento promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia que era voltada para apoiar a capacitação científica e tecnológica de universidades e centros de pesquisa em todo o território nacional.



só serão liberados através de projetos, programas e bons trabalhos (LIVRO DE ATAS, 1975).

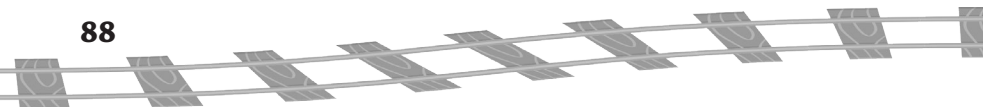
Com base no excerto, nota-se um conjunto de ações derivadas da articulação entre a DAU do MEC e a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS) a qual cooperava com o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), na direção de fomentar o desenvolvimento das Ciências Agrárias no Brasil, tanto por intermédio do ensino quanto em decorrência da pesquisa.

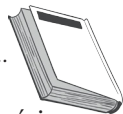
Sob esse contexto foi criada a Coordenação Nacional de Pós-graduação nas Ciências Agrárias, formada a partir da reunião de representantes de diferentes órgãos, quais sejam: DAU (MEC), IPEA⁶¹, IICA, USAID e Fundação Ford⁶²; além disso, criou-se o Programa de Assistências Interuniversitária, a fim de viabilizar a cooperação entre escolas de ensino agrícola, colocando em diálogo àquelas mais desenvolvidas e as com menor grau de desenvolvimento, alvitando, com isso, a formação, principalmente, de corpo docente qualificado para atuação em pós-graduação; além do diagnóstico-prognóstico idealizado pelo DAU do MEC, financiado pela USAID e executado pelo Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, segundo o qual se oportunizou o financiamento de dois grandes programas, o de Educação Agrícola Superior (PEAS) e o de Desenvolvimento do ensino das Ciências Agrárias (PRODECA), cuja soma totaliza 52 milhões de dólares provenientes da USAID e permitiram entre 1974 e 1978, o fortalecimento de 12 instituições educacionais de ensino agrícola, entre elas a ESAL (INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS - IICA, 1990).

Afora essas relações institucionais no âmbito das Ciências Agrárias, outros procedimentos foram sendo tomados para que

⁶¹O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, fundação do Estado Brasileiro, criado em 1964, desenvolve atividades de pesquisa que fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

⁶²Fundação criada em 1936, por Henry Ford, nos Estados Unidos da América, com o intuito de promover ações favoráveis à democracia e ao combate à pobreza.





naquele momento a pós-graduação na ESAL pudesse ter início. Dentre eles pode-se citar: à aprovação do regimento interno da pós-graduação; a implantação do sistema de créditos nessa etapa da educação superior; a instauração do regime de tempo integral para docentes (dedicação exclusiva); e a definição dos programas de ensino, tanto no curso de Fitotecnia, coordenado primeiramente pelo professor Luis Augusto de Paula Lima⁶³ quanto para o curso de Administração Rural, supervisionado pelo professor Jose Geraldo de Andrade (LIVRO DE ATAS, 1975).

O professor José Geraldo de Andrade, cuja participação no processo fora efetiva, apresenta um relato no qual os sentimentos experienciados preenchem a letra fria do Livro de Atas do Conselho Departamental:

[...] nós éramos seis professores no Departamento de Economia, seis, e ousando em lançar a pós-graduação em Administração Rural. Eu escutei cada coisa como chefe, que dá até um livro! Uma foi do presidente da EMBRAPA, eu já falei que sou “bocado”, eu falo mesmo. E falou: “você não têm competência para montar esse curso”. Aquilo pra mim foi uma “estilingada”. Quando o curso começou, na primeira turma, eu recebi um telefonema, [na ocasião] era o chefe [de departamento] e também acumulava o cargo de supervisor do curso, pedindo uma vaga para o estudante da EMBRAPA que, inclusive foi um aluno brilhante, o mundo dá voltas [...] (ANDRADE, 2018, p. 4)!

Trata-se de um destaque, cujo teor denota um nível de organicidade importante entre esse órgão de pesquisa e a ESAL que, por vezes, também eram atravessadas pela política, como revela o professor Maurício de Souza, membro da nossa rede de depoentes e presidente do (segundo) Conselho Editorial, ao ser questionado sobre as influências externas no processo de editoração da revista “Agros”:

⁶³Naquele contexto institucional Mestre em Fitotecnia (Agricultura) pela Universidade Federal de Viçosa e professor do Departamento de Agricultura da ESAL.



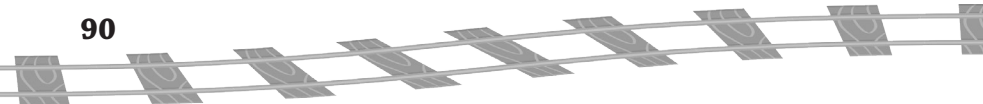
[...] sobre a editoração? Não! Mas sobre a Pós-Graduação sim. Às vezes tinha o pedido de um político para aceitar o fulano e o beltrano (SOUZA, 2018, p. 6).

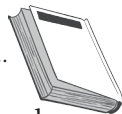
No decorrer dessas ações administrativas que capitaneassem cada vez mais a ESAL ao campo científico, o professor Valter Carvalho retorna ao cenário da instituição, em especial no Conselho Departamental, para delimitar definitivamente a implantação da pós-graduação. Confirmamos o fato:

(...) o professor Valter de Carvalho historiou a situação do ensino das Ciências Agrárias e apresentou a política atual (...). Institucionalizar a pós-graduação, pois se analisarmos são os próprios alunos da pós-graduação que a sustentam. Quanto a nossa escola, o orçamento houve um adicional considerável (...). A inclusão da Escola no Plano Nacional de Pós-Graduação é prioritária. A seguir falou a respeito do PRODECA (...) dizendo que a Escola será contemplada (...) com uma verba adicional no valor de dois milhões e quintos mil cruzeiros (...). O recurso da PRODECA será concentrado nos novos cursos de pós-graduação a serem criados, em março Ciências dos Alimentos e Solos e em agosto Zootecnia (LIVRO DE ATAS, 1975).

Não se tem clareza de como funcionava essa articulação entre a ESAL, DAU do MEC e, por efeito, outros órgãos, por intermédio do professor Valter de Carvalho – ao que parece o protagonista na implantação da pós-graduação na ESAL. Contudo, sabe-se que a projeção prevista ocorreu no ano seguinte, em 1976, com a criação dos três cursos de pós-graduação mencionados no excerto, totalizando um conjunto de cinco (5) cursos nessa etapa da educação superior e consolidando definitivamente o lugar que a ESAL ocuparia no desenvolvimento do campo científico das Ciências Agrárias.

Ora, não parece haver dúvidas de que as relações de solidariedade estabelecidas naquele contexto foram fatores que impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação na ESAL, ao menos os rastros (documentais) demonstram isso. Se bem que as iniciativas internas que antecederam o processo também





foram vetores para esse crescimento exponencial. À face disso, pode-se alegar, com base na escrita da história que, todo o processo foi se constituindo de forma original, diferente de outras escolas voltadas para o ensino agrícola, e que guardava uma pujante experiência de educação superior. No fechamento desse capítulo, apresentaremos melhor essa representação a respeito da história.

2.4 A guisa das “conclusões”

Tomemos como referência a ESAL: uma instituição da educação superior, ordinariamente voltada para o ensino agrícola e que se consolida no campo científico das Ciências Agrárias a partir da sua inserção no ensino de pós-graduação, não sem antes estabelecer outro procedimento, a circulação do conhecimento científico por meio da revista “Agros”.

Esse desenho, por si só, não explica o conjunto de relações sociais e procedimentos administrativos que tiveram que ser tomados no período aqui analisado, 1969 até 1975, para que tal processo pudesse ocorrer. Nesse caso, o conjunto de fontes foi determinante para que pudéssemos escrever essa história, explicitar tais relações e procedimentos *pari passu* a algum nível de análise do contexto.

Isso significa dizer que para a escrita da história ser desempenhada com algum nível de eficiência, elas, as fontes, são fundamentais, algo que, nos dias atuais, para além de quem produz pesquisa histórica, não é visto dessa maneira, mas sim como objetos obsoletos que não possuem interesse científico.

Essa, sem dúvida, é uma crítica que precisa ser construída, haja vista o fato de que parte do passado desta instituição, ESAL, encontra-se à própria sorte “nos porões” do que hoje denominamos UFLA. Sem as fontes, não saberíamos o que precedeu ao conselho editorial criado em 1971, tido pela tradição como o primeiro, um departamento de pesquisa e propriamente outro conselho editorial, esse sim, o primeiro deles. De igual modo quanto à importância de professores como Maurício de Souza e outros que identificamos

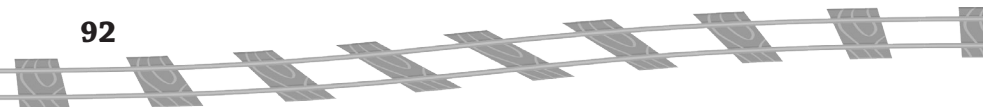


nas fontes perscrutadas, com efeito, trouxemos a lume os esforços empregados para que a primeira revista científica da ESAL pudesse circular. Também não teríamos conhecimento da inserção da instituição na pós-graduação que contou com o protagonismo do professor Valter de Carvalho direcionando tal processo, inclusive, de fora da instituição, articulando relações com diferentes órgãos de governo.

Quem sabe, e isso é apenas uma hipótese, não saberíamos que a ESAL guarda uma potente experiência de pesquisa que foi delimitada e impulsionada por um contexto extremamente favorável ao desenvolvimento das Ciências Agrárias no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970. Mas, como dissemos, trata-se apenas de conjecturas a respeito daquilo que, porventura, poderíamos deixar de saber. Porque se nos foi conferido à oportunidade de estarmos retratando essa história, logo algum incentivo institucional nos foi dado para que isso viesse a ocorrer.

Nesse caso a escrita da História transita, inicialmente, dos problemas hodiernos, até o contexto daquilo que devemos saber sobre o passado para que, aí sim, possamos retomar a caminhada no presente e, quem sabe, em futuro próximo, possamos conhecer se esse exercício contribuiu, de alguma maneira, para o desenvolvimento institucional. Trata-se de um movimento em que a retomada histórica opere em uma dupla direção, uma no sentido de salvaguardar os saberes e experiências historicamente situados e a outra na orientação de que a apropriação desses saberes possa lançar rebento à existência no tempo presente, tal qual a observação de Le Goff (2003, p. 471), para quem a “(...) memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”, desse modo, acrescenta o autor: “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”.

Assentados nessa premissa epistemológica (e política) esteve nosso empenho historiográfico. Por fim, vale frisar que as raízes da

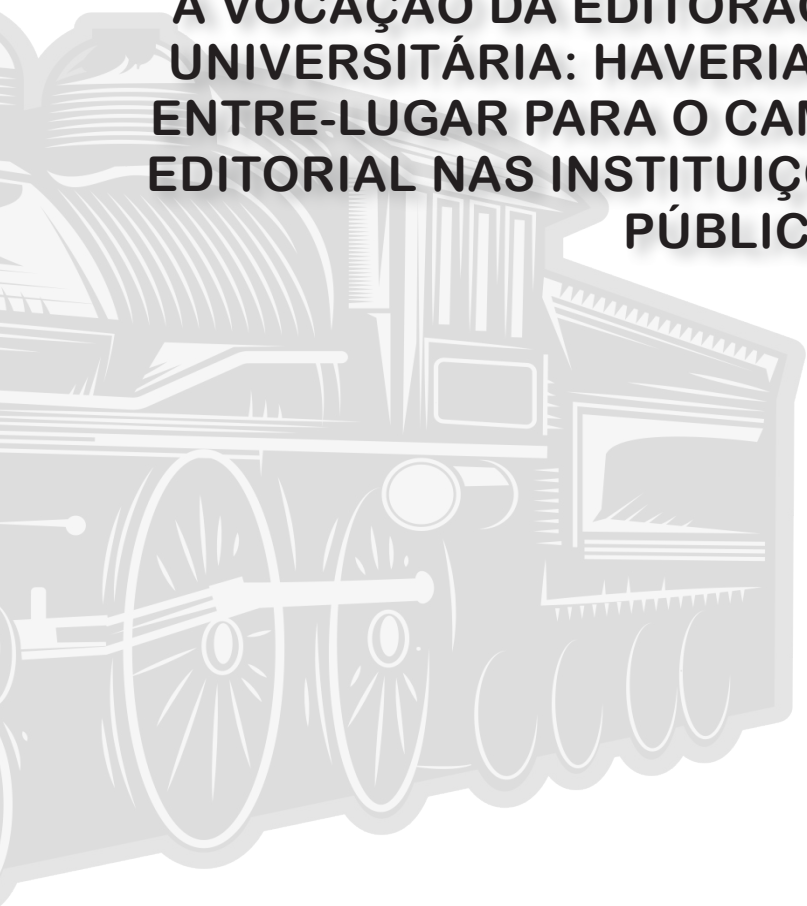




organização do campo científico na ESAL possuem relação com um primeiro movimento pelo qual se colocou em debate a necessidade da ciência no ensino agrícola, uma conjuntura que posteriormente se desdobrou em dois fatores impulsionadores dessa ação de inserção da ESAL no campo científico das Ciências Agrárias, quais sejam: a criação da revista científica “Agros” e a institucionalização da pesquisa associada à criação dos primeiros cursos de pós-graduação na instituição.

Por certo, ambos os empreendimentos supramencionados incidiram no processo de federalização que viria a transformar a ESAL em UFLA, do mesmo modo que afetaram e seriam vetores para a fundação da Editora UFLA. Ora, mas isso se refere a outro assunto, para o qual dedicar-se-á o próximo capítulo.

3 SOBRE A CONSTITUIÇÃO E A VOCAÇÃO DA EDITORAÇÃO UNIVERSITÁRIA: HAVERIA UM ENTRE-LUGAR PARA O CAMPO EDITORIAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS?





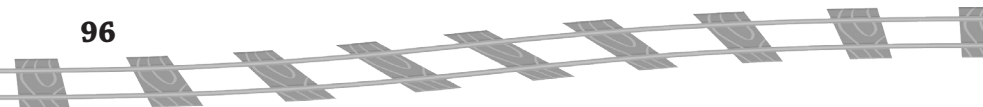
Nos capítulos anteriores procuramos entender (historicamente) a constituição e a evolução da imprensa em Lavras/MG, observando o instituto presbiteriano, em razão de que seus efeitos sobrevêm, em certa medida, sobre a configuração da Escola Agrícola de Lavras/MG, do mesmo modo que incidiu na organização do campo científico, cujos efeitos “prepararam” os “baldrames” para existência e consolidação do que hoje se denomina UFLA. Há, nesse sentido, um imbricamento (histórico e contextual) entre as instituições e o fazer científico, por assim dizer, razão pela qual foi necessário realizar essa “viagem (diacrônica) no tempo”.

Tratou-se de um exercício situacional para apresentar uma conjuntura histórica, a fim de preparar o “terreno” da compreensão para o debate e as reflexões que se pretende desenvolver neste capítulo, no qual trataremos da produção e circulação do conhecimento científico, refletindo quanto ao papel da editoração universitária, detendo-se em especial, ao caso da (Editora) UFLA.

Sendo que no primeiro momento dessa discussão analisar-se-á o fenômeno da globalização e seus desdobramentos para o campo editorial da produção e difusão do conhecimento; em seguida, aborda-se, ainda que brevemente, a evolução histórica do nicho livreiro no país; e, por fim reflete-se sobre o lugar que a Editora UFLA ocupa neste processo, à luz da perspectiva de alguns depoentes da investigação, que a propósito, como já citado no início da obra, resulta de um projeto de pesquisa assentado nos pressupostos da História Oral, assim como de análises realizadas nos Livros de Atas do Conselho Universitário (CUNI) da UFLA, como forma de situar o processo de fundação da Editora UFLA. Doravante, observemos as urdiduras dessa trama.

3.1 Considerações iniciais: os efeitos da globalização para o conhecimento

Questionar as premissas supostamente inquestionáveis do nosso modo de vida é provavelmente o serviço mais urgente que devemos prestar aos nossos companheiros humanos e a nós mesmos (BAUMAN, 1999, p. 9).





O conteúdo da epígrafe contida nesta seção, figura como uma espécie de moldura para introduzir a temática da qual pretendemos discorrer, nela, Bauman (1999), enaltece a capacidade de indagação a respeito da dinâmica e o modo pelo qual um indivíduo ou uma organização desenvolve ou opera suas atividades. Ora, trata-se exatamente do exercício elucubrativo ao qual nos propomos realizar, ao refletir sobre o papel da editoração nos dias atuais.

Conquanto, não se trata de discorrer sobre qualquer tipo de editoração, visto que há diferentes acepções e finalidades para essa atividade “livreira”, sendo assim, pretendemos pensá-la dentro do fito das universidades, em especial daquelas de natureza pública, considerando as constantes ingerências tecnológicas e comerciais típicas de um mundo globalizado.

Bem sabemos – uns mais, outros menos, a depender de sua inserção/condição cultural e social – que a globalização, apoiada no desenvolvimento tecnológico, modificou subitamente a organização econômica, social e política das diferentes sociedades. De acordo com Bauman (1999, p. 5), a globalização

(...) está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros.

No plano macro, ela (lê-se a globalização) afetou o universo da economia expandindo os limites das relações comerciais, por efeito modificou a geopolítica ao transformar a configuração dos Estados Nacionais formados no século XIX e intensificou a produção cultural, em razão de inaugurar outro tempo-espço – notadamente em decorrência das tecnologias e da *cibercultura*⁶⁴ – no qual as relações humanas são estabelecidas.

⁶⁴Para fins deste texto, adotaremos o entendimento de cibercultura como sendo a (sub)cultura que surgiu, surge, ou está em curso, a partir do uso da rede mundial de computadores, bem como de outros suportes tecnológicos por intermédio da comunicação virtual e da indústria do entretenimento movida pelo comércio eletrônico.



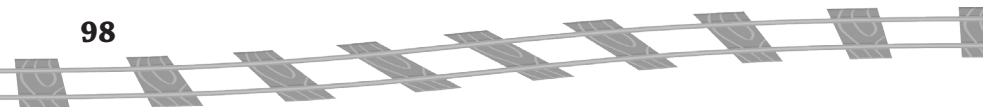
No plano micro, a globalização abriu caminho para a interculturalidade, um movimento ao mesmo tempo auspicioso na direção do intercâmbio cultural planetário, mas que também potencializou a cultura de massas, mitigando (em certa medida) as singularidades étnicas e as manifestações da cultura popular (minoritárias), à exceção daquelas que resistem (bravamente) à marcha da industrialização (SANTOS, 2000).

Ante a esse paradoxo cultural contemporâneo não se pode desconsiderar que diferentes sociedades apresentam idiossincrasias identitárias (costumes, signos, tradições e ritos), com efeito, ao serem “extirpados” são danosos e fomentam muitos conflitos, porquanto são as marcas culturais inestimáveis que inexistindo engendram profundas fendas na inscrição cultural de um povo.

Em última análise, pode-se inferir que a globalização expõe sucessivas tensões, em que os resultados podem ser perversos e deletérios, ainda que reconheçamos suas contribuições. Santos (2000) parece se alinhar com esse entendimento, ao afirmar que a globalização implica em crises amplas e sucessivas, pois ao procurar dirimir os conflitos acaba adotando medidas e procedimentos, dirigidos por interesses hegemônicos, que geram novos conflitos em um movimento de natureza cíclica, de construção e reconstrução de novos (e velhos) conflitos.

Por certo nosso leitor deve estar se interrogando: por que haveria de se falar em globalização no contexto deste capítulo? Ora, exatamente porque, seus lastros também afetaram a cultura literária e a configuração editorial.

Estranho seria se o nicho livreiro não fosse atingido pelos múltiplos “tentáculos” da globalização, já que suas mudanças influenciaram assaz os modos de comunicação, sua forma de disseminação e interação dos registros, por efeito, da produção do conhecimento. Há, inclusive, quem assegure que estamos perante a “terceira revolução do livro”, conforme glosa Marques Neto (2000, p. 169).





Desde a primeira revolução, marcada pelo aparecimento do livro como o conhecemos ainda hoje (o códice que substituiu os rolos da Antiguidade no século IV d.C., com suas páginas numeradas e formato revolucionário que libertou as mãos do leitor, criando uma nova relação entre o leitor e o livro), passando pela segunda revolução com a disseminação do livro impresso por Gutenberg e, finalmente, chegando ao nosso tempo com a informática e o livro eletrônico.

Muito provavelmente, tais transformações provêm de implicações da globalização, em que o teor instituiu uma “nova marcha” na (e para) organização planetária. Nesse sentido então, a conjecturada “terceira revolução do livro” caracterizaria a promessa da realização de muitas utopias de uma humanidade (por suposto) culta, haja vista esse novo formato de disseminação e a democratização do conhecimento, do mesmo modo engendraria outro formato de inter-relação – *incontinenti* – entre autor e leitor (MARQUES NETO, 2000).

Vale, no entanto, salientar que, embora a finalidade da editoração universitária não se restrinja à produção de livros – independentemente de seu formato – suas transformações reverberam desde a produção até a forma de armazenamento desses livros. No entendimento do autor supramencionado “em futuro próximo o “papel eletrônico” se juntará aos artefatos hoje conhecidos, e todos eles organizarão de maneira diferente a relação do texto com o leitor, graças, principalmente, aos recursos do hipertexto⁶⁵” (MARQUES NETO, 2000, p. 169).

Por isso, na direção de entendermos os efeitos da globalização nesse universo editorial, notadamente ao abrigo das instituições universitárias, faz-se mister compreender sua constituição histórica, já que por intermédio de uma análise diacrônica poder-se-ia situar

⁶⁵O hipertexto é um conceito associado às tecnologias da informação e que faz referência à escrita eletrônica. Trata-se de uma espécie de obra coletiva, que apresenta textos dentro de outros, formando assim, uma grande rede de informações interativas.



no tempo-espaço suas evoluções, tal e qual seus condicionantes contextuais, de maneira que lance luz sobre outras possibilidades de pensar as implicações e a finalidade dessa atividade, por vezes, mal compreendida e frequentemente usurpada em razões de conflitos e tensões que envolvem a “fabricação” e disseminação do conhecimento técnico-científico-didático.

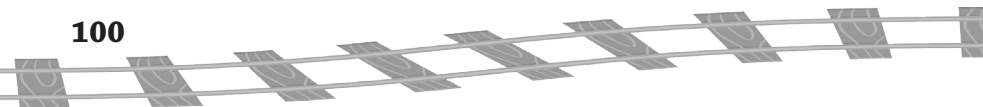
Para tanto, inicia-se uma nova seção, a fim de que haja um melhor delineamento temático, bem como o encadeamento das ideias considerando o enredamento das variantes que envolvem o campo das editoras universitárias.

3.2 A evolução histórica e o desenvolvimento da editoração universitária no Brasil

Basta uma rápida análise do conjunto de Editoras Universitárias brasileiras e logo se verá a diversidade de interpretações que se apresenta para o campo da editoração nas instituições de ensino superior público. Não há, portanto, um entendimento uníssono quando se trata da editoração em âmbito universitário.

A editora universitária, como experiência brasileira, teve início na década de 1960. Algumas editoras nasceram com o advento das próprias universidades, outras, no entanto, evoluíram a partir da experiência da imprensa universitária e, somente após alguns anos de produção, criaram seus conselhos editoriais e formalizaram suas atividades com regimentos próprios (BUFREM, 2001).

Boa parte delas foi instalada no bojo da ditadura, sob interesses ideológicos e políticos. Compreendem vínculo originário com a imprensa oficial, sendo a maioria das editoras federais. Na década de 1970, ocorre um boom no setor, de acordo com Da Costa (1992), resultante da confluência entre dois interesses, quais sejam: dos diretores das gráficas de universidades federais, que desde 1976 se reuniam para tratar de temas como: padronização dos impressos, custos, melhor aproveitamento dos equipamentos; e o do MEC, que em 1981 criou um programa





especial, o PROEDI⁶⁶ para estimular a publicação da produção científica e intelectual das IES (GUEDES; PEREIRA, 2000).

Desde que foram criadas no Brasil, as editoras universitárias têm discutido qual o seu lugar, assim como seu espaço no mercado editorial brasileiro. Trata-se de uma discussão ampla e complexa a julgar pela diversidade de acepções dada ao campo, dentre outras variantes que tangenciam essa prática, indo dos insumos à dificuldade de se instituir um perfil editorial. Para Bufrem (1990) – uma referência no tocante ao tema – as primeiras necessidades para o desenvolvimento dessa prática foi estabelecer as diferenças entre editoras comerciais e universitárias.

Vale destacar que o mercado editorial brasileiro ocupa um importante espaço na economia, visto que se encontra na oitava posição no ranqueamento mundial na produção de livros. Estima-se que o consumo anual de livros, 2,5 livros por habitante, incluindo-se neste número o livro didático, gênero que representa quase 60% da venda de livros em circulação no Brasil (MARQUES NETO, 2000). Note-se, a relevância do livro didático no interior desse nicho comercial, em nosso entendimento se trata de um percentual expressivo, cujos efeitos, devem ser atentamente percebidos e estrategicamente pensados quando o mote é editoração universitária.

Ainda nessa esteira sob a perspectiva diacrônica da editoração universitária, algumas curiosidades podem ser acrescentadas nesta resumida cronologia. Vejamos algumas delas: “uma Editora do interior do Rio Grande do Sul lançou, no final dos anos 80, um programa para incentivar e descobrir talentos na escola de primeiro grau, ao verificar que há mais de 50 anos não se publicava nenhum escrito da cidade”; outra intrigante curiosidade “a Editora da UFPa não tinha conselho editorial e era dirigida pelo

⁶⁶O PROEDI – Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais, da Secretaria de Ensino Superior, foi concebido por uma “Coordenação de modernização administrativa” que, em 1981, definiu dotação especial a 11 universidades, selecionada de modo a representar as diferentes regiões do país.

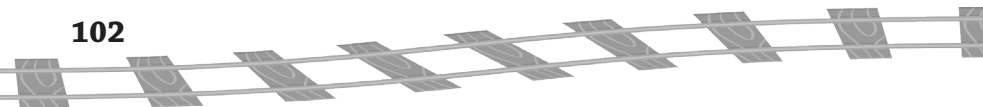


gráfico responsável pela imprensa universitária, quando começou a publicar Platão em primorosas traduções diretamente do grego”; “em 1986, no Seminário Nacional das Editoras Universitárias, realizado em Campinas, reuniu editores de empresas comerciais para debate com editores das Editoras Universitárias”; Já “em 88/1987, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) contava com um grupo de editores universitários de empresas privadas (o GEU) que recebeu em seu quadro uma representação da recém-criada ABEU; dentre outras tantas intercorrências históricas (GUEDES; PEREIRA, 2000, p. 79).

Depreende deste breve descritivo, que o forjar de um perfil para se pensar a editoração universitária sempre fora conturbado e repleto de injunções, ora de ordem macropolítica ora a reboque das micropolíticas e dos tensionamentos mercadológicos, consequentemente o urdir de uma identidade apresenta-se como um desafio, diante de tantas questões historicamente situadas.

Pois bem, nesse sentido parece-nos imprescindível pensar a condição dessa atividade ao abrigo das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente àquelas sob os cuidados da administração pública, visto que as finalidades de instituições públicas diferenciam-se das privadas, tanto no que se refere à dimensão teleológica quanto na esfera axiológica.

Pensando então em apresentar de forma mais detalhada as prerrogativas da atividade editorial em instituições de ensino superior público, tal como as acepções dadas à sua razão de existir no interior dessas instituições, iniciaremos uma nova seção, a fim de conhecer o processo de constituição da Editora UFLA e pensar sua “missão formativa”, pela qual se pudesse fomentar um projeto didático-formativo, para além dos ideais comerciais, ou mesmo “liberta” dos ditames acadêmicos. Para tanto, perscrutar-se-á a perspectiva de dois ex-diretores e do atual diretor da Editora em questão.





3.3 Contexturas de uma editora universitária na UFLA

De acordo com as fontes pesquisadas foi no dia 16 de julho de 1998, no âmbito da 5ª reunião anual do Conselho Universitário (CUNI) da UFLA, sob a gestão do professor Fabiano Ribeiro do Vale⁶⁷, que se constitui a Editora UFLA, nos moldes de sua conformação atual. Nesse mesmo momento, tem-se à apreciação do seu regimento interno, por via da solicitação dos chefes de Departamento da instituição para fins de aprovação, concretização que ocorrera somente em 19 de maio de 1999.

Naquele contexto, a UFLA, já organizada como uma Universidade Federal, após anos como uma instituição de educação superior isolada, a ESAL – “transformação” essa que acontecera em 1994, em função de demandas da política educacional e internas à instituição – mantinha sua vinculação junto à pós-graduação e ao próprio campo científico, em especial na esfera das Ciências Agrárias, contudo com alguma abertura para a área das Ciências Humanas e Sociais, conforme anota o estudo de Rodrigues (2013).

Nesse caso a criação da editora, internamente à UFLA, anelava robustecer tal vinculação, mesmo porque, historicamente, como vimos no capítulo anterior, essa relação entre circulação e produção do conhecimento impulsionava o desenvolvimento do campo científico na instituição.

Um Conselho Editorial, nesse caminho, ainda desenvolvia atividades precedentes à Editora, sendo responsável, até 1995, pela edição da Revista Ciência e Prática, cuja circulação na instituição perdurou aproximadamente 18 anos, substituída, em 1996, por outra revista, a saber, Ciência e Agrotecnologia, estando à mesma ao abrigo da Editora UFLA a partir de sua criação em 1998. Em relação

⁶⁷Formado em Agronomia pela ESAL em 1977, tal professor cursou o Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (1982) e doutorado em Soil Science pela University of North Carolina (1986).



à mudança de dinâmica que envolvia outra perspectiva editorial, um dos nossos depoentes responsáveis pelo Conselho na ocasião, descreve-a da seguinte maneira:

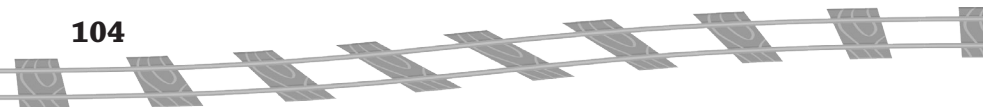
[...] nós procurávamos manter a periodicidade da revista, pois isso era uma questão de credibilidade e de regularidade perante a comunidade [acadêmica], então, às vezes, tínhamos dificuldades de publicar um número, em função do mínimo de artigos. Nós tínhamos que decidir, mas não era por causa da pressão do número de artigos que aceitávamos qualquer coisa. A revista abrangia desde as ciências agrárias e ambientais, às áreas biológicas, sociais, em resumo, tudo. Depois a revista foi dividida, foi evoluindo, sendo dividida em partes temáticas, até para facilitar o entendimento da comunidade e para os autores sentirem-se atraídos pela revista (MACHADO, 2018, p. 4).

Depreende-se do excerto apresentado, o fato de que internamente (à instituição) havia-se uma preocupação em impulsionar o desenvolvimento de um campo científico, cujas características começavam a ser mais bem delineadas em razão da atuação da Editora UFLA. *Pari passu* o regimento interno ratifica de modo categórico essa aspiração, ao alegar que, dentre as atribuições daquele órgão

[...] a Editora dará prioridade para a edição de obras de qualquer natureza, produzida por membros da comunidade universitária da UFLA, respeitando os princípios da liberdade e da livre iniciativa (UFLA, 1999, s/p.).

As palavras do professor Luiz Edson Mota de Oliveira⁶⁸, responsável pelo Conselho Editorial o qual precedeu, à época, a criação da Editora e pela própria defesa da sua criação no âmbito do CUNI, órgão colegiado máximo do organograma da UFLA, em

⁶⁸Ex-aluno do ESAL, também atuou como professor nessa instituição no Departamento de Biologia a partir de 1975. Fez Mestrado na Universidade Federal de Viçosa na área de fisiologia vegetal (1977) e o Doutorado na Universidade Estadual de Campinas também em fisiologia vegetal (1985).





1998, ampliam o entendimento desse processo evolutivo, como se observa de agora em diante

[...] no início da gestão do professor Fabiano Ribeiro do Vale ele passou a portaria dizendo “Você, Luiz Edson, vai ser o presidente do Conselho Editorial com a missão de criar uma editora”. Não era isso que estava nos meus planos, mas atendi o chamado. Nisso eu fiquei uns dois anos, um primeiro ano preparando, elaborando todo o projeto, visitei outras universidades, pois era consultor do CNPQ e da CAPES, então, a primeira coisa que eu fazia durante as viagens era conhecer a estrutura das editoras que as universidades possuíam. Então, o nosso início foi dentro do que tínhamos de melhor acontecendo no Brasil, em termos de estruturas de funcionamento das editoras universitárias. Prova disso é o sucesso atual da editora, foi muito rápido, porque começou de forma correta. Foi inaugurada em 1998, mas eu sempre faço um comentário: “não podemos desconsiderar de forma alguma os nossos antecessores”. Isso é fruto de um trabalho coletivo. Começou no conselho editorial em 1971 com o professor Maurício de Souza⁶⁹, com a equipe dele, já preparando uma estrutura toda pra dar vazão às publicações científicas e de extensão da ESAL, em função da expansão da pós-graduação (OLIVEIRA, 2018, p. 3).

A evidência da continuidade no trato dessa relação entre circulação e produção do conhecimento científico fica patente no teor da publicação de três dos primeiros títulos da Editora UFLA, todos originários da referida instituição: um de autoria do professor Antônio Ricardo Evangelista⁷⁰ e da professora Josiane Aparecida de Lima⁷¹, intitulado: “Silagem: do cultivo ao silo”, publicado em

⁶⁹Na verdade tal processo não começa em 1971, mas sim em 1969, conforme mostramos no capítulo anterior.

⁷⁰Graduou-se em Agronomia na ESAL (1977); fez Mestrado em Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal de Viçosa (1979) e Doutorado em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa (1986).

⁷¹Cursou Zootecnia na ESAL (1987), fez Mestrado em Zootecnia pela ESAL (1992) e Doutorado em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa (1997).



2000; outro dos professores Antônio Carlos de Oliveira⁷², Daniel Furtado Ferreira⁷³ e Magno Antônio Patto Ramalho⁷⁴, denominado de: “Experimentação em genética e melhoramento de plantas”, publicado primeiramente em 2000; e o livro titulado: “Genética na Agropecuária”, publicado em sua 2ª Edição em 2001, pelos professores Magno Antônio Patto Ramalho, João Bosco dos Santos⁷⁵ e Cesar Augusto Pereira Pinto⁷⁶,

Outro excerto narrativo extraído da entrevista junto ao professor Luiz Edson Mota de Oliveira admite o apoio supramencionado, no momento da criação da Editora UFLA.

Nossa origem é a Agronomia, a agropecuária, a zootecnia, fitotecnia, obviamente, depois entrou administração rural, as outras áreas foram sendo agregadas. Bom, mas com a história da universidade, aí mudou. Hoje nós temos uma universidade de fato. Extremamente diversificada, como deve ser uma universidade. E veja bem, então, a editora, ela não podia personalizar, ela não podia direcionar para esse ou outro tipo de publicação. Mas o momento inicial foi de dar apoio logístico àquilo que era do momento, as Ciências Agrárias. Mas hoje não, então a editora vive um momento completamente diferente, o papel dela hoje, é claro, tem experiência do passado, mas hoje essa abertura vai ser dada pela turma nova que está aí, à frente (OLIVEIRA, 2018, p. 6).

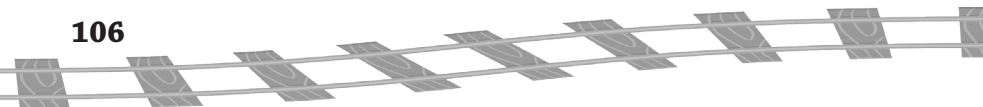
⁷²Formado em Agronomia pela ESAL (1973), fez Mestrado em Estatística e Métodos Quantitativos pela Universidade de Brasília (1976) e Doutorado em Agronomia (Estatística e Experimentação Agrônômica) pela Universidade de São Paulo (1985).

⁷³Graduou-se em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (1990), fez Mestrado em Genética e Melhoramento de Plantas pela ESAL (1993), e Doutorado em Agronomia (Genética e Melhoramento de Plantas) na ESALQ/USP (1996).

⁷⁴Concluiu a graduação em Agronomia pela ESAL (1970), cursou o Mestrado (1973) e o Doutorado (1978) (Genética e Melhoramento de Plantas) na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP).

⁷⁵Graduou-se em Agronomia pela ESAL (1975), cursou o Mestrado (1980) e o Doutorado (1984) (Genética e Melhoramento de Plantas) na ESALQ/USP.

⁷⁶Fez a graduação em Agronomia na ESAL (1976), o Mestrado em Agronomia (Genética e Melhoramento de Plantas) pela ESALQ/USP (1978) e o doutorado em Plant Genetics and Breeding - Purdue University (1985).





Seguindo o raciocínio reflexivo do depoente, o conjunto da obra editorial na UFLA acompanhou o curso de sua transformação, ampliando, por assim dizer, o seu escopo de atuação e passando a impulsionar – sem perder de vista à relação entre produção e circulação do conhecimento científico – outras áreas e subáreas do conhecimento para além das Ciências Agrárias, conforme explica o atual diretor deste órgão na UFLA:

[...] então, o procedimento era muito “amador”, pois a editora não tinha uma política editorial. Vários professores, diversos autores reclamavam disso (...). A editora recebia os livros e eles eram submetidos ao conselho editorial, depois para os revisores que retornavam um parecer sobre o livro ao conselho editorial, passado pelos revisores, voltava e se fazia o trâmite pra publicação. A reclamação maior era que a editora só publicava livros das Ciências Agrárias. Foi isso que atacamos quando assumi a Editora UFLA. O primeiro ponto foi regularizar a situação com a Fundação, ou seja, a livraria. O ponto mais nevrálgico da editora era a livraria, nós não podíamos receber recurso financeiro, portanto, como dar um amparo jurídico para isso? Nós tínhamos duas saídas: ou internalizávamos a livraria, ou seja, você vai comprar um livro lá e o funcionário vai emitir um GRU, você vai ao banco, deposita, faz esse pagamento, volta e pega o livro; ou instituíamos outro convênio com a Fundação que poderia gerir a livraria, conduzir a parte financeira. E aí começou a nossa luta política. Nós escrevemos um primeiro projeto, submetemos as instâncias competentes. Com o auxílio da DICON e da Procuradoria refizemos o convênio e submetemos novamente, sendo este APROVADO. A partir da aprovação desse convênio nós começamos a respirar outros ares. Opa, agora nós começamos a trabalhar efetivamente na editora. O convênio foi assinado dia 2 de outubro desse ano [2018], ou seja, eu estou trabalhando no convênio há 2 anos praticamente, e nesse meio tempo estamos discutindo com vários autores, participando de reuniões com vários diretores de outras

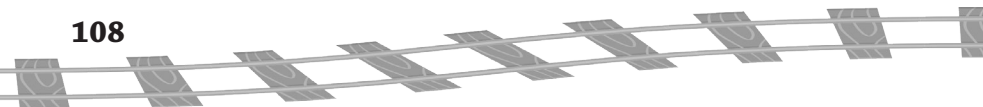


editoras universitárias e assim elaboramos a primeira política editorial. A partir dela elencamos quais são as obras, as temáticas que iremos financiar, ou que vamos apoiar. Nós temos muito a avançar, mas eu acredito que com a aprovação do convênio e mais recentemente, com a aprovação da política editorial, nós demos passos importantes, como editora universitária, não como uma editora de Ciências Agrárias. Nós tínhamos, só pra finalizar, quase 90% dos livros submetidos oriundos das Ciências Agrárias, hoje nós temos em torno de 30% de Ciências Agrárias. E nós vamos fazer muito mais (CARNEIRO, 2018, p. 5).

Uma mudança programada? Em certa medida podemos afirmar que sim, mesmo porque com a transformação da instituição em 1994, as mudanças e tensões acerca da coexistência de diferentes áreas e subáreas do conhecimento científico seriam inevitáveis. À Editora coube, nesse sentido, atinar-se para esse novo cenário, uma vez que se trata de um marcante ponto de inflexão que a fez acompanhar tal dinâmica, ao ponto de flexibilizar suas próprias origens e reinventar tradições, mas sempre com a perspectiva de impulsionar a relação entre produção e construção do conhecimento científico na instituição.

Ao que parece, então, essa nova configuração do escopo editorial, tornar-se-á um traço marcante da Editora UFLA, inclusive para responder ao novo pleito de produção e circulação do conhecimento científico, por efeito dessa nova organização, que transformara aquela escola “isolada”, com foco, nas Ciências Agrárias, em uma universidade “plural”.

Corolário ao quadro de transformações supracitado, os objetivos da Editora UFLA – arriscamos dizer que das editoras universitárias de modo geral – precisar-se-ão ser revistos e seu status repensado, por efeito então, interroga-se qual seria, o seu lugar de atuação no contexto da editoração universitária? Dedicaremos a próxima seção, para meditar a esse respeito.





3.4 Nem de um lado, tampouco do outro: o “entre-lugar” para se pensar em uma editora universitária

[...] *somos seres do não mais e do ainda não*. Nós não suportamos, de certo modo, o vazio. A pergunta é: como nós podemos sustentar esta situação de estar entre o não mais e o ainda não? Ou o não mais continua, [...] ou então este não mais já é realmente não mais e então se iniciou o ainda não. Que ainda não é este? *Que novo tempo é este?* Que características dar a isto? *Como pensarmos este novo tempo?* (STEIN, 1991, p. 25, *italico nosso*).

Nas subseções anteriores, de forma muito concisa discorreu-se, em linhas gerais, sobre a globalização e suas interferências na circulação do conhecimento produzido por instituições de educação superior, de igual modo se descreveu a constituição histórica da editoração universitária no Brasil e, com ênfase na Editora UFLA, contudo, não se delimitou as especificidades do campo editorial, uma vez que se observa a existência de editoras comerciais cujo escopo circunscreve-se ao mercado de venda de livros (independentemente do formato), há, ao mesmo tempo, àquelas cujo advento está ao abrigo do crescimento e desenvolvimento das universidades, o que nos permite inferir que se diferem tanto no fito quanto nos valores que as envolvem.

Ora, se de fato as editoras universitárias não atendem, exclusivamente, à finalidade mercadológica, qual seria então sua missão? Haveria, então, outra condição (lugar e status) para a editoração universitária na qual inexistia uma sujeição comercial, já que ela não se caracteriza como tal? Ou quem sabe, a negação do viés mercadológico seria tão somente outro espectro de imposição, na qual a razão de ser das editoras universitárias estivesse subserviente ao academicismo inóxico, e, por vezes, infrutífero?

Ainda nessa sequência de reflexões sobre qual seria a incumbência da editoração universitária, o que se observa, via de regra, são as produções específicas (em seus múltiplos



formatos), quase sempre restritas à pequena comunidade científica (normalmente) sem o compromisso em apresentar conteúdos e saberes que sobrepujam a tal universo, tampouco despertem o interesse para além do público rarefeito, limitando-se apenas ao escoamento da produção literária e científica, que na ausência desse espaço, provavelmente continuariam a “criar teias de aranha” nas prateleiras das bibliotecas universitárias, a despeito da oferta do acesso eletrônico ter modificado – de algum modo – esse quadro.

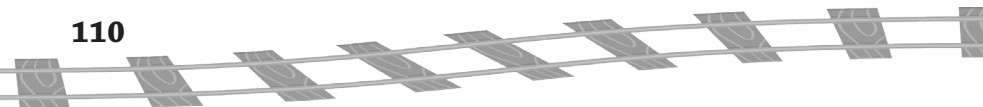
Nessa sequência de reflexão sobre o status da editoração universitária, interpela-se: não estando ela circunscrita ao mercado, tampouco sob os presunçosos preceitos das produções científicas, qual seria, então, sua razão de ser e como tal processo sucede na Editora UFLA?

Para responder a essa indagação, parece-nos oportuno recuperar o conteúdo da citação contida na epígrafe de abertura desta seção, na qual Stein (1991, p. 25) sinaliza para condição de haver um “vazio” entre o “ainda não e o não mais”. Em outras palavras o autor supracitado aventa para a possibilidade de um espaço de transição, entre aquilo que já não mais se é, ao mesmo tempo em que sinaliza para condição de um devir.

Malgrado o que esteja na ordem das formulações teóricas do autor citado tenha relação com a filosofia existencialista colocada à “prova” na contemporaneidade, pensamos ser possível aduzir a alegoria para se elucubrar a condição da editoração universitária, conjecturando-se a respeito de outro lugar, ou quem sabe, esse não lugar, por assim dizer, visto que ela nem estaria sob as restritas imposições de mercado, da mesma maneira em que a veiculação científica não se reduziria a um seletor público universitário, cujos diálogos não ultrapassem os “muros e grades” dessa instituição.

Esse parece ser inclusive, o entendimento de ex-diretores e do atual diretor da editora UFLA, haja vista o que eles nos dizem:

A editora da UFLA, uma marca institucional, também precisa se adaptar e crescer com a instituição que vem





crescendo, não apenas nas ciências agrárias, mas em outras ciências também. A UFLA tem um marketing muito forte e a editora pode contribuir com isso, publicando o que está sendo produzindo aqui, internacionalizando essa marca (MACHADO, 2018, p. 4).

(...) virou um mercado [refere-se ao mercado editorial de revistas científicas], mas penso que a editora da UFLA não deve entrar nesse viés, eu jamais deixaria entrar em um viés dessa natureza se eu tivesse algum tipo de poder, porque nós achamos que a universidade tem que ser pública e gratuita para todos os usuários, independente se aquilo vai valer créditos no *currículo lattes* ou não. Esse é um assunto bastante polêmico (OLIVEIRA, 2018, p. 7).

A editora universitária é para propagar conhecimento, ela não visa o lucro, ela não visa rios de dinheiro, ela precisa ser abrangente cientificamente, não ter preconceito de gênero, classe, religião, ser um local de exposição de conhecimento, exposição de ideias, exposição de pensamentos críticos (CARNEIRO, 2018, p. 15).

Para pensarmos em uma espécie de “terceira via”, que evite análises binárias, no sentido de dialogar com os excertos, recorrer-nos-emos à ideia de **entre-lugar** apresentada por Guimarães Rosa (1998) em uma de suas “estórias” catedrais: “A terceira margem do rio”. Nesse conto, belo e profundo do ponto de vista literário, o autor reflete sobre a existência de um caráter transcendente, ao supor uma margem alternativa que extrapole as polarizações, os maniqueísmos e as simplificações caricatas.

Guimarães Rosa convida o leitor a pensar sobre uma trama protagonizada por um homem cumpridor e ordeiro, pai de poucas palavras, temperamento discreto, econômico em expressar afeto na vida familiar. A subversão de seu mundo previsível se dá de forma inesperada. De repente, “aquilo que não havia” acontece: o pai se decide a permanecer o restante de seus dias “naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais” (GUIMARÃES ROSA, 1988, p. 33).



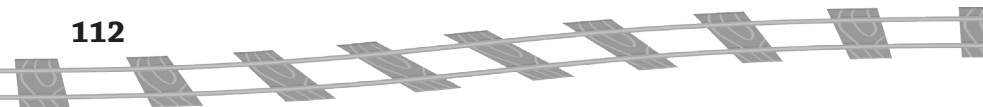
O personagem escolhe a canoa como única companhia, nas constantes idas e vindas, “rio abaixo, rio a fora, rio adentro” (GUIMARÃES ROSA, 1998, p. 37). Tão insólita decisão deixa a todos estarecidos. Por muito tempo se pensou que o velho havia enlouquecido. Quem sabe, talvez, fosse uma doença incurável que o movera a peregrinar indefinidamente pelas águas. Não! O motivo de sua decisão, envolto em mistério, parecia mesmo indevassável.

O fato é que o homem nunca mais desceu de sua pequena embarcação, a despeito da tentativa dos filhos em demovê-lo do que consideravam uma estultice sem tamanho. Sua escolha pela solidão permaneceu ininteligível, insolúvel e deu muito que pensar aos familiares. Teria o pai escolhido à peregrinação como uma espécie de destino místico? Que tipo de atração haveria na travessia de um rio? Por que aquele eterno movimento de ir e vir na instabilidade das águas exercia tão grande sedução sobre um pai de família exemplar, de vida ordinária? Como era possível o baluarte da solidez e da concretude familiar ser superado pelo desejo de isolamento e contemplação?

Haveria, portanto, um entre-lugar para além das margens conhecidas? As respostas não são fáceis, óbvias e tampouco definitivas, afinal a realidade, nas palavras do próprio Guimarães Rosa, é uma “coisa movente, impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica” (BALBUENA, 1994, p. 52).

Decerto a trama descrita exhibe algo importante ao propor o **entre-lugar**, uma premissa aplicável ao campo da editoração universitária, em especial no que diz respeito à Editora UFLA, visto que ela não seria nem exclusivamente comercial, tampouco estritamente científica e ausente de projetos comunitários (local e regional), da mesma maneira que não deixaria de possuir um aproveitamento comercial em seus projetos editoriais.

Entretanto, antes de ponderarmos a existência de outra via, desse entre-lugar por assim dizer, torna-se imperativo conhecer melhor as duas polarizações que marcam o campo da





editoração universitária, para em seguida, sinalizarmos o que seria uma prerrogativa auspiciosa para essa atividade no interior da universidade pública, a fim de que se possa romper com os reducionismos maniqueístas.

Segundo Gianotti (2006, p. 8) as editoras de universidades da Europa e dos EUA, tal como Cambridge University Press, a mais antiga editora do mundo, esmeram-se por publicações de excelência, logo acabam sendo rentáveis, entretanto no Brasil, “a maioria das editoras universitárias não é sequer autossustentável; simplesmente edita livros à custa daqueles que mantêm a universidade”. Acrescenta ainda

[...] o discurso que vigora sobre a função da editora universitária é que a ela compete publicar as obras acadêmicas pelas quais editoras ditas com “fins lucrativos” não se interessam em editar (porque com sua publicação teriam prejuízo). Esse argumento [...] serve para acobertar necessidades que são mais individuais do que acadêmicas ou sociais e [...] para abarrotar os depósitos dessas editoras, com livros destinados a poucos [pois] a publicação de um livro só terá cabimento se ele mostrar potencial para motivar à leitura um conjunto significativo de leitores num prazo médio (GIANOTTI, 2006, p. 8).

Note que o autor aludido apresenta indagações relativas ao sentido dado às publicações veiculadas nas editoras universitárias, que muitas vezes retratam interesses acadêmicos individuais, distanciando-se de projetos de interesses comunitários, por tratar-se de planos circunscritos em seu raio de alcance e de diálogo, não engendrando, por sua vez, despertamento ao leitor e consequentemente não viabilizam o alargamento das margens formativas. Ao que parece seria um investimento público, para um (restrito) aproveitamento privado. Complementa ainda o referido autor:

(...) a maior parte do acervo de edições universitárias brasileiras é composto, hoje, basicamente por coletâneas de artigos de vários autores, relatórios de pesquisa, dissertações e teses transformadas em livros (GIANOTTI, 2006, p. 8).



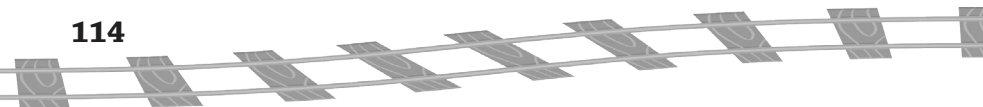
Uma questão ocorre ante ao exposto: por que um país, com as dificuldades que apresenta o Brasil, no âmbito da Educação escolar, deveria dispensar recursos para produção e veiculação de publicações dessa natureza? Num cenário em que há problemas historicamente situados na esfera da alfabetização e letramento, por quais razões investir em projetos editoriais nos quais o fito sequer se incline para questões de ordem coletivas e comunitárias?

Conquanto concordemos que a natureza do livro “científico, técnico e profissional” – conforme a nomenclatura utilizada pelo documento Diagnóstico do setor editorial brasileiro (NAVES; OLIVEIRA, 2000) – tenha sua relevância, isso, no entanto, não significa “dizer, que uma pesquisa científica qualificada é [necessariamente] uma obra editorial” (GIANOTTI, 2006, p. 8).

Nesse sentido então, a editoração sob tal finalidade não seria comercial, ou sequer estaria em condições de fortalecer a instituição universitária. Em outras palavras, ela não se caracterizaria na qualidade de comercial, assim como não ocuparia também, o lugar de ser uma referência a mais – uma espécie de esteio agregador de planos formativos.

Por outro lado, pode-se transpor a discussão para a outra vertente, cuja posição – diametralmente oposta – concebe a editoração enquanto um projeto comercial, configurando-se como empresa (privada) autônoma, no interior de uma instituição pública. Sob a égide da necessidade do escoamento da produtividade científica, a editoração universitária seria um mercado alvissareiro, já que os professores e os programas de pós-graduação da própria instituição são pressionados a publicar, tendo em vista a emulação imposta pelos rankings, currículos e sob a necessidade de manutenção ou melhora da avaliação frente aos órgãos reguladores da produção científica no Brasil.

Diante desse cenário – por vezes, inumano e num contexto contraproducente no tocante a qualidade – a via comercial para aceção da editoração universitária tornou-se alvissareira, já





que ela aperfeiçoaria tempo e recursos, sem, no entanto, maiores preocupações com o investimento público. A esse respeito adverte Chaui (2003, p. 10), que a avaliação da produção acadêmica por intermédio da quantidade de publicações está diretamente ligada à “conservação do emprego, a ascensão na carreira e a obtenção de financiamento de pesquisas”, mesmo que essa expresse “pouca qualidade e pouca [ou nenhuma] inovação”. Em última análise, mesmo que signifique dinheiro público investido em encalhes literário, atendendo estritamente aos interesses pessoais e em alguns casos a serviço da autopromoção acadêmica. A esse respeito adverte Gianotti (2006, p. 9),

[...] não se visitam os estoques das editoras universitárias brasileiras sem experimentar um calafrio: lá se pode deparar com um sem-número de títulos pluriautorais ou originados de pesquisas, dissertações ou teses; são carradas de livros que não encontram leitores, pilhas e mais pilhas de papel impresso.

Sua missão, ao que parece, nem seria, portanto, a de natureza academicista, circunscrevendo sua vocação assaz em escoar produções “científica, técnica e profissional”, sob a égide da produtividade, que sequer é fecunda no interior da própria instituição, quanto mais no plano de se colocar a serviço de outras aspirações formativas, por outro lado, também não se alinharia às aspirações comerciais, cuja finalidade se reduz à lógica de mercado.

Repare, não estamos negando a importância de produções “científica, técnica e profissional”, mesmo que não suscitem o interesse do grande público, dado a densidade e a natureza do conteúdo propagado, do mesmo modo não desconsideramos a viabilidade comercial que potencializa as editoras universitárias, seja no plano da autossustentabilidade financeira, ou na esfera de empreender projetos editoriais pertinentes às peculiaridades culturais/sociais, com as quais lida a instituição e a comunidade – a título de ilustração, usemos esta obra, cujo teor versa por uma particularidade institucional.



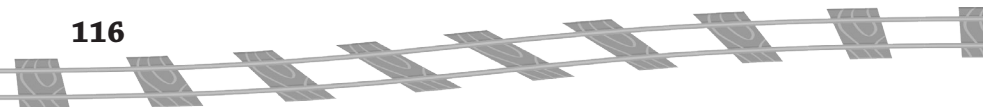
Nesse sentido, parece-nos que um caminho auspicioso para se pensar as atividades e finalidades na editoração universitária seria observá-la no **entre-lugar**, isto é, na qualidade do **ainda não**, com isso deixaria de ser guiada pelos pressupostos da volatilidade do mercado livreiro, da mesma maneira que sob a perspectiva do não mais, poder-se-ia combater o academicismo inócuo e contraproducente. Por efeito ampliaria o raio de intervenção das atividades editoriais universitárias, seja na esfera dos projetos de preservação da cultura local, até a internacionalização da comunicação científica, assumindo, por sua vez, seu chamado vocacional⁷⁷ para o tempo-espaço em que “habita”.

Essa acepção encontra-se alinhada ao que explana Marques Neto (2000, p. 171), ao advertir que

[...] não é ocioso lembrar que a editora universitária, principalmente aquela ligada a universidades públicas e comunitárias, não tem fins exclusivamente comerciais. Esta condição permite a ela traçar inúmeros projetos de interesse científico ou cultural e, dependendo de seu projeto editorial e institucional, poderá ser desde uma editora que divulgará a produção científica internacional até aquela que preservará a cultura e a produção acadêmica de uma micro região. A multiplicidade de projetos editoriais da academia, aliada à preocupação social que é inerente à atividade universitária, possibilita editoras fortes e peculiares em suas distintas missões.

Em última análise, a condição de se manter no entre-lugar confere a editoração universitária uma abertura pujante para “contribuir com os rumos culturais e a difusão do conhecimento científico em nosso país, criando diálogo com outros saberes”, evitando, com isso, a estrita dependência comercial, ao passo que

⁷⁷Por vocação, entende-se que seria a confluência entre a profunda satisfação pessoal, isto é, o bem-estar e o desempenho potencial das pessoas que dão “vida” à instituição, imbricado com o encontro das necessidades acadêmicas, científicas e formativas pelas quais a editoração universitária pudesse servir a instituição e a comunidade na qual se insere.





sua expansão didático/formativa não seja “entregue a empresas multinacionais, cujo único objetivo é o lucro”. Nesse sentido a universidade pública – e gratuita – não pode se eximir da responsabilidade de “interferir positivamente”, junto às “editoras sérias e compromissadas do país, para a manutenção do saber e da cultura brasileira que, no caso, é a preservação da própria identidade do país como nação” (MARQUES NETO, 2000, p. 172).

A seguir, têm-se as considerações finais, momento em que se pretende “costurar” as ponderações desenvolvidas nas seções anteriores.

3.5 A guisa da (in)conclusão

Há tanto o que se refletir e debater sobre o campo da editoração universitária, que chegamos à última seção deste capítulo, suspeitando não ter abordado os elementos nucleares que envolvem a atividade editorial, sob o escrutínio das instituições de ensino superior pública. Contudo, sabemos que a boa escrita, via de regra, requer um delineamento⁷⁸ de objetivo.

Nesse sentido temos consciência que ao elegermos discorrer sobre alguns aspectos que compreendem a prática da editoração, não conseguimos abordar outros, não porque apresentem menor importância, ou afetem menos à atividade, trata-se apenas de um recorte, já que o enredamento que compreende a prática é amplo e complexo.

Feito então essa importante consideração inicial, doravante, retomaremos algumas passagens que tangenciaram este capítulo, a fim de que, ao retomá-los, nos aproximemos de um fechamento, muito

⁷⁸Em virtude dos limites pensados ao texto, não foi possível abordar questões como: escopo editorial; direitos autorais; o papel das fundações na relação com as editoras; a constituição dos conselhos; a supostas tradições científicas que depreciam algumas ciências em detrimento de outras; os regimentos e engessamentos financeiros; as ingerências político-partidárias que sobrevivem – sorrateiramente – sobre o trabalho editorial, dentre outros aspectos que comprometem o campo editorial no interior das IES públicas.



embora inacabado, como já assumimos, contudo na perspectiva de que forneça uma “espécie de costura” às reflexões aqui arrazoadas.

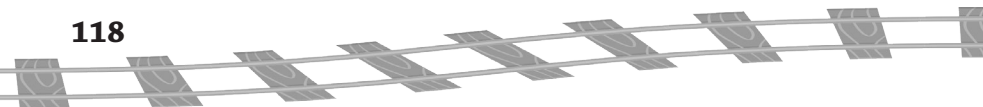
Assim, ao discutirmos os efeitos da globalização no *modus operandi* da organização sociocultural o fizemos conscientes de que tal processo afetou abruptamente a forma de se relacionar com a tecnologia da informação e o conhecimento, por efeito, a produção livreira e o campo editorial, ao ponto de se questionar a continuidade da existência dos livros (jornais e outros impressos) em suporte de papel, tendo em vista a “terceira revolução” aludida na primeira seção do ensaio. A esse respeito Roger Chartier em discurso no Congresso da União Internacional de Editores (2000, p. 47-48), esclareceu:

[...] o mais provável para as décadas futuras é a coexistência, não necessariamente pacífica, das duas formas do livro e dos três modos de gravação e comunicação de textos: o manuscrito, a publicação impressa, a textualidade eletrônica. Esta hipótese sem dúvida mais razoável que os lamentos sobre a irremediável perda da cultura escrita ou os entusiasmos desmedidos que anunciam a entrada imediata da nova era de comunicação.

Seria um tanto quanto estranho arrazoar a respeito da editoração universitária, sem, contudo, compreender esta “nova” e inexorável marcha que imprimiu a globalização para fronteiras – ou ausência delas – notadamente no que se refere à produção (e difusão) do conhecimento, até em relação às próprias universidades.

Do mesmo modo se tornaria adventício discorrer sobre a temática da editoração universitária, desconsiderando seu percurso diacrônico, em que pese nossa abordagem ocorrer de maneira *en passant*, ou tímida, por assim dizer.

Apesar disso, houve a preocupação em situar historicamente o fenômeno e sua constituição, o que, em nosso entendimento, poderá subsidiar e lançar luz sobre os projetos didático-formativos para editoras universitárias. Vale retomar neste momento, trazer à tona o conceito de formação postulado por Chauí (2003 p. 12):





(...) como a própria palavra indica, uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte.

Empós o exercício diacrônico, evocando a dimensão formativa, procurou-se contestar o status da atividade editorial, propondo a superação do entendimento maniqueísta, no qual o conteúdo nem negaria a dimensão comercial, assim como não desconsideraria as idiossincrasias de determinadas produções acadêmicas, cuja natureza encontra voz tão somente na editoração universitária.

Propôs-se então, outra perspectiva para o campo da editoração universitária, o *não mais mercantilista*, do mesmo modo que, *o ainda não academicista*. Haveria, portanto, nessa direção, um entre-lugar para os projetos didático-formativos, nos quais a editoração universitária deveria se ocupar, por efeito nutrir.

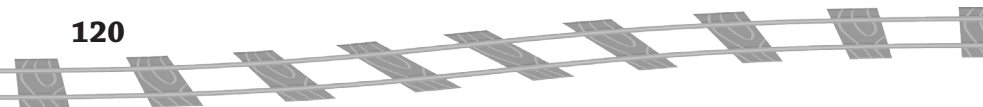
No interior dessa interpretação, pensamos ser possível encontrar a plenitude (vocacional) da editoração universitária, a qual figure enquanto ponto de intersecção, entre a confluência das muitas demandas científicas – nas diferentes áreas do conhecimento – e as preocupações socioculturais. Na direção de formular projetos didático-formativos para comunidade e cultura regional, com expansão para o diálogo nacional e internacional. No mesmo passo promova a formação de novos leitores, autores e quem sabe editores em potencial, seja para suprir as demandas internas, ou para subsidiar projetos com essa aspiração.

Ao assumir o entre-lugar (intersecção), outras tantas possibilidades de cooperações institucionais e comerciais eclodirão, até mesmo no território da Educação escolar, favorecendo a formação de “novos e potenciais” escritores e cientistas. Nessa ótica, a missão da editoração universitária não impactaria apenas o campo científico, mas assaz na constituição de uma cultura científica eficiente e eficaz.



Quem sabe ao abrigo desse entendimento, seja possível se desvencilhar das armadilhas maniqueístas, que, geralmente, limitam as ações e projetos das editoras universitárias. Ao passo que, ao demovê-la dessa condição (depauperada), se possa encontrar a inteireza de sua missão, cujos efeitos levem a outras margens formativas.

Aproximando-nos da conclusão desta “viagem histórica”, para qual o leitor fora convidado a adentrar à “locomotiva literária”, sinalizamos que o passeio aproxima-se do fim, e, portanto, a título de consolidação das experiências vividas, retrataremos algumas “paisagens preciosas” as quais o decurso (histórico) permitiu-nos recuperar, por efeito conhecer. Para tanto, será preciso que se avance até a última estação, como se verá de agora em diante.



4 MARCAS E IMPRESSÕES DOS MOMENTOS HISTÓRICOS OBSERVADOS





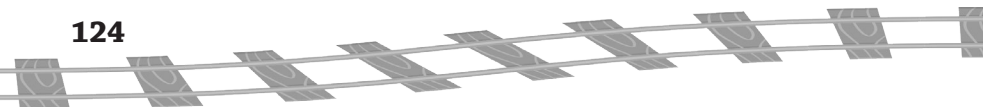
Como dizia o outro, a ciência avança que é uma barbaridade, mas eu, a esta ciência não a quero. Habituei-me a ser o que a memória fez de mim e não estou de todo descontente com o resultado, ainda que os meus atos nem sempre tenham sido os mais merecedores. Sou um bicho da terra como qualquer ser humano, com qualidades e defeitos, com erros e acertos, deixem-me ficar assim. Com a minha memória, essa que eu sou. Não quero esquecer nada (SARAMAGO, 2010, p. 61).

(...) tal como agricultor depois de contemplar a seara foi ao pomar ver se estão madurando os frutos (SARAMAGO, 1997, p. 275).

No início da seção de abertura, fez-se referência ao “tom” celebrativo que compreendeu a consecução desta obra, haja vista que a Editora UFLA, ao menos no que concerne à estrutura atual, completara dois decênios de atividades. Trata-se de um marco referencial que decerto precisa ser aludido em razão de sua relevância e contribuições para vivacidade da instituição a qual se vincula.

No entanto, a realização desta obra sobrepuja a ideia da celebração – verdade seja dita, apenas isso já justificaria sua escrita – ela vai além, acreditamos se tratar de um compromisso ético e político (no sentido *lato sensu* do termo), visto que se configura na qualidade de uma literatura científica, na qual o conteúdo retrata uma investigação (com certo grau de ineditismo) sobre os “porões – raramente visitados, diga-se de passagem – da história institucional” e das reminiscências de alguns de seus principais personagens, conferindo aos leitores uma visão panorâmica a respeito da organização de um campo científico no interior de uma instituição centenária como a UFLA, cuja trajetória constitutiva fora tecida no interior das Ciências Agrárias, da qual, vale expor, somos estrangeiros na esfera epistemológica, o que tornou o desafio mais laborioso, todavia, não menos “saboroso”.

Conscientes da condição de “peregrinos” (epistemológico) em relação ao campo científico das Ciências Agrárias, pelo qual a instituição se organizou, tornou-se imprescindível estabelecer um





projeto História Oral, dado que ele ensinaria caminhos para que pudéssemos perscrutar a trama histórica, por efeito, mapear outras possíveis fontes para investigar a dinâmica desse campo científico. Já próximos do fechamento da obra, ou melhor, do encerramento da “viagem histórica”, a bordo da “locomotiva literária”, conclui-se ter sido assertiva essa primeira decisão metodológica.

Igualmente o propósito de examinar os livros de atas da instituição em seus diferentes momentos, visto que conferiu condições analíticas para se estabelecer correlações e ilações, cujo leitor pode conhecer ao longo da obra. Tratou-se de um caminho heurístico pelo qual se colocou em perspectiva a memória, a mesma que se deseja ser e repousar, independente de erros e acertos, de acordo com o teor da epígrafe que escolhemos para o fechamento da obra (SARAMAGO, 2010).

Nesse caso fomos atrás daquilo que estava “maduro” – tal como acena a segunda epígrafe da qual nos valem – do ponto de vista da produção do conhecimento científico, sempre se reportando às memórias, que apesar de individuais, ancoram-se nos “quadros” sociais. Chamamos atenção para isso, justamente porque, ao final desta obra temos a noção exata do quão ela (lê-se a memória) foi importante para que do presente, pudéssemos cotejar essa trajetória da ciência enquanto empreendimento em uma instituição educacional superior. Como seria não entender a ciência enquanto vocação em uma instituição que “respira” ciência?

A resposta exata a essa questão não possuímos. Entretanto, o decurso histórico aqui retratado nos autoriza a exprimir uma resposta antônima, dado que procuramos elucidar a propensão científica da Escola de Agricultura de Lavras, fundada em 1906, passando pela Escola Superior de Agricultura de Lavras quando, de fato essa vocação se institucionalizou em um campo científico em ascensão, caso das Ciências Agrárias, chegando até o tempo presente, momento de constituição e consolidação da Editora UFLA, cuja prática editorial revela um *modus operandi* singular na condução

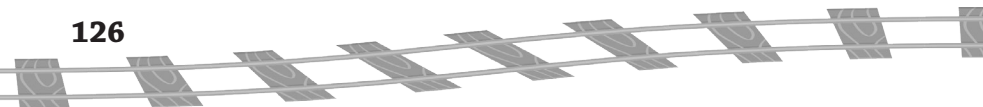


editorial, sob gestão de uma universidade pública federal, ao que tudo indica o itinerário histórico rememorado, evoca e confirma certa inclinação vocacional.

Pois bem, posto isso então, gostaríamos de retomar para o momento, as três estações cuja “locomotiva literária” percorreria, tendo em vista a longa incursão histórica pela qual transitou, já que foram muitos os fenômenos observados, passando pelas publicações impressas, posteriormente conhecendo personagens, situando referências históricas documentais, o que levou-nos a desestabilizar algumas representações (tradições) históricas, permitindo-nos mapear um campo científico que até os dias de hoje se encontra em construção e assim ele permanecerá, pois essa é a natureza do conhecimento científico, sempre se reinventado.

Sendo assim, na “primeira estação” versou-se por analisar os primórdios institucionais, observando os primeiros passos da produção de impressos, entre eles científicos, mas não só, elucidando que a instituição seguia os passos daquilo que ocorria na própria cidade de Lavras/MG, no final do século XIX, início do século XX, uma cidade que misturava compassadamente progresso e atraso, articulando os campos educacionais, religiosos e políticos na produção dos impressos com suas diferentes proveniências. Tratava-se, nesse caso, de um jogo (na acepção mais restrita do termo) que deveria ser jogado.

Enquanto que a segunda parada (estação, por assim dizer), a propósito, o momento de maior “tensão” para elaboração da obra, visto que exigiu-nos demasiada experiência científica para condução dos procedimentos da pesquisa histórica, não em razão da escrita da história propriamente, mas sim, na procura por vestígios (fontes) historiográficos, devido à constatação do eivado empenho institucional com a preservação da memória, apesar de enaltecer-la frequentemente em sua tradição discursiva, o que configura uma contradição (estranho, não?). No interior dessa segunda estação, a “locomotiva literária” percorreu e retratou os anos de consolidação da





ESAL em um campo científico, revelando as articulações necessárias para que tal processo pudesse ocorrer. Tanto a revista científica “Agros”, quanto criação de dois cursos de pós-graduação foram os fatores que impulsionaram, através da construção de uma relação entre circulação e produção do conhecimento científico, conjuntura que insere a ESAL no circuito científico das Ciências Agrárias. Mérito dos visionários que souberam de modo habilidoso, “arar”, semear e frutificar o solo fecundo do conhecimento, metaforizando o contexto científico em questão.

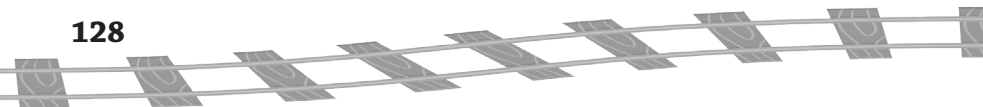
Por fim, na última parada da “locomotiva literária”, na mais ousada delas, diga-se de passagem, afinal, na condição de estrangeiros (epistêmicos que somos), demovemo-nos dessa condição, para arriscarmo-nos a ocupar o lugar dos proponentes, isto é, aqueles que ousam apontar direções alvissareiras – sob uma postura responsável e comprometida com os desafios de seu tempo histórico – a fim de lançar rebento ao modo de circulação do conhecimento científico produzido na instituição, no interior de um órgão muito valioso de uma instituição de ensino superior, a saber, uma Editora, no contexto observado a da UFLA.

Nessa esteira, conforme o critério de uma reflexão de ordem filosófica preconizou-se quando à necessidade do alargamento do escopo e do cabedal de possibilidades de intervenção de uma editora universitária, no que se refere à produção e circulação do conhecimento científico, para além dos muros da instituição e na direção da preservação do patrimônio cultural de uma nação tão miscigenada quanto a nossa.

Enfim, de nossa parte, há clareza de termos feito aquilo que estava ao nosso alcance. Decerto lacunas existem no processo, contudo se trata de algo endêmico ao conhecimento que se pretende cientificar. Esperamos – e desejamos assaz – que leitor possa ter apreciado e se apropriado de cada um dos saberes cujo decurso histórico preconizou. Da mesma maneira que o fizemos quando nos laçamos no empreendimento deste livro, que ora finalizamos.



Neste ponto em que a “locomotiva literária” já está próxima de estacionar, será preciso que arrisquemos visitar, outras estações que se dediquem a explorar a dinâmica relação entre essa instituição educacional centenária (lê-se a UFLA) e a Ciência. No entanto, isso será assunto para outra “viagem histórica”, afinal um livro é uma ponta de fio, que diz: “aqui parei; toma a ponta e continua, leitor [...]” (LOBATO, 1932, p. 37).



REFERÊNCIAS





A ESPADA. Lavras, maio 1896.

A IMPRENSA. **Folha de Lavras**. Lavras, 27 de mar. 1898.

A VERDADE. **O Lavrense**, Lavras, 11 set. 1887.

ACEVES LOZANO, J. E. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 15-25.

ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBERTI, V. **Manual da história oral**. São Paulo: Editora FGV, 2004. 234 p.

ANDRADE, F. M. (o pai da imprensa em Lavras). **Acrópole**, Lavras, p. 2, 14 fev. 1987.

ANDRADE, J. G. [Entrevista cedida a] Bruno Adriano Rodrigues da Silva e Kleber Tuxen Carneiro. Lavras, 30 out. 2018.

ARCE, A. A tríade naturalizante na concepção educacional de Pestalozzi e Froebel: homem, Deus e natureza. **História da Educação**, Pelotas, v. 12, p. 87- 104, set. 2002.

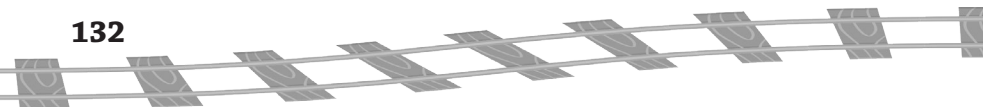
ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

BALBUENA, M. **Poe e rosa à luz da cabala**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

BARROS, J. A. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BLOCH, M. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.





BODGAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. Tradução Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 122- 155.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 7. ed. Tradução Mariza Correa. Campinas: Papirus, 2005.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 29.741 de 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 70.553, de 17 de maio de 1972**. Define áreas de competência no Setor de Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70553-17-maio-1972-418980-norma-pe.html>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. **Lei no 1.310, de 15 de janeiro de 1951**. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1310.htm>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.307, de 23 de dezembro de 1963**. Federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e dá outras providências. Brasília, 1963.



BRASIL. Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BUFREM, L. S. **Editoras Universitárias no Brasil**: uma crítica para reformulação da prática. 1990. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BUFREM, L. S. **Editoras universitárias no Brasil**: uma crítica para a reformulação da prática. São Paulo: Edusp, 2001.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1928-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARNEIRO, K. T. **Por uma memória do jogo**: a presença do jogo na infância das décadas de 20 e 30. Curitiba: Appris, 2017.

CARNEIRO, K. T. **Por uma memória do jogo**: a presença do jogo na infância das décadas de 20 e 30. 2015. 273 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

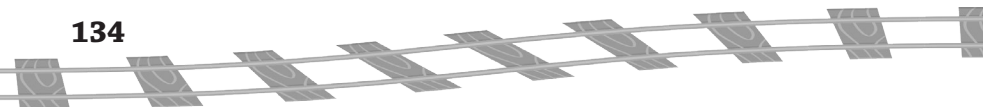
CARNEIRO, M. A. C. [Entrevista cedida a] Bruno Adriano Rodrigues da Silva e Kleber Tuxen Carneiro. Lavras, 13 nov. 2018.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CHARTIER, R. A aventura do livro: do leitor ao navegador. In: CONFERÊNCIA NO 26º CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE EDITORES, 26., Buenos Aires, 2000. **Anais** [...]. Buenos Aires, 2000. p. 47-48.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003.





CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CIDADÃO Boilesen. Direção de Chaim Litewski. Rio de Janeiro: Imovision, 2009. (Filme de longa metragem).

CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE EDITORES, 26., 2000, Buenos Aires. [**Anais...**]. Buenos Aires, 2000. p. 47-48.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DA COSTA, F. M. D. **Produção do livro universitário**: cultura de elite ou indústria cultural? 1992. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. 2nd. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000.

DOLHNIKOFF, M. Império e governo representativo: uma releitura. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23, jan./abr. 2008.

DUAS palavras. **O Estudante**, Lavras, p. 1, 21 abr. 1919.

EMPRESTIMO MUNICIPAL. **Folha de Lavras**, Lavras, 8 out. 1899.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS. **Pessoal docente e de pesquisa da ESAL**. Lavras: ESAL, 1975. *mimeo*.

EXPEDIENTE. **Folha de Lavras**, Lavras, p. 1, 17 abr. 1898.

FRONTON Lavrense. **Folha de Lavras**, Lavras, 13 ago. 1899.

FERREIRA, J. A. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992. v. 1.

FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fio cruz, 2000.



FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 389-394, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/20.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

FRIGOTTO, G. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FAVERO, O.; SEMERARO, G. (org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 53-67.

GIANOTTI, C. A. O costume brasileiro de produzir livros para ninguém ler. **Verbo: Revista Brasileira do Livro Universitário**, São Paulo, n. 0, p. 8-9, mar. 2006.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morforlogia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUARINELLO, N. L. Breve arqueologia da história oral. **História Oral**, São Paulo, v. 1, p. 61-65, 1998.

GUEDES, M. C.; PEREIRA, M. E. M. Editoras Universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanania cultural? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2000.

GUIMARÃES ROSA, J. A terceira margem do rio. In: ROSA, J. G. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

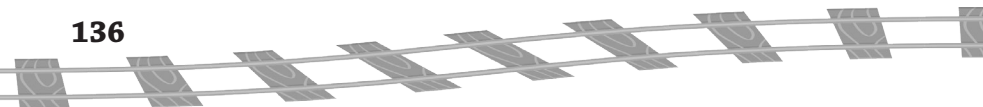
INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS - IICA. **Modernização da Agricultura e cooperação internacional: 25 Anos do IICA no Brasil**. Brasília: US Gráfica Editora Ltda, 1990.

IMPrensa Gammon. **Acrópole**, Lavras, p. 3-6, 14 fev. 1987.

INSTITUTO EVANGÉLICO. **Cidade de Lavras**, Lavras, 1 dez. 1895.

INSTITUTO EVANGÉLICO. **O Caracter**, Lavras, 18 fev. 1894.

INSTITUTO EVANGÉLICO. **Prospecto**, Lavras, 1909.





INSTITUTO EVANGÉLICO. **Prospecto**, Lavras, 1924.

INSTITUTO EVANGÉLICO. **Prospecto**, Lavras, 1929.

INSTITUTO GAMMON. **O Instituto Gammon**: no passado e no presente “Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano”. Lavras: Imprensa Gammon, 1950.

INSTRUÇÃO publica. **Folha de Lavras**, Lavras, 8 set. 1899.

INTENSIFICAÇÃO agrícola. **O Estudante**, Lavras, 21 abr. 1919.

JAPIASSU, H. **Introdução às ciências humanas**: análise de epistemologia histórica. São Paulo: Letras & Letras, 1994.

LE COMTE, M.; MILLROY, W.; PREISSLE, J. (Ed.). **The handbook of qualitative research in education**. San Diego: Academic, 1992.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, J. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 318p.

LIESEN, M. O Mediun silenciado: re-flexões teórico-comunicacionais sobre uma teoria dos media em Walter Benjamin. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 243-257, jul./dez. 2014.

LIVRO DE ATAS. **Conselho Departamental**: 1969-1975. Lavras: ESAL, 1975.

LIVRO DE ATAS. **Conselho Editorial**: 1971-1973. Lavras: ESAL, 1973.

LOBATO, M. **America**, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1932.

MACHADO, J. C. [Entrevista cedida a] Bruno Adriano Rodrigues da Silva e Kleber Tuxen Carneiro. Lavras, 30 out. 2018.

MARQUES NETO, J. C. A editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores. **Interface**, Botucatu, v. 4, n. 7, p. 167-172, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-3283200000020002>>5. Acesso em: 23 dez. 2019.



MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de império. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MATURANA, H.; VARELA, R. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001. 283p.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIRA, J. N. G. Missão protestante e educação em Minas Gerais: embates simbólicos para a criação e consolidação do Instituto Evangélico de Lavras (1893-1936). **Cadernos de História da Educação**, Local, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013.

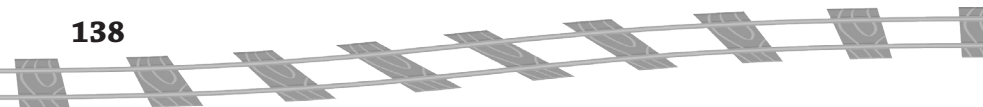
MONTENEGRO, R. D. História da ciência e tecnologia no Brasil: o papel desempenhado por Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

MOREIRA, E. O. “Essencialmente agrícola”? **Progresso, modernização e propaganda agrícola nas entrelinhas da revista O Agricultor (1922-1943)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

O AGRICULTOR. Lavras: Pap. e Typ. Menicucci, 1922.

OLIVEIRA, L. E. M. [23 de outubro de 2018]. Lavras, MG. Entrevista cedida a Bruno Adriano Rodrigues da Silva e Kleber Tuxen Carneiro.

OLIVER, G. S.; FIGUERÔA, S. F. M. Características da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 104-115, jul./dez. 2006.





PEREIRA, J. C. **O Moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa e a educação secundária do Instituto Presbiteriano Gammon (1892-1942)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade do Estado de São Paulo, Araraquara, 2014.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

RIBEIRO, B. **Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RODRIGUES, A. **A Escola Superior de Agricultura de Lavras/ ESAL e a Universidade Federal de Lavras/ UFLA: a trajetória de uma transformação**. 2013. 201p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ROSSI, M. P. S. **Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano: a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras – UFLA (Lavras, 1892-1938)**. 2010. 286 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

ROTULOS. **Folha de Lavras**, Lavras, p. 4, 21 abr. 1898.

SANTOS, E. R. **O Jornal Imprensa Evangelica – diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892)**. São Paulo: Universidade presbiteriana Mackenzie, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SARAMAGO, J. **O caderno 2**. Lisboa: Fundação José Saramago, 2010.

SAVIANI, D. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de Historia da Educação**, Uberlândia, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2005.



SAVIANI, D. O Legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SILVA, B. A. R.; CARNEIRO, K. T. **Por entre histórias e memórias:** percursos e percalços do curso de Licenciatura em Educação Física da UFLA. Lavras: Editora UFLA, 2018.

SILVA, B. Uma cultura escolar de esporte no Instituto Evangélico, Lavras, Minas Gerais (1893-1919). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 17, n. 2, p. 56-82, abr./jun. 2017.

SILVESTRE, A. A. Os jornais evangélicos e a formação da mentalidade protestante no Brasil. **Reflexão**, Campinas, v. 41, n. 2, p. 165-178, jul./dez. 2016.

SOARES, A. R. [Entrevista cedida a] Bruno Adriano Rodrigues da Silva e Kleber Tuxen Carneiro. Lavras, 30 out. 2018.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, M. [Entrevista cedida a] Bruno Adriano Rodrigues da Silva e Kleber Tuxen Carneiro. Lavras, p. 3- 6, 23 out. 2018.

THEATRO e Anna. **Gazeta de Lavras**, Lavras, 25 mar. 1888.

THOMPSON, P. **A Voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

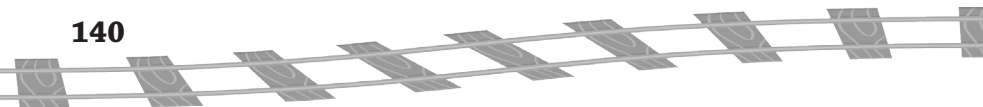
TOURADAS. **Folha de Lavras**, Lavras, 20 fev. 1898.

TYPOGRAFIA da cidade de Lavras. **Cidade de Lavras**, Lavras, 15 mar. 1896.

TYPOGRAFIA. **O Caracter**, Lavras, 25 fev. 1894.

UM BENEMERITO. **A Cidade**, Lavras, 8 jul. 1928.

VIDICH, A. J.; LYMAN, S. M. Qualitative methods: Their history in sociology and antropology. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 37-84.





WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito do capitalismo”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WEBER, M. **Fundamentos da sociologia**. São Paulo: Res, 1987.



Bruno Adriano Rodrigues da Silva

Licenciado em Educação Física; Mestre e Doutor em Educação, com Estágio de Pós-Doutoramento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) sob o escrutínio das políticas para Educação em tempo integral. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no Departamento de Fundamentos da Educação, assim como no Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma instituição.



Kleber Tüxen Carneiro

Graduado em Educação Física e Pedagogia, especialista em Pedagogia do Movimento, com Mestrado e Doutorado em Educação Escolar pela FCLAr-Unesp. No momento desenvolve estágio de Pós-Doutoramento em Educação junto a Faculdade de Educação da Unicamp. Atualmente é docente na Universidade Federal de Lavras (UFLA) no Departamento de Educação Física, assim como no Programa de Pós Graduação em Educação na mesma instituição.

Em meados de 2018 – antecedendo as abruptas modificações pelas quais o mundo globalizado atravessaria em 2020 – os autores desta obra foram reptados a “escavar”, ou melhor, perscrutar a tessitura histórica pela qual tem origem a Editora UFLA, sob a gestão da Universidade Federal de Lavras.

O intrigante desse empreendimento investigativo, conforme perceberá o leitor arguto, reside ao fato de que, ao examinar o tecido histórico da instituição não se encontrou apenas o nascedouro da Editora UFLA, mas os lastros da organização do campo científico da remota Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

Para retratar tal decurso, evocamos uma alegoria (pertinente ao contexto em questão), a saber, a “locomotiva literária”, pela qual os leitores são convidados a revisitar o passado. Abordo dela, far-se-ão uma incursão histórica percorrendo três momentos, alias “três estações”, por assim dizer.

A primeira delas remonta ao século XIX, quando a ferrovia tinha acabado de chegar até Lavras/MG, na realidade em Ribeirão Vermelho/MG. Do mesmo modo a imprensa escrita, ao que se tem notícia, também se desenvolveu naquele instante. As primeiras tipografias – ares de modernidade – e a chegada de alguns missionários presbiterianos cujas ações incluíram a fundação do Instituto Evangélico de Lavras. Com isso, as questões de ordem confessional passaram a estar em evidência, igualmente à agricultura. Por efeito, a produção de impressos se tornou uma prática (in)formativa à urbe, além disso, tratando de questões próprias ao contexto, com efeito, em estabelecer padrões racionais e metódicos para explicá-los, inclusive do ponto de vista da agricultura.

Já a segunda, ocupa-se da Ciência, a propósito, uma marca. Ah! A Ciência que sobrepujou a instituição dos presbiterianos, adentrando, por sua vez, a cidade de Lavras/MG. A escola se desenvolveu, tanto quanto a cidade. Um campo científico foi instaurado, ao ponto de novamente a circulação de impressos virem à tona. A ciência patenteando esse desenvolvimento. Por efeito disso, a pós-graduação chega a Escola Superior de Agricultura. E como a “locomotiva literária” por ela passa, saiba o leitor, que, deparar-se-á com uma história diferente daquela que grassa no interior da cultura institucional (imaginário fundante), sua prospecção, aliás, revelou personagens e instituições, sem as quais, provavelmente, os rumos seriam outros.

E por fim, tem-se a terceira e última parada da “locomotiva”, curiosamente retornando à ciência, conquanto, dessa vez já no solo (fértil) da vigorosa Universidade Federal de Lavras, quando a mesma lança mão para criar sua própria Editora, com uma finalidade, qual seja, científica. Ah, a Ciência. Sempre ela. Presente e desenvolvendo a centenária instituição sul-mineira que resolveu ampliar seus horizontes e “dialogar” cientificamente com outras ciências, as humanas, as sociais e da saúde. Em última análise, resolveu cumprir sua função social e propalar as ciências.

Na condição de autores, resta-nos o desejo de que a viagem seja agradável. Aproveite!

